

CIÊNCIA
NA REPÚBLICA

CIÊNCIA HOJE

Revista de divulgação científica para o Progresso da Ciência Mil. 10 N° 59 Novembro de 1989 NCz\$ 50,00

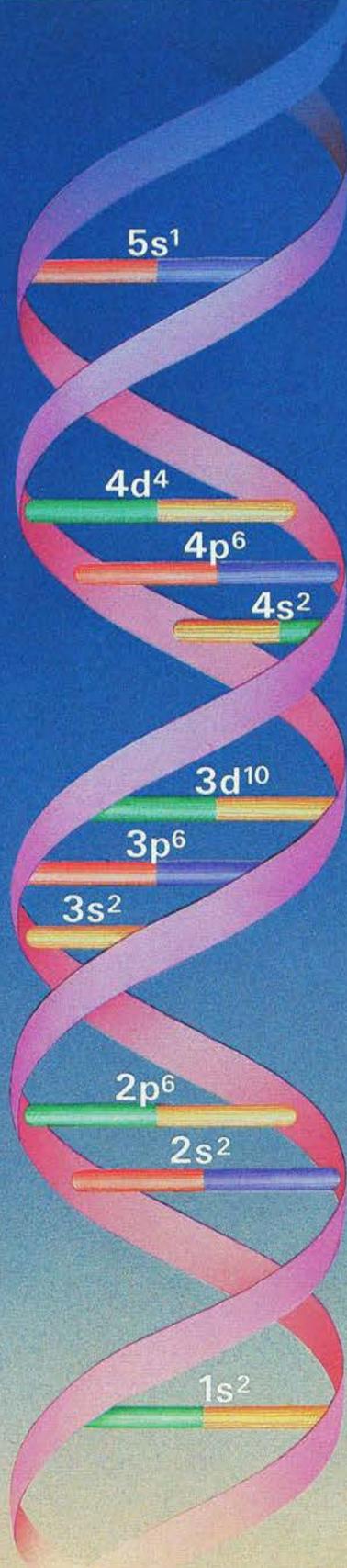
SB
PC

ESPECIAL REPÚBLICA

Manaus e Rio Branco (via aérea) NCz\$ 75,00

FEDERAÇÃO
PROPA
REPÚBLICA

EXEMPLAR DE ASSINANTE — VENDA PROIBIDA



Qualidade, neste caso,
 não decorre
 de herança genética
 mas sim da
 distribuição eletrônica

**NIÓBIO = RESISTÊNCIA
 À CORROSÃO**



COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO

Sede:

Córrego da Mata, s/nº
 Caixa Postal, 8 - 38180 - Araxá - MG.
 Fone: (034) 661.5544
 Telex: (341) 204 CBMM BR
 Fax (034) 661.1011

Escritórios:

Av. Presid. Juscelino Kubitschek, 1703
 04543 - São Paulo - SP.
 Fone: (011) 814.0022
 Telex: (11) 83683 CBMM BR
 Fax: (011) 211.2090

Rua Guajajaras, 40 6º andar sl.4
 30180 - Belo Horizonte - MG.
 Fone: (031) 226.2811 e 226.2120
 Telex: (39) 1896 CBMM BR
 Fax: (031) 273.5853

No exterior:
 Düsseldorf - Alemanha
 Pittsburgh - EUA
 Tóquio - Japão

DETECÇÃO DE METAIS

Gostaria muito que me enviassem o endereço da Dra. Maria Luiza Porto, que publicou excelente artigo no n.º 55 desta revista ('Plantas detectoras de metais'). O assunto despertou-me muita curiosidade, visto algumas plantas aqui em Roraima aparecerem estranhamente agrupadas, podendo, portanto, ser bioindicadoras.

Reinaldo Imbrozio Barboça, pesquisador do Inpa, Boavista (RR)

• *A professora Maria Luiza Porto trabalha no Departamento de Botânica e no Centro de Ecologia do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cujo endereço é rua Sarmento Leite, 500 — CEP 90.000. Porto Alegre.*

MINERALOGIA

O comportamento social da humanidade, no início de sua história cultural, foi intensamente regido pela distribuição e disponibilidade de várias substâncias minerais, sendo algumas delas, inclusive, utilizadas como verdadeiros marcos históricos, definindo épocas e comportamentos, a exemplo das idades do cobre, do bronze e do ferro. O ponto de partida para avaliação do desempenho de determinada comunidade é a análise da valorização de seus recursos disponíveis, seja através da habilidade em trabalhá-los, seja mediante a sua racionalização e substituição. (...) A prospecção e pesquisa minerais assumiram no país, nos últimos anos, o papel de vilão, uma vez que a atividade mineradora tem sido apontada como um dos maiores agentes poluidores do meio ambiente. (...) Como geóloga, venho observando que o desconhecimento mostrado pela maioria esmagadora dos indivíduos em relação à importância dos bens minerais no seu cotidiano tem atingido o estágio absurdo do questionamento do papel social dos profissionais da área. Desconhece-se que o universo que nos rodeia se relaciona, de uma forma ou de outra, a substâncias minerais, cuja pesquisa é feita com base em elementos factuais e previsíveis. Por isso, gostaria

de ver publicadas em *Ciência Hoje* matérias relativas a essa área, principalmente aquelas que abordem o intrincado organismo interno de minerais e rochas.

Miriam Laila Absy, Brasília (DF)

Tenho muito interesse por mineralogia. Formei-me como técnico em mineração pela Escola Técnica Dr. Demétrio Azevedo Júnior, em Itapeva (SP), e trabalho nessa área, mas sinto falta de artigos especializados nas publicações científicas. Gostaria de ler trabalhos sobre mineralogia e mineração, para me colocar a par dos avanços das pesquisas nessas importantes áreas.

Antônio Tadeu, Itararé (SP)

Sinto falta em *Ciência Hoje* de artigos na área de engenharia metalúrgica tanto sobre metalurgia extrativa como de ciência dos materiais. Quanto ao resto, a revista está ótima.

Carlos André de A. Nunes, Rio de Janeiro

• *Queremos assinalar aos leitores Antônio Tadeu e Carlos André a recente publicação do artigo 'Plantas detectoras de metais' (n.º 55), mencionado por outro leitor nesta página, que certamente atende a seu interesse e também ao da geóloga Miriam Absy, a quem informamos também que sua sugestão foi anotada.*

CUPINS

A propósito do meu artigo 'A guerra química dos cupins' (*Ciência Hoje* n.º 56), gostaria de esclarecer que o cupim *Armitermes euamignatbus* (grafia correta) é uma espécie da família Termitidae que vive em cerrado. Os cupins presentes em casas e móveis pertencem às famílias Rhinotermitidae e Kalotermitidae.

Ana Maria Costa Leonardo, Unesp, Rio Claro (SP)

foto Ana M. C. Leonardo e Kathleen Shields



foto The Image Bank



DROGAS

Achei fantástico o artigo de Jandira Masur, pelo qual pude aprender e apresentar um trabalho de biologia sobre tóxicos com muitas informações. A revista chegou bem a tempo à escola onde trabalho (Escola Municipal de 1.º Grau Pedro Vicente de Souza, em Serrolândia, Ibupi, Pernambuco). Estou cursando o 1.º ano do 2.º grau no Colégio Luiz Gonzaga Duarte. Parabéns *Ciência Hoje*, parabéns Jandira Masur. José Lourenço do Carmo, Serrolândia (PE)

Tive a oportunidade de ler a entrevista sobre drogas e gostei muito do depoimento da professora Jandira Masur a *Ciência Hoje*.

Hebe Macedo, João Pessoa (PB)

Escrevo para agradecer a excelente entrevista realizada com a pesquisadora Jandira Masur. Fiquei satisfeito com suas opiniões realistas e achei muito interessante a classificação que ela faz das drogas (...) Fiquei admirado de ver como esta mulher pôde estudar tanto sobre as causas e as conseqüências que elas trazem para os viciados. Realmente é um assunto bastante complexo, que merece dos pesquisadores muita cautela e investigação. Quando há pessoas em jogo, fica tudo mais difícil de resolver. Carlos Roberto Zonta, Mogi-Guaçu (SP)

Tenho 15 anos e estou cursando a 6.ª série (por falta de recursos, tive que ficar sem estudar três anos). Um dia, fazendo uma pesquisa sobre drogas, li uma entrevista muito interessante da pesquisadora Jandira Masur no n.º 22 da *Revista de Ensino de Ciências*. Estou escrevendo para que me enviem o n.º 47 de *Ciência Hoje*, em que soube que saiu também um artigo dela.

Bárbara de Freitas, Sant'Ana do Alfí (MG)

Aula de g

EM MATÉRIA DE HÁBITOS REGIONAIS, A MERENDA ESCOLAR DÁ UMA VERDADEIRA AULA.

O Programa de Merenda Escolar procura respeitar a geografia de cada aluno.

Criança que gosta de jabá com jerimum nem liga para o frango com quiabo.

E quem não resiste a uma peixada vai olhar feio o ensopadinho.

Para evitar uma salada, técnicos e nutricionistas estudam muito bem os diferentes paladares regionais.

Assim, procura-se, da melhor maneira possível, oferecer ao aluno o alimento a que ele já está familiarizado.

Isto é, uma alimentação adequada às mais diversas características da região onde vive.

É o caso, por exemplo, da canjica, do baião-de-dois, maria izabel e de muitos outros pratos, oferecidos às crianças do Nordeste.

O mesmo valendo para as outras regiões do país. Como se vê, é importante a descen-



Geografia.



problema grave, que deixa claro o grande empenho do Governo Federal e de todos os setores envolvidos no Programa de Merenda

...alização da operação e, para isso, os alimentos são entregues às prefeituras, que se responsabilizam localmente pelo Programa.

Produtos básicos como arroz, massas, peixe, farinhas etc., e formulados do tipo sopa, mingaus e bebidas lácteas são preparados com o toque e o sabor de cada região.

Uma questão de sensibilidade em relação a um

Escolar. Resultado: 32 milhões de crianças alimentadas por dia.

É a FAE substituindo a geografia da fome pela geografia alimentar.



MERENDA ESCOLAR. Não dá para passar sem ela.

FAE FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

MEC MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
TUDO PELO SOCIAL



18



29



35

CARTAS DOS LEITORES

1

AO LEITOR

7

TOME CIÊNCIA

10

Experiências com ratos mostram que o tratamento com insulina melhora o quadro clínico característico do câncer. Tudo indica que esse resultado poderá em breve beneficiar os portadores de tumores malignos. Por Rui Curi e Luiz Cláudio Fernandes.

UM MUNDO DE CIÊNCIA

14

Modificações genéticas já podem ser introduzidas no óvulo ou no espermatozóide de camundongos, de forma a serem transmitidas, com grande margem de segurança, às gerações seguintes. Por Carlos Frederico M. Menck e Lyria Mori.

O sarcoma de Kaposi, freqüente em portadores da AIDS, tem se apresentado recentemente sob formas mais graves. Seu estudo propiciou avanços nos próprios fundamentos teóricos da transformação maligna. Por Euzenir Nunes Sarno.

DOCUMENTO

18

Orville Derby, geólogo norte-americano, viveu no Brasil de 1875 até sua morte, em 1915, e nesse período testemunhou o despertar da investigação científica no país. Este é o tema do artigo que escreveu em 1883 aqui reproduzido.

RESENHA

22

Aproveitando a oportunidade do bicentenário da Revolução Francesa, muitas novidades foram lançadas pelas editoras. Francisco J. C. Falcon faz o inventário do que há de melhor para ler sobre o tema.

ARTIGOS**AS PROCLAMAÇÕES DA REPÚBLICA**

26

José Murilo de Carvalho

Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Floriano Peixoto, Quintino Bocaiúva. Os líderes revoltosos do 15 de novembro travaram uma batalha silenciosa: cada um queria fazer prevalecer a sua versão na construção oficial da história.

REPÚBLICA S.A.: A ECONOMIA QUE DERRUBOU O IMPÉRIO 34

Maria Bárbara Levy

A 'política do encilhamento' de Rui Barbosa, primeiro ministro da Fazenda republicano, não se resumiu ao incentivo à especulação na Bolsa de Valores. Foi um momento decisivo para a formação do empresariado nacional.

O 15 DE NOVEMBRO E A IMPRENSA DE PARIS 42

José Luiz Werneck da Silva

Enquanto em Paris os 200 anos da Queda da Bastilha eram comemorados com uma exposição internacional, o Rio de Janeiro era cenário da queda da monarquia brasileira. Os jornais parisienses deram muito destaque e várias interpretações para o acontecimento.

CABEÇAS CORTADAS EM CANUDOS 48

Roberto Ventura

A República se debate, até 1888, entre duas concepções políticas conflitantes: uma a favor de uma ditadura militar, outra civilista. A crueldade militar em Canudos foi decisiva para a vitória do movimento civilista.

NAVALHAS E CAPOEIRAS: UMA OUTRA QUEDA 56

Marcos Luiz Bretas

A repressão aos capoeiras, comandada pelo paulista João Batista Sampaio Ferraz, primeiro Chefe de Polícia do Rio de Janeiro na República, mostra como a camada mais pobre da população carioca foi o bode expiatório de uma política jacobina de purificação urbana.

PERFIL 66

Um dos precursores da moderna bioquímica brasileira, o professor José Moura Gonçalves, além do seu trabalho pioneiro no isolamento de uma nova proteína tóxica do veneno da cascavel, desenvolveu intensa atividade universitária.

É BOM SABER 72

As mulheres de Nova Erechim, Santa Catarina, trabalham das 5 h às 21 h. A pesquisa de Luiz V. Cichoski examina a relação entre essa exaustiva jornada e o grande número de casos de envelhecimento precoce no município.

Lúcia Mendonça Morato de Andrade e Leinad Ayer de Oliveira Santos, da Comissão Pró-Índio de São Paulo, analisam os efeitos negativos que a construção das hidrelétricas planejadas para a bacia do rio Xingu terá para os índios.



45



49



76

VOCÊ SÓ TEM UMA VIDA.

CUIDE BEM DELA.

USE CINTO DE SEGURANÇA.



O uso de cinto de segurança agora é obrigatório por lei: pela lei do bom senso. Ele tem reduzido dramaticamente os riscos de mortes e ferimentos graves nas estradas e nas cidades. Mostre que você é um bom motorista muito antes de ligar seu veículo: use o cinto para sua segurança.



TECNOLOGIA A SERVIÇO DO HOMEM

Associação Brasileira de Concessionárias Chevrolet

A REPÚBLICA QUE AINDA PODE SER

O centenário da República despertou pouco interesse e nenhum entusiasmo. As celebrações oficiais organizaram-se de último momento em ambiente morno, quase envergonhado. Na área acadêmica, houve simpósios e debates, mas deles pouca novidade surgiu e predominaram as avaliações críticas do regime. Tudo isto tinha muito boa razão: nada havia a celebrar. A República não cumpriu nestes cem anos as promessas das quais foi portadora, não se mostrou à altura das expectativas que despertou.

A República anunciou-se como o governo da nação por si mesma, como extinção de privilégios, como predomínio do interesse público — isto é, como democracia, igualdade, civismo. Durante cem anos, ela foi a negação destas promessas. A democracia foi restringida, inclusive em seu exercício mais elementar que é o voto. Somente em 1988, por exemplo, os analfabetos, que votavam durante o Império, readquiriram o direito de participação. Até agora só houve três presidentes consagrados em pleitos razoavelmente livres e com participação expressiva da população. Destes, só dois chegaram ao final do mandato. Nascida sob o signo da intervenção militar, a República tem sofrido recorrentes curtos-circuitos em sua já escassa prática democrática. A aliança perversa entre o intervencionismo militar e o oportunismo de políticos civis tem levado a períodos de autoritarismo e de colapso da liberdade. Nossa República tem sido uma *República sem povo*.

Não tem sido melhor seu desempenho na luta pela extinção dos privilégios e das desigualdades. A sociedade hierarquizada do Império continuou a existir sob novos disfarces. A nobreza de títulos foi substituída pela nobreza da riqueza e dos favores governamentais. À população escrava sucedeu um vasto proletariado semi-analfabeto e economicamente marginalizado que nestas eleições presidenciais corresponde a cerca de 60% do eleitorado. O descaso dos governos republicanos pela educação básica só se compara ao descaso pela saúde pública e pela assistência social. O Brasil ainda exhibe taxas vergonhosas de mortalidade infantil, de atendimento hospitalar, de incidência de endemias, de abastecimento de água, de serviços de esgotos. República sem povo, a nossa tem sido também uma República de cidadãos desiguais.

Na gerência da coisa pública, a nossa República não se mostrou à altura das promessas e das críticas feitas aos costumes políticos do Império. Aqui também o vício da origem a persegue até hoje. Nascida em meio à especulação desenfreada do encilhamento, o

espírito do enriquecimento a todo custo marcou sua classe dominante e espalhou o cinismo por toda a sociedade. A riqueza e os poderes públicos têm sido usados com desenvoltura em benefício dos interesses particulares. O Estado tornou-se condomínio dos poucos que a ele têm acesso. A ética republicana — a idéia do serviço público como marca da atividade política — tornou-se exceção entre os homens ditos públicos. A República sem povo, de cidadãos desiguais, tem sido também uma República sem preocupação com o público.

República que ainda não é, estará ela condenada a continuar a não ser? O espetáculo cívico das eleições presidenciais deste 15 de novembro talvez aponte para futuro menos frustrante. O início do segundo centênio da República se faz em gritante contraste com o do primeiro: ao invés de golpe militar com a conivência de líderes civis, o povo na rua ditando a sua decisão; ao invés dos 'bestializados' de 1889, 82 milhões de cidadãos afirmativos; ao invés da política de conchavos e negociatas, a cobrança cada vez maior de transparência e de respeito pela coisa pública; ao invés de uma República de elites, uma República de povo.

Outro elemento de otimismo reside no fato de que, há cem anos, entre os vários projetos de República, venceu o projeto liberal ortodoxo que desdenhava a questão social. A ele se opunham projetos reformistas que, por sua vez, desdenhavam a democracia representativa. Os projetos de República que hoje competem pelo apoio dos cidadãos combinam, em maior ou menor grau, a preocupação com a questão social e a preocupação democrática. Os neoliberais admitem o papel social do Estado; os reformistas aceitam os mecanismos representativos. Reforma e democracia não estão mais em campos excludentes.

É importante acrescentar, no entanto, que se trata de um começo. São apenas bases mais promissoras para a construção de uma República que seja ao mesmo tempo democrática e social, de uma República que não seja a negação de sua própria substância. Não será apenas escolhendo presidentes em pleitos livres que ela será construída. A história da República que talvez esteja começando não poderá ser escrita por quadriênios ou quinquênios presidenciais como foi a da que termina. Ela deverá ser escrita em função das conquistas democráticas e sociais conseguidas por meio da ação incansável dos brasileiros finalmente cidadãos.

Os Editores

Publicada mensalmente sob a responsabilidade da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Secretaria: Av. Veneslau Brás, 71, fundos, casa 27, Rio de Janeiro, CEP 22290, tels.: (021) 295-4846, 295-4442, 275-8795. Telex: (021) 36952.

Editores: Darcy Fontoura de Almeida (Instituto de Biofísica, UFRJ), Ennio Candotti (Instituto de Física, UFRJ), Alberto Passos Guimarães Filho (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, CNPq), Roberto Lent (Instituto de Biofísica, UFRJ), Otávio Velho (Museu Nacional, UFRJ), Ary Sergio Sabatino Ramôa (editor convidado); Alicia Palacios (secretária).

Editor Convidado: José Murilo de Carvalho.

Conselho Editorial: Alzira Abreu (Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, FGV), Ângelo Barbosa Machado (Instituto de Ciências Biológicas, UFMG), Erney P. Camargo (Instituto de Ciências Biológicas, USP), Isaac Kerstenetzky (Departamento de História, PUC/RJ), José C. Maia (Instituto de Química, USP), José Murilo de Carvalho (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), Luis Rodolpho R. Travassos (Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia, EPM), Sergio Henrique Ferreira (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, USP), Sergio Miceli (Departamento de Sociologia, Unicamp), Silvano Santiago (Departamento de Letras, PUC/RJ).

Edição de Texto: Maria Inez Duque Estrada e Marília Martins; Regina Ferreira (revisora).

Secretaria de Redação: Cilene Vieira (editora associada); Vera Rita Costa (assistente); Soraya Araújo (secretária).

Jornalismo: Alicia Ivanishevich, Luísa Massarani, Sergio Portella.

Edição de Arte: Patrícia Galliez de Salles (diretora de arte), Lillian de Abreu Mota (assistente de direção), Christiane Abbade e Denise Arnizaud de Mattos (diagramadoras), Selma Azevedo (desenhista e arte-finalista), Marta Rodrigues (arte-finalista).

Administração: Sônia M. de Mendonça Corrêa (gerente), Neuza Maria de Oliveira Soares, Carlos A. Kessler Filho, Edson Raposo Pinheiro, Cláudio Costa Carvalho, Pedro Paulo de Souza, Carmen Lúcia Gonçalves Leal, Maria do Rosário, Charle Gonçalves dos Santos, Ailton Borges da Silva, Marly Onorato.

Assinatura, Circulação e Expedição: Adalgisa M. S. Bahri (gerente), Reinaldo Guarany Simões, Paulo Henrique G. Fonseca (programador), Maria Lucia da G. Pereira (secretária), Moisés V. dos Santos, Luciene dos Santos Azevedo (aux. de escritório), Carlos Henrique C. Maurity, Daniel Vieira dos Santos, Delson Freitas, Janair do Nascimento Fonseca, José A. Vianna, José Correia da Silva, Márcia Cristina Gonçalves da Silva, Manoel Antonio Grozima Aguiar, Ricardo Francisco Alves, Valmir Narcizo Vidal. Tel.: (021) 270-0548.

Departamento Comercial: Álvaro Roberto S. Moraes (gerente), Irani F. Araújo (secretária).

Encarte Infantil (bimestral): Guaracira Gouvêa (coordenadora), Ângela R. Vianna (editora de texto).

Colaboraram neste número: FOLIO Fotografia e Programação Visual (diagramação); Beto Felício e Beto Barcellos (fotografia); Maria Luíza X. de A. Borges, Luiz Ricardo Menandro e Ulisses Capozoli (edição de texto); Rachel Valença e Edna Cavalcanti (revisão); Sônia Regina P. Cardoso (pesquisa iconográfica e revisão); Edna de Assis Ferreira (bibliotecária).

Capa: Detalhe do monumento a Júlio de Castilhos em Porto Alegre. Foto Marconi de Mattos — Agência Zoom.

Conselho Científico: Antônio Barros de Castro (Faculdade de Economia e Administração, UFRJ), Antônio Barros de Ulhoa Cintra (Hospital das Clínicas, USP), B. Boris Vargaftig (Instituto Pasteur, França), Carlos Chagas Filho (Instituto de Biofísica, UFRJ), Carlos M. Morel (Fundação Oswaldo Cruz), Carolina Bori (Instituto de Psicologia, USP), Crodovaldo Pavan (Instituto de Biologia, Unicamp), Dalmo Dallari (Faculdade de Direito, USP), Darcy Ribeiro (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ), Elisaldo Carlini (Departamento de Psicobiologia, EMP), Fernando Gallemebeck (Instituto de Química, Unicamp), Francisco Weyffort (Faculdade de Filosofia, USP), Gilberto Velho (Museu Nacional, UFRJ), Herbert Schubart (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), Herman Lent (Departamento de Biologia, Universidade Santa Úrsula), João Steiner (Instituto de Pesquisas Espaciais), José Antônio Freitas Pacheco (Instituto Astronômico e Geofísico, USP), José Goldenberg (Instituto de Física, USP), José Reis (SBPC), José Ribeiro do Valle (Departamento de Farmacologia, EPM), José Seixas Lourenço (Instituto de Geociências, UFPA), Leopoldo Nachbin (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, CNPq), Luis de Castro Martins (Laboratório Nacional de Computação Científica, CNPq), Maurício Mattos Peixoto (Academia Brasileira de Ciências), Miguel Covian (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, USP), H. Moysés Nussenzeig (Departamento de Física, PUC/RJ), Newton Freire-Maia (Departamento de Genética, UFRJ), Oscar Sala (Instituto de Física, USP), Oswaldo Porchat Pereira (Centro de Lógica, Unicamp), Otávio Elisio Alves de Brito (Instituto de Geociências, UFMG), Pedro Malan (Departamento de Economia, PUC/RJ), Ricardo Ferreira (Departamento de Química Fundamental, UFPE), Sylvio Ferraz Mello (Instituto Astronômico e Geofísico, USP), Telmo Silva Araújo (Departamento de Engenharia Elétrica, UFPA), Warwick E. Kerr (Departamento de Biologia, UFMA).

Sucursal Belo Horizonte: Ângelo B. Machado, Roberto Barros de Carvalho, Marise Souza Muniz — Depto. de Zoologia do Instituto de Ciências Biológicas, UFMG. C. Postal 2486, CEP 31160, tel.: (031) 443-5346.

Sucursal Brasília: Maria Lúcia Maciel, Luiz Martins e Margareth Evangelista Marmori — Depto. de Sociologia, UnB — ICC — Ala Centro — Campus Universitário — 70910 — Brasília, tel.: (061) 273-6571.

Sucursal Curitiba: Glaci Zancan, Myriam Regina Del Vecchio de Lima, Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, 430, CEP 80530, tel.: (041) 233-8619.

Sucursal Florianópolis: Walter Celso Lima, Vania Aparecida Mattoso — UFSC, Caixa Postal, 476, CEP 88049, tel.: (0482) 33-9594, telex: (0482) 240.

Sucursal Porto Alegre: Edmundo Kanan Marques, José Secundino da Fonseca — Travessa Luiz Englert, s/nº — Prédio 20 — Sala 09 — Campus Central da UFRGS — CEP 90040, tel.: (0512) 27-5529.

Sucursal Recife: Sergio M. Rezende, Cristina Teixeira V. de Melo (estagiária) — Praça das Cinco Pontas, 321, 1º andar, São José, CEP 50020, tel.: (081) 224-8511.

Sucursal São Carlos: José Albertino Rodrigues, José G. Tundisi, Dietrich Schiel, Yvonne P. Mascarenhas, Nelson Studart Filho, Carlos D'Alkaine, Angelo César Piasse — Coordenadoria de Divulgação Científica e Cultural, IFQSC, USP, rua Nove de Julho, 1.227, CEP 13560, tel.: (0162) 72-4600.

Sucursal São Paulo: José Carlos C. Maia, Wilson Racy Jr., Carmen Lúcia Visconti Weingrill, Glaucio C. Lobão — Av. Professor Luciano Gualberto, 374 — Prédio da Antiga Reitoria, Cidade Universitária, CEP 05508, tels.: (011) 814-6656 e 813-3222 ramal 2.713.

Sucursal Vale do Paraíba: João Steiner, Fabiola de Oliveira — Av. dos Astronautas, 1.758, Caixa Postal 515, CEP 12201, São José dos Campos (SP), tel.: (0123) 22-9977 ramal 593.

Correspondente em Buenos Aires: Revista *Ciencia Hoy*, Corrientes 2835 — Cuerpo A — 5º "A" — (1193) Capital Federal — tels.: (00541) 961-1824 e 962-1330. Neste endereço pode adquirir-se *Ciência Hoje* (preço sujeito a confirmação). Na sede de *Ciência Hoje* pode adquirir-se *Ciência Hoy* por NCz\$ 50,00 ou assinar (6 números) por NCz\$ 300,00.

Assinaturas: Brasil (11 números): NCz\$ 500,00. América Latina e África (11 números): US\$ 40,00 (superfície) e US\$ 80,00 (aérea). EUA e Europa (11 números): US\$ 50,00 (superfície) e US\$ 100,00 (aérea). Número atrasado: NCz\$ 50,00.

ISS-0101-8515. Distribuição em bancas exclusiva em todo o território nacional: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rio de Janeiro. **Composição:** Renart Fotolito, Fotocomposição e Editora Ltda. **Fotolito:** Grafcolor Reproduções Gráficas Ltda. **Impressão:** Bloch Editores S.A. **Para a publicação desta revista contribuíram o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a VITAE Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social e a Fundação Banco do Brasil. *Ciência Hoje* conta também com o apoio cultural do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC).**

Publicidade São Paulo: Rudiger Ludemann, Douglas Sampaio Venditti, Angela de Moraes, Rose dos Anjos, rua Gal. Jardim, 618 — 2º andar — conj. 21, tel.: (011) 259-5399; **Rio de Janeiro:** Álvaro R. S. Moraes, tel.: (021) 295-4846.



A SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do país; promover e facilitar a cooperação entre os pesquisadores; zelar pela manutenção de elevado padrão de ética entre os cientistas; defender os interesses dos cientistas, pelo reconhecimento de sua operosidade, respeito à sua pessoa, liberdade de pesquisa e de opinião, bem como do seu direito aos meios necessários à realização de seu trabalho; lutar pela remoção de empecilhos e incompreensões que embarcam o progresso da ciência; lutar pela efetiva participação da SBPC em questões de política e programas de desenvolvimento científico e tecnológico que atendam aos reais interesses do país; congregar pessoas e instituições interessadas no progresso e na difusão da ciência; apoiar associações que visem a objetivos semelhantes; representar aos poderes públicos ou a entidades particulares, solicitando medidas referentes aos objetivos da Sociedade; incentivar e estimular o interesse do público em relação à ciência e à cultura; e atender a outros objetivos que não colidam com seus estatutos.

Atividades da SBPC. A SBPC organiza e promove reuniões anuais durante as quais cientistas, estudantes e professores têm oportunidade de comunicar seus trabalhos e discutir seus projetos de pesquisa. Temas e problemas nacionais e regionais são expostos e discutidos, com audiência franqueada ao público em geral, que pode participar dos debates. Assuntos das mais variadas áreas do conhecimento são tratados com a participação de entidades e sociedades científicas especializadas.

Fundada em 8 de junho de 1948, a SBPC reúne hoje mais de 20.000 associados, e em suas reuniões apresenta cerca de 2.800 comunicações de trabalhos científicos e realiza 250 mesarredondas, cursos e conferências. Através de suas secretarias regionais, promove simpósios, encontros e iniciativas de difusão científica ao longo de todo o ano.

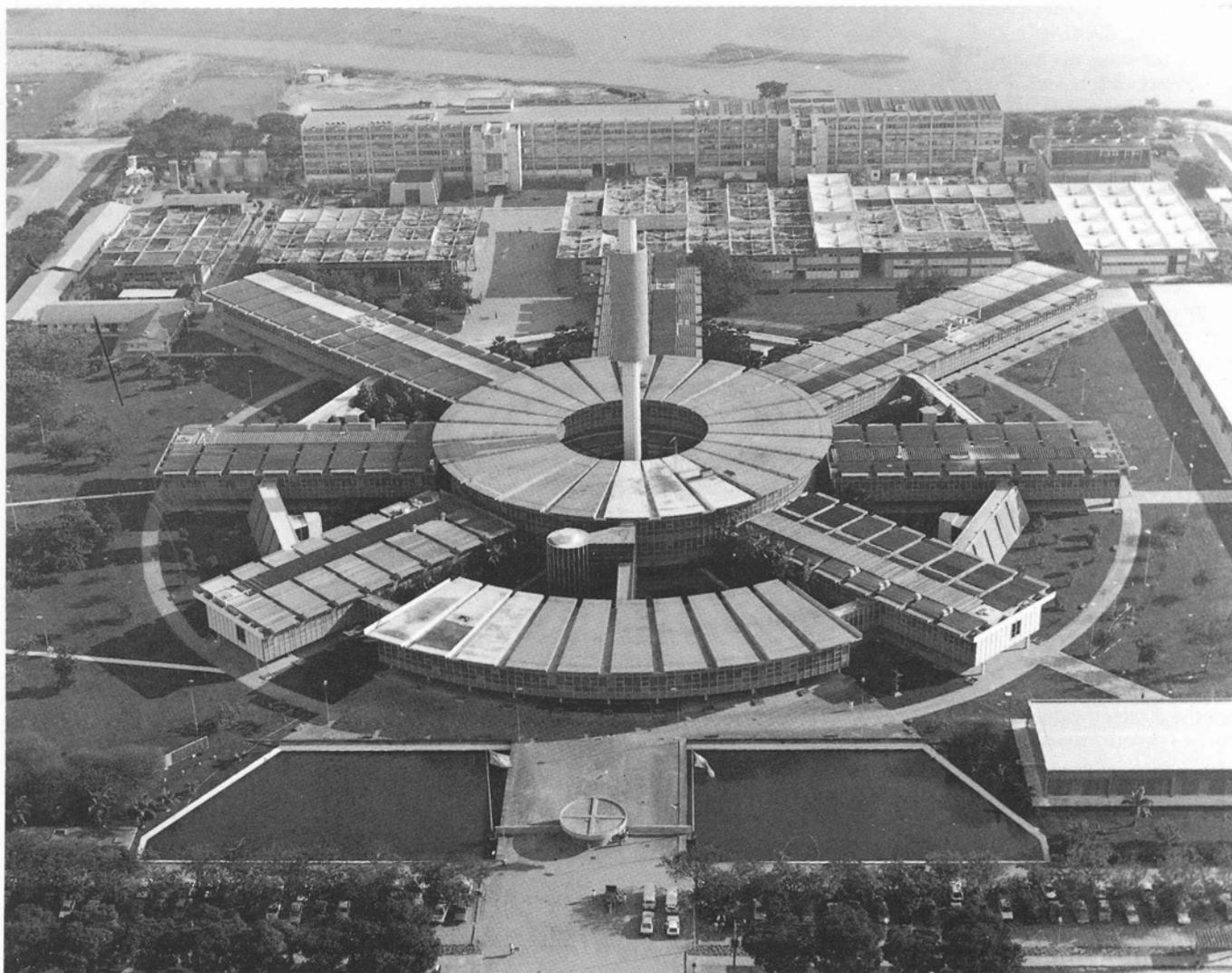
A SBPC edita a revista *Ciência e Cultura*. São publicados suplementos durante as reuniões anuais, contendo os resumos

dos trabalhos científicos apresentados. Além desta revista e de *Ciência Hoje*, a SBPC tem publicado boletins regionais e volumes especiais dedicados a simpósios que organiza periodicamente.

O corpo de associados. Podem associar-se à SBPC cientistas e não-cientistas que manifestem interesse pela ciência; basta ser apresentado por um sócio ou secretário regional e preencher o formulário apropriado. A filiação efetiva-se após a aprovação da diretoria, e dá direito a receber a revista *Ciência e Cultura* e a obter um preço especial para a assinatura de *Ciência Hoje*. **Sede nacional:** Rua Pedroso de Moraes, 1.512, Pinheiros, S. Paulo, tel.: 211-0495 e 212-0740; **Regionais:** AC — Univ. Federal do Acre, Depto. de Ciências da Natureza, BR 364 km 5, tel.: 266-1422 ramal 111 ou 145 (Mauro Luiz Aldridge); AL — Univ. Federal de Alagoas — CCB1, Depto. de Biologia — Praça Afrânio Jorge, s/nº — Prado — Maceió (Fábio José Castelo Branco Costa); AM — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA, Alameda Cosme Ferreira, 1.756, tel.: 236-9400 ramal 136 (Adalberto Luis Val); BA — Univ. Federal da Bahia, Instituto de Física, Campus Universitário da Federação, tels.: 247-2714 e 247-0646 (Caio Mário Castro Castilho); CE — Univ. Federal do Ceará, Centro de Ciências da Saúde, Depto. de Fisiologia e Farmacologia, C. Postal 12155, Benfica, 60.000, Fortaleza — CE, tel.: 227-2420 (Marcus Raimundo Vale); **Curitiba** (seccional) — Univ. Federal do Paraná, Instituto de Bioquímica, C. Postal 939 (Glaci Terezinha Zancan); **DF** — Univ. de Brasília, Instituto Central de Ciências, Bl. A, sobreloja, sala 301, tel.: 273-4780 (João Luis Homem de Carvalho); **ES** — Univ. Federal do Espírito Santo, Depto. de Física, Campus Universitário, tel.: 227-4733 ramal 267 (Klinger Marcos Barbosa Alves); **GO** — Univ. Federal de Goiás, Instituto de Ciências Biológicas, Depto. de Fisiologia e Farmacologia, tel.: 261-0333 r. 150 ou 152 (Joaquim Tomé de Souza); **Londrina** (seccional) — Univ. Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Depto. de Biologia Geral, C. Postal 6001, tel.: 27-5151 ramal 247 ou 477 (Ana Odete Santos Vieira); **MA** — Rua Andaraí, 11 Quadra P. S. Francisco, tel.: 222-4338 (Vera Lúcia Rolim Sales);

MT — C. Postal 998 (José Domingues de Godói Filho); **MS** — C. Postal 189 (Wilson Ferreira de Melo); **MG** — Rua Piemonte, 590, tel.: 441-2541 (Ewaldo Mello de Carvalho); **PA** — Rua Olaria, Conj. Orquidea, R-1, c/25, tel.: 229-2088 ramal 453 (Ostalo de Faria Galvão); **PB** — Univ. Federal da Paraíba, C. Postal 5023, Cidade Universitária (Henrique Gil da Silva Nunes-maia); **PR** — Univ. Estadual de Maringá, av. Colombo, 3.690, tel.: 22-4242 ramal 313 ou 265 (Ueslei Teodoro); **Pelotas** (seccional) — Univ. Federal de Pelotas, Depto. de Ciências dos Alimentos (José Antônio G. Aleixo); **PE** — Prédio do CNPq, ANE 1º andar, Pç. das Cinco Pontas, 321, S. José, tel.: 224-8511 (Luiz Antônio Marcuschi); **PI** — Rua Prof. Darcy Araújo, 1.639, São Cristóvão, tels.: 232-1212 ou 232-1211 ramal 250 (Manoel Chaves Filho); **RN** — Univ. Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Exatas, Depto. de Informática, Campus Universitário — Natal (Pedro Fernandes Maia); **RS** — Travessa Luiz Englert, s/nº — Prédio 20 — Sala 09 — Campus Central da UFRGS, tel.: 27-5529 (Bazília C. de Souza); **RJ** — Av. Veneslau Brás, 71, fundos, casa 27, tel.: 295-4442 (Carlos Alberto Coimbra); **RO** — Univ. de Rondônia, av. Presidente Dutra, s/nº, tel.: 223-3262 ramal 33 (Sebastião Luiz dos Santos); **SP** (subárea I) — Univ. de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Depto. de Geografia, C. Postal 8105, tel.: 262-6314 (José Pereira de Queiroz Neto); **SP** (subárea II) — Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Depto. de Genética, C. Postal 83, Piracicaba, tel.: 33-0011 ramal 125 ou 126 (Geraldo Antonio Tosello); **SP** (subárea III) — Univ. Estadual de São Paulo, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Jaboticabal, tel.: 22-4000 ramal 229 ou 230 (Samira Miguel Campos de Araújo); **SC** — Univ. Regional de Blumenau, rua Antônio da Veiga, 140, C. Postal 7-E, tel.: 22-8288 ramal 33 (Ivo Marcos Theis); **Santa Maria** (seccional) — Univ. Federal de Santa Maria, Depto. de Física, Campus Universitário, tel.: 226-1616 ramal 2.137 ou 2.455 (Ronaldo Mota); **SE** — Rua Hermínio Gouveia, 210, Praia 13 de Julho, tel.: 224-1331 (Marla Helena Santa Cruz).

Vista aérea de uma inesgotável fonte de riquezas.



DPZ

Tecnologia, quando se domina, transforma-se numa verdadeira fonte inesgotável de riquezas. Porque é a partir desse estágio que uma indústria aperfeiçoa seus produtos, equipamentos e processos, numa busca de evolução que não pára nunca. É o que vem fazendo o CENPES - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo A. Miguez de Mello, um dos maiores

estabelecimentos de pesquisa da América Latina e o principal pólo de desenvolvimento de tecnologia da PETROBRÁS.

O CENPES realiza pesquisas nas áreas de exploração, perfuração, produção, processamento e produtos da indústria petrolífera, criando e aprimorando tecnologias mais adequadas às características

do mercado brasileiro e de nossas matérias-primas.

A maior parte dos projetos de engenharia básica de instalações de processamento e de produção, bem como a de estruturas e unidades marítimas vem sendo executada pelo CENPES.

Dessa forma, a pesquisa e a engenharia básica integram-se em um mesmo centro de tecnologia para

tornar a PETROBRÁS cada vez mais eficiente e competitiva na indústria do petróleo. E possibilitar economia de divisas e maiores fontes de riquezas para o Brasil.

CENPES. Uma fonte inesgotável de tecnologia da PETROBRÁS.



PETROBRÁS
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA
GOVERNO FEDERAL

Insulina: possível terapia para tumores

Sendo um hormônio anabólico, a insulina estimula a síntese de lipídeos, carboidratos e proteínas; além disto, bloqueia as vias catabólicas (isto é, de degradação dos metabólitos acumulados nos tecidos) e faz crescer o consumo de glicose nos músculos e tecidos adiposos. Em animais normais, a administração de insulina resulta em aumento de peso corpóreo, pois incrementa os depósitos de gordura e estimula a síntese protéica.

Clinicamente, os tumores são classificados em benignos e malignos. Os primeiros só causam dano ao portador quando obstruem alguma passagem importante do organismo, como a traquéia, a uretra ou o ducto biliar comum; são tumores que não sofrem metástase, isto é, não se difundem para outros órgãos. Já os malignos crescem rapidamente e invadem tecidos vizinhos, causando freqüentemente hemorragias, ulcerações e infecções secundárias. Podem também difundir-se para outros órgãos por meio do sangue ou da linfa.

Em 70% dos casos, após certo período de tempo, os pacientes portadores de tumor maligno apresentam um quadro de caquexia, que se caracteriza pela incapacidade de manter a ingestão de alimentos necessária à manutenção do peso corpóreo e à reserva de combustíveis energéticos, acrescida de elevado catabolismo dos carboidratos, lipídeos e proteínas, o que acelera a perda de peso.

Entre as características das células neoplásicas, também chamadas tumorais, estão as taxas de consumo de glicose com a produção de ácido láctico. Este, quando presente no plasma, pode ser transportado para o fígado e convertido em glicose através de uma via metabólica específica (neoglicogênese), o que acarreta gasto energético. Essa nova síntese de glicose a partir de lactato determina um balanço energético negativo que tem importante papel na instalação da caquexia.

Em ratos portadores de tumor de Walker 256 (tumor maligno próprio dos ratos e de certos outros roedores, equivalente aos carcinossarcomas que ocorrem em humanos), os depósitos de carboidratos (glicogênio) encontram-se diminuídos, bem como as concentrações plasmáticas de glicose e insulina. A depleção dos depósitos de glicogênio muscular e hepático, assim como a diminuição da glicemia, decorrem do fato de que o tumor, para seu crescimento, faz elevada utilização de glicose. A in-

sulinemia diminuída é resultado de uma secreção reduzida de insulina pelas células B do pâncreas, especializadas na produção de insulina. É provável que essa menor secreção resulte da ação de fatores produzidos e liberados pelo tecido humoral e/ou por células de defesa (macrófagos, linfócitos).

Estudos sistemáticos que estamos desenvolvendo a este respeito em nosso laboratório mostram que a captação de glicose pelos tecidos periféricos (músculos e tecidos adiposos) está nitidamente modificada em pacientes portadores de tumor, não só em razão das exigências metabólicas deste, em seu crescimento, mas também, provavelmente, pela redução da insulinemia. Assim, os tumores competem com seus portadores pela glicose. Nos ratos, uma vez que a célula do tumor de Walker 256 consome glicose independentemente da insulina, a redução da insulinemia faz baixar o consumo de glicose pelos tecidos periféricos (figura 1). Isto acelera o cata-

bolismo de carboidratos, lipídeos e proteínas armazenados, promovendo a caquexia.

Em nossa pesquisa, avaliamos o crescimento tumoral em ratos normais, com diabetes (provocada por injeção de estreptozotocina, 65 mg/kg) e normais tratados com insulina na dose de 5 U/100 g de peso corpóreo (hiperinsulinemia).

Os experimentos realizados com ratos diabéticos mostraram rápido crescimento do tumor, com poucas áreas de necrose. Por sua vez, o tratamento com insulina causou nítida melhora no quadro de caquexia, aumentando a ingestão alimentar e o peso corporal, com redução da taxa de crescimento do tumor, associada à presença de abundantes áreas de necrose.

O peso do tumor foi nitidamente menor nos ratos tratados com insulina: correspondia a apenas 0,7% do seu peso corpóreo, enquanto nos ratos diabéticos e normais correspondia a 8% (figura 2). Em ratos normais (não diabéticos) portadores de tumor, a insulinemia diminuída reduziu a

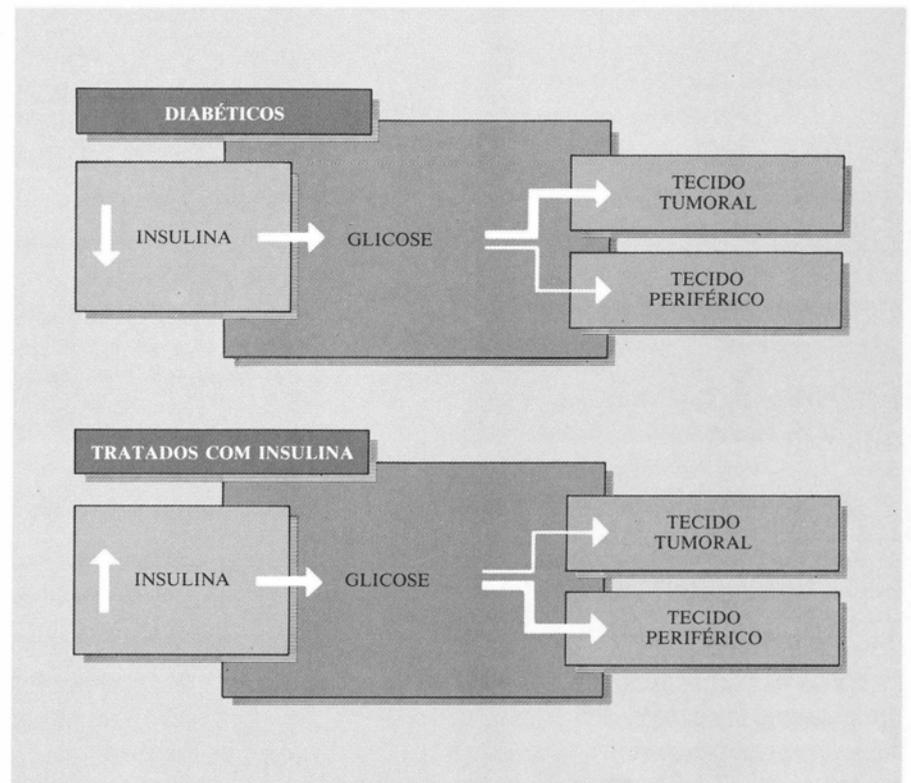


Fig.1. Esquema do possível papel da insulina no metabolismo de portadores de tumor: ela redireciona o fluxo de glicose para os tecidos periféricos, reduzindo o crescimento tumoral. Assim, a administração corretamente monitorada de insulina poderia constituir um elemento importante na terapia desses pacientes. O procedimento corrige o quadro diabético em decorrência da reduzida secreção de insulina e da hipoinsulinemia, revertendo em parte a caquexia.

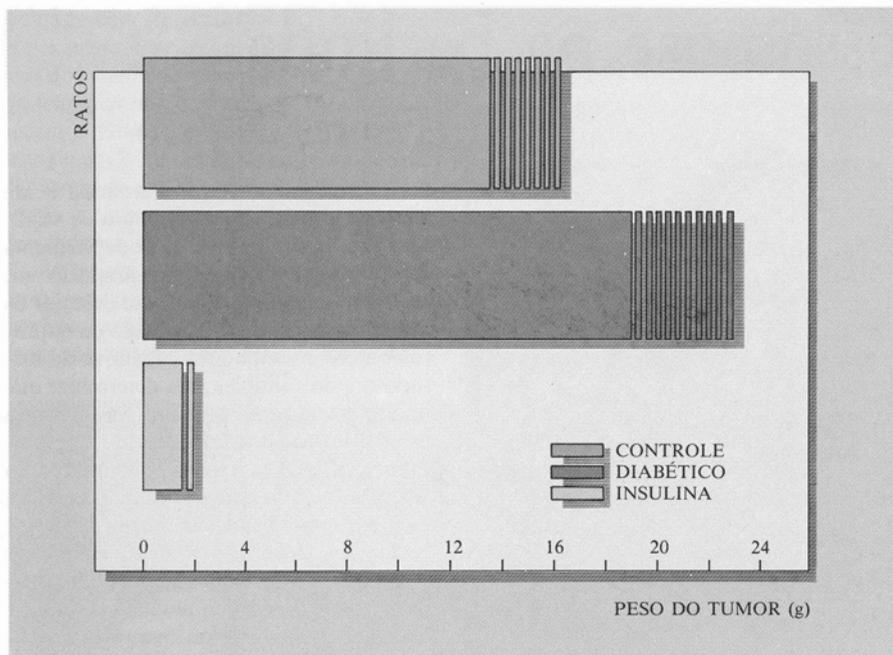


Fig. 2. Peso do tumor de ratos normais (controle), diabéticos e tratados com insulina. Nestes, o peso do tumor de Walker 256 apresentou drástica redução (cerca de sete vezes).

utilização de glicose pelos tecidos periféricos. Conseqüentemente o tumor, que apresentava elevada atividade bioquímica celular em razão de sua proliferação, fez ativa utilização de glicose. A administração de insulina diminuiu o aporte de glicose para o tumor pois a glicose circulante passou a ser mais intensamente utilizada pelos tecidos periféricos. O procedimento adotado direcionou o fluxo desse metabólito para outros tecidos, o que resultou numa significativa diminuição do crescimento tumoral e na ocorrência de abundantes áreas de necrose.

Tudo indica que os pacientes portadores de tumor que não dependam da insulina para consumir glicose seriam beneficiados pela administração do hormônio, com ganho de peso e melhora do quadro clínico. Estudos isolados sobre a secreção de insulina em ilhotas isoladas estão, no entanto, ainda por serem feitos.

Rui Curi e Luiz Cláudio Fernandes

Instituto de Ciências Biomédicas,
Universidade de São Paulo

COPPE

1988 — A COPPE completa 25 anos de atividades de ensino e pesquisa em engenharia, com 3.000 mestres e doutores formados.

1989 — Nos próximos 25 anos, a COPPE continuará acreditando firmemente na capacidade da pesquisa brasileira.

ANOS

COPPE/UFRJ
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE
PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Esquistossomose na berlinda

Doença socioeconômica

O Programa Especial de Controle da Esquistossomose (Pece) começou de maneira inadequada, sem consulta à comunidade científica, realizou gastos desnecessários e privilegiou essencialmente o tratamento clínico, deixando em segundo plano os aspectos de educação sanitária e de controle dos moluscos. A avaliação foi feita pelo diretor científico do Centro de Pesquisas René Rachou, Naftale Katz, na abertura do II Simpósio Internacional de Esquistossomose, que ocorreu simultaneamente à II Reunião Nacional de Esquistossomose, em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte (MG), de 22 a 27 de outubro último. Para Katz, o Pece obteve resultados positivos com a redução significativa das formas graves da doença, mas esqueceu-se de realizar as mudanças básicas no meio. “A esquistossomose é uma doença socioeconômica e demanda hoje decisões políticas mais do que técnicas”, disse ele, sugerindo a definição de uma metodologia única de controle, voltada principalmente para a adoção de medidas de saneamento eficazes.

Mecanismo de ação das drogas

O pesquisador italiano Donato Cioli, do Conselho Nacional de Pesquisas da Itália, apresentou no simpósio um estudo do mecanismo de ação da droga oxamniquê, usada em mais de dez milhões de pessoas no mundo inteiro, particularmente no Brasil. Ele observou que seu mecanismo de ação não é inteiramente conhecido, ao constatar que alguns vermes encontrados no Brasil são resistentes à droga. Resultados de estudos feitos no Conselho Nacional de Pesquisas da Itália, voltados para investigar tanto o mecanismo de ação da droga quanto o mecanismo de resistência do parasita, indicaram que a droga se liga ao ADN dos esquistossomos através de uma enzima. O pesquisador italiano acredita que os vermes resistentes não possuem essa enzima e por isso não se realiza a ligação da droga ao ADN e conseqüentemente não ocorre a morte do parasita.



foto cedida por Henrique Leonel Lenzi — Fiocruz.

Cercárias de *Schistosoma mansoni* penetrando em pele de rato.

Forma aguda

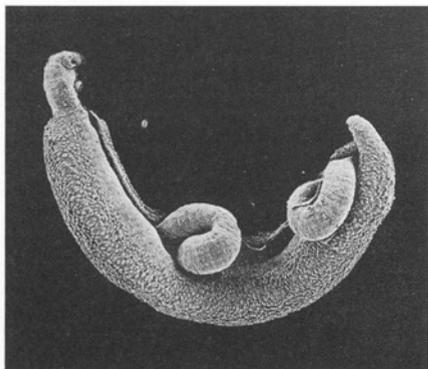
Novo tratamento para a fase aguda da esquistossomose foi obtido por José Roberto Lambertucci, especialista em doenças infecciosas e parasitárias do Departamento de Clínica Médica da UFMG. Através da associação da prednisona — antiinflamatório do tipo cortisona — a uma das duas drogas específicas — oxamniquê e praziquantel —, o pesquisador conseguiu índice de eficácia de 90% em 60 casos de pacientes em fase aguda. Segundo Lambertucci, as duas drogas específicas, quando usadas isoladamente, têm-se mostrado eficazes para o tratamento da fase crônica da doença, com índice de cura em torno de 80%; no entanto, essa eficácia se reduz a 30% e 40% quando se trata da fase aguda. O novo tratamento consiste em administrar dose única de uma das drogas específicas 24 horas depois da ingestão de prednisona, que continua sendo administrada por mais três semanas. A prednisona elimina em 24 horas os sintomas da doença, transformando o paciente de fase aguda em paciente de fase crônica. Além dessa vantagem, o tratamento reduz o tempo de hospitalização de 20 para o máximo de três dias.

Fatores de risco

A pesquisadora Maria Fernanda F. de Lima e Costa, do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da UFMG, apresentou no simpósio um modelo de estudo que permite detectar os fatores associados à transmissão da esquistossomose em uma área. Trata-se de método rápido e simples para determinar que tipo de contato com água é responsável pela transmissão da doença. Segundo a pesquisadora da UFMG, os fatores de risco vão variar de acordo com as características da região. Resultados do estudo mostram que em algumas áreas a doença é adquirida através do contato com a água utilizada para trabalho doméstico, enquanto que em outras o contágio se verifica pelos contatos resultantes de lazer ou trabalho agrícola. “Não se pode determinar, por esse motivo, uma medida única de controle”, afirma Maria Fernanda. Ela exemplifica: numa área em que o contágio se faz pelo uso doméstico, a expansão da rede de água diminui a intensidade da infecção e das formas graves da doença, apesar da ausência de intervenção médica. Essa medida não se mostraria, porém, eficaz em áreas onde a transmissão decorre de contatos no lazer ou trabalho agrícola. Essa metodologia demonstra a necessidade de se investigar em cada área quais são os fatores de risco.

Medicamentos

As drogas oxamniquê e praziquantel têm-se mostrado altamente eficazes no controle da esquistossomose, segundo avaliação do chefe de doenças parasitárias da Organização Mundial de Saúde (OMS), Kenneth Mott. As drogas são administradas em dose única por via oral e se mostram praticamente isentas de efeitos colaterais. No Brasil, adota-se o oxamniquê, que age contra a forma intestinal, causada pelo parasita *Schistosoma mansoni*. O praziquantel mostra-se eficaz contra todas as formas da doença. O representante da OMS afirmou existirem atualmente 76 países endêmicos, 200 milhões de pessoas contaminadas e cerca de 600 milhões em risco de contrair a doença. Do total de pessoas já contaminadas, 120 milhões estão localizados no continente africano.



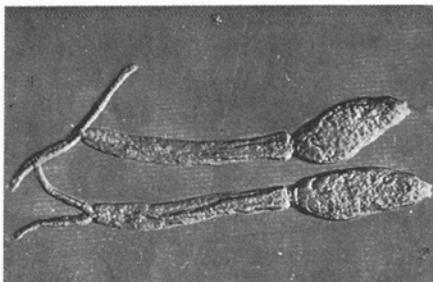
Verme fêmea no casulo macho.

Controle da doença no Brasil

De acordo com dados apresentados no simpósio pelo diretor da Divisão de Esquistossomose do Ministério da Saúde, Antônio Carlos Silveira, hoje há transmissão ativa da doença em 16 estados brasileiros, particularmente na região endêmica, que compreende os estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. A esquistossomose chegou ao Brasil em meados do século XVI, dispersando-se pelo país a partir de 1920, mas seu controle só começou a ser priorizado em 1975, com a introdução do Programa Especial de Controle da Esquistossomose, que adotou como medicamento o oxamniquet. Segundo Silveira, verificou-se com esse tratamento a quase completa supressão das formas da doença. O programa, entretanto, não atingiu os estados da Bahia e de Minas Gerais por limitação de recursos e dificuldades de natureza operacional, conforme explicou Silveira. A partir de 1980, a prioridade até então concedida à esquistossomose começou a deslocar-se para outros programas considerados mais urgentes, a exemplo do programa de combate ao dengue. Mas a partir de 1989, com a introdução do projeto de controle de doenças endêmicas — que contempla também a leishmaniose e a doença de Chagas —, pensa-se em reintensificar o controle da esquistossomose no país. A prioridade absoluta do projeto, informou o representante do Ministério da Saúde, será o controle nos estados da Bahia e de Minas Gerais. Estima-se que entre seis e oito milhões de brasileiros estejam infectados pela doença. Inquérito nacional realizado entre 1976 e 1981 indicou prevalência média da esquistossomose no país em torno de 6% da população.

Nova estratégia para a vacina

O caminho para a obtenção da vacina contra esquistossomose passa hoje pelo consenso de se definir uma estratégia ligada à associação de antígenos no sentido de aumentar os níveis de proteção. Esta é a opinião da pesquisadora titular do Laboratório de Esquistossomose do Departamento de Helmintologia do IOC, Miriam Tendler, defendida durante o simpósio. A pesquisadora acredita que a busca da vacina requer um enfoque multidisciplinar e uma abordagem mais crítica. Segundo ela, a utilização isolada de antígenos purificados em modelo animal tem indicado níveis baixos de proteção em diferentes laboratórios do mundo. A equipe do IOC, cujo trabalho iniciado há dez anos optou pela associação de antígenos recombinantes, tem obtido resultados de elevada proteção em animais. A pesquisa encontra-se agora em fase de caracterização molecular do extrato obtido da associação de antígenos — tendo sido caracterizadas oito entre 20 e 25 moléculas — além do estudo de diferentes parâmetros envolvidos no protocolo da vacinação no sentido de definir as variáveis que influem nos níveis de proteção.



Cercárias, que contaminam o homem.

Bloqueio de fertilidade

O Departamento de Bioquímica Médica da UFRJ desenvolve pesquisa que poderá representar uma alternativa à produção de vacinas contra a esquistossomose. Durante o simpósio internacional, Franklin David Rumjanek, da equipe responsável pela pesquisa, relatou que as experiências têm como objetivo bloquear a fertilidade da fêmea adulta do *Schistosoma mansoni* para impedir a colocação dos ovos, os multiplicadores da doença. Com base em evidências da presença do hormônio do tipo es-

teróide no macho e de sua influência no amadurecimento sexual da fêmea e ao verificar que um gene que se expressa somente na fêmea madura responde à ação do esteróide, a equipe da UFRJ busca agora reconhecer que proteína está presente na sequência deste gene e que é capaz de mediar a colocação dos ovos. Pretende-se com isso chegar a um mecanismo que tenha função semelhante aos anticoncepcionais humanos ou descobrir um anti-hormônio específico para bloquear a ação do esteróide.

Novo diagnóstico sorológico

O pesquisador Andre Deelder, do Instituto de Medicina Tropical da Universidade de Leiden, na Holanda, adotou uma abordagem diferente para o desenvolvimento de diagnóstico sorológico para a esquistossomose: ao invés de procurar anticorpos como resultado da reação do organismo contra o parasita, Deelder optou pela procura de antígenos que são liberados pelo parasita na circulação sanguínea. Os resultados do novo método demonstraram que o nível do antígeno está relacionado à carga parasitária, demonstrando se o paciente tem, ou não, a infecção e que o número de antígenos se reduz após o tratamento quimioterápico. Feito com a utilização de anticorpos monoclonais específicos que reagem contra os dois principais antígenos liberados pelo verme na circulação, o teste pode revelar se a quimioterapia obteve ou não sucesso, ao constatar a redução ou desaparecimento dos antígenos na corrente sanguínea. Os antigos diagnósticos sorológicos, que buscam detectar no soro dos pacientes a presença de anticorpos contra os parasitas, apresentam, segundo o pesquisador holandês, pelo menos três problemas: o nível de anticorpos não revela a intensidade da infecção; podem ocorrer reações cruzadas provocadas pela presença de outras doenças parasitárias; o nível de anticorpos não se reduz após o tratamento quimioterápico. A técnica desenvolvida por Deelder está sendo experimentada em cinco países tropicais endêmicos, entre eles o Brasil, onde os testes de campo são coordenados pelo pesquisador Carlos Alberto Tavares, do Departamento de Bioquímica da UFMG.

Cobertura realizada por Marise Muniz (Ciência Hoje, Belo Horizonte)

ENGENHARIA GENÉTICA

CAMUNDONGOS DE ENCOMENDA

A introdução de um gene estranho num embrião de camundongo e posteriormente em outros animais foi um marco da engenharia genética. Hoje, há até animais patenteados, como o camundongo 'gigante' (do tamanho de um rato). A técnica usada nesses experimentos consiste na microinjeção do gene em estudo em óvulos recém-fecundados de camundongos. O gene estrangeiro integra-se em um dos cromossomos do óvulo, que é então inserido no útero de um camundongo fêmea para ali se desenvolver. Em alguns dos camundongos que vêm a nascer, o gene estrangeiro se expressa, isto é, as características que confere se manifestam: esses animais são ditos 'transgênicos'. Nesse procedimento, contudo, boa parte dos embriões morre após a microinjeção e não há garantia de que o gene estará ativo nos que vierem a nascer.

Uma tecnologia recente evita esses problemas: as células originais (*stem cells*) são obtidas de um embrião em fase inicial de desenvolvimento, ainda dotadas de totipotência genética (capacidade de gerar qualquer célula do organismo adulto) e mantidas em condições especiais de cultura (figura 1). A essas células podem ser aplicadas as técnicas já conhecidas de introdução de genes. As células modificadas são microinjetadas em um embrião hospedeiro e este é implantado no útero de camundongos fêmeas.

Os filhotes resultantes, produtos da mistura das células originais e das do embrião 'hospedeiro', são chamados 'quimeras'. As células modificadas pelo gene estrangeiro podem colonizar o embrião e contribuir na formação das gônadas e, portanto, das células germinativas do camundongo hospedeiro, ou seja, o óvulo ou espermatozói-de. Por meio de cruzamentos especiais desses animais, pode-se então obter indivíduos que têm exatamente o material genético dessas células, inclusive as modificações introduzidas pelo pesquisador. Como esse material genético se transmite às gerações seguintes de forma mendeliana (de acordo com a genética clássica, cujas leis foram formuladas pelo monge austríaco Gregor Mendel), forma-se toda uma linhagem portadora das modificações introduzidas.

Os pioneiros desse tipo de experimento foram Achim Gossler e colaboradores, Instituto Max-Planck de Tübingen (Alemanha). Em 1986, introduziram o gene *neo* (que confere resistência ao antibiótico geneticina) em células embrionárias originais cultivadas e selecionaram aqueles resistentes à geneticina, portanto portadoras do gene *neo*. Estas foram microinjetadas em embriões e depois implantadas no útero de ca-

mundongos fêmeas. Conseguiram assim produzir linhagens de camundongos transgênicos que transmitem a resistência ao antibiótico às gerações seguintes de maneira estável.

Até o final de 1988, só se faziam experimentos desse tipo com genes selecionáveis em cultura celular. Uma das razões dessa limitação é que a modificação de um gene alvo pela introdução do gene exógeno em células de mamíferos depende de recombinação homóloga, um fenômeno que ocorre com frequência muito baixa (de um em um milhão a, no máximo, um em dez mil), difícil de detectar. Tornava-se assim quase impossível substituir um gene determinado nessas células.

Três pesquisadores da Universidade de Utah (EUA), Suzanne L. Mansour, Kirk

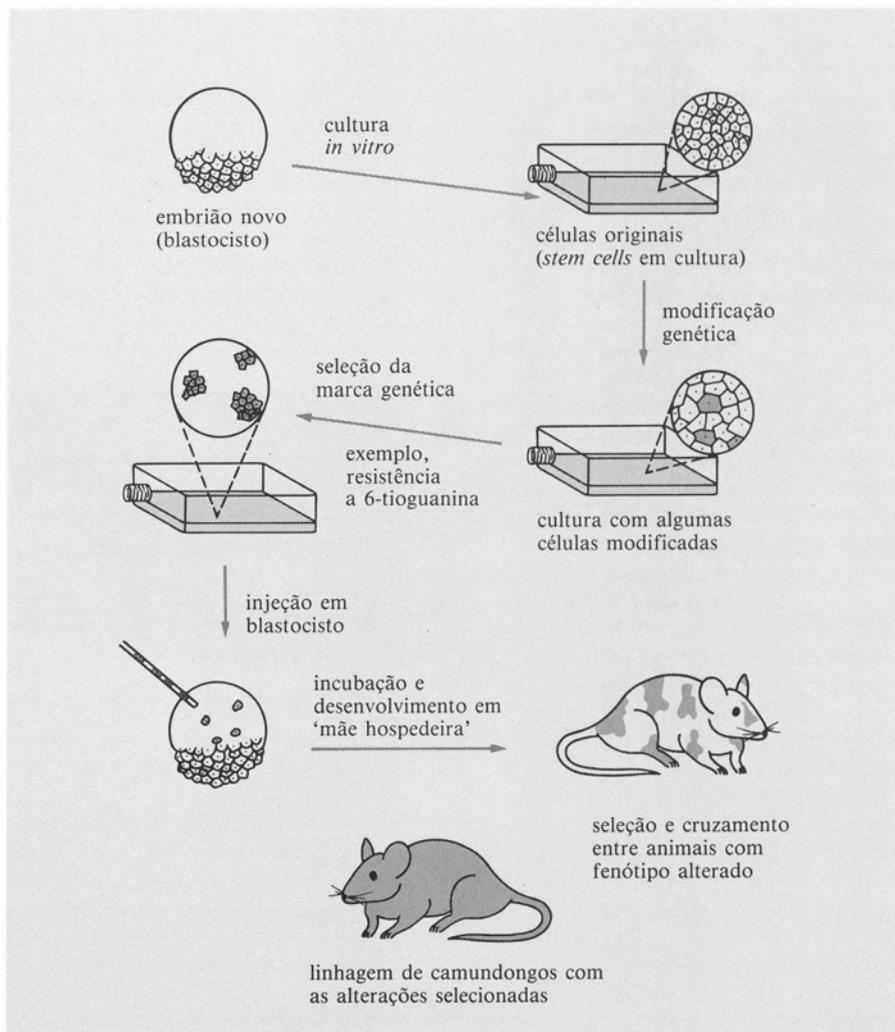


Fig. 1. Obtenção de camundongos transgênicos a partir de células embrionárias originais (*stem cells*) em cultura. As células embrionárias modificadas geneticamente através da introdução de genes 'estrangeiros' são microinjetadas em embriões em estágios iniciais do desenvolvimento (blastocisto) e estes são reimplantados em camundongos hospedeiros, resultando em quimeras.

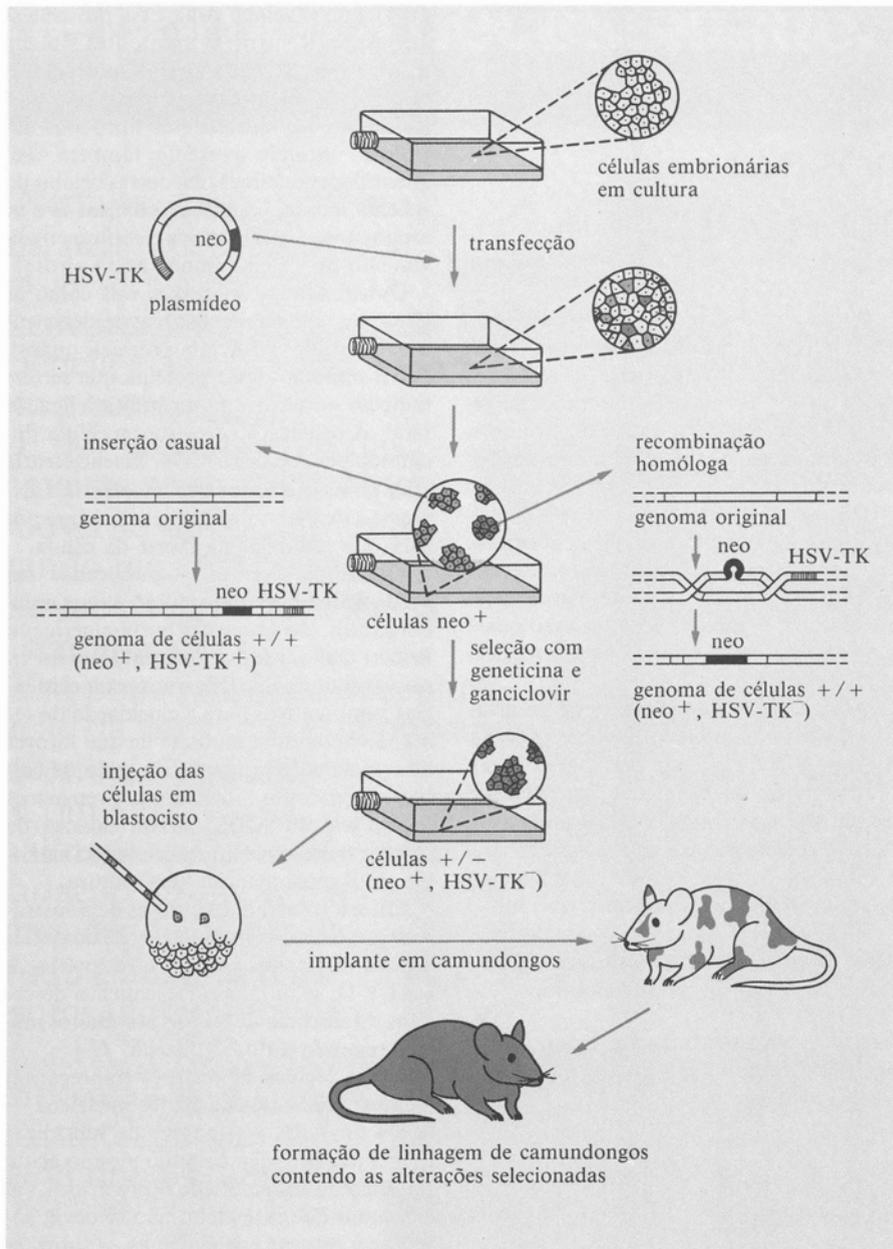


Fig. 2. Técnica de seleção positiva e negativa para isolamento de células por recombinação homóloga entre o gene celular e o homólogo. O gene alvo é manipulado *in vitro* (1) de modo a ter inserido em sua seqüência o gene *neo* e, ao seu lado, também o da timidina-quinase (HSV-tk). O gene *neo* confere ao genoma da célula hospedeira resistência à geneticina e o gene HSV-tk, que será inserido em interação não homóloga, torna as células sensíveis ao agente ganciclovir. Passa a ser possível, assim, selecionar as células resultantes de recombinação homóloga entre o gene celular alvo e o gene inativo daquelas: serão as que resistem tanto à geneticina quanto ao ganciclovir. Estas células podem então ser injetadas em um embrião novo (blastocisto) originando uma quimera, que vai gerar posteriormente camundongos contendo o gene alvo inativado.

so. A construção genética que fizeram contém também o gene da enzima timidina-quinase, do vírus *herpes simplex*, adjacente ao gene a ser inativado. Se a integração for casual, este segundo gene será também integrado, dando origem a células sensíveis ao agente antiviral ganciclovir (análogo ao aciclovir, vendido comercialmente como anti-herpético).

Assim, em uma segunda seleção, esta negativa, nos casos em que ocorrer recombinação homóloga, o gene da timidina-quinase não se integrará ao genoma e as células resultantes serão resistentes ao ganciclovir. A estratégia permite, portanto, discriminar entre as células resistentes à geneticina e aquelas resistentes ao ganciclovir, sendo que estas últimas serão, com frequência bastante alta, resultado de recombinação homóloga entre o gene celular e o gene inativado exógeno.

Capecchi e seus colaboradores reportaram a inativação do *locus int2*, relacionado com a diferenciação celular, de células embrionárias originais. Sendo assim, será possível acompanhar os efeitos dessa inativação em um animal gerado a partir dessas células. Ainda não divulgaram o que aconteceu com o camundongo portador desse gene alterado, mas é importante ressaltar que a tecnologia que estes pesquisadores desenvolveram torna possível inativar todo e qualquer gene celular. Com isso poderemos, em breve, analisar as funções *in vivo* de todas as seqüências gênicas existentes em um mamífero.

* *Trends in Genetics*, vol. 5, pp. 70-76, 1989
Nature, vol. 336, pp. 348-352, 1988

Carlos Frederico M. Menck e Lyria Mori
Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo

R. Thomas e Mario R. Capecchi,* conseguiram superar essas dificuldades com uma engenhosa estratégia técnica que permite obter as células que recombinam exatamente com o gene alvo com frequências de até 50%, da maneira idealizada pelos pesquisadores (figura 2).

A nova técnica combina sistemas de seleção positiva e negativa, de modo a isolar precisamente as células em que houve recombinação homóloga dos genes celular e exógeno. Na primeira seleção positiva o gene a ser inativado é inicialmente trabalhado no laboratório de modo a ter o gene bacteriano selecionável inserido em sua se-

qüência. É o caso do gene *neo*, que, incorporado ao genoma da célula hospedeira, confere a esta célula uma grande resistência ao antibiótico geneticina. No entanto, como a integração gene *neo* no genoma celular é feita principalmente ao acaso, apenas uma em mil células resistentes à geneticina será proveniente da inserção do gene no gene alvo correspondente, sendo praticamente impossível detectá-la por métodos bioquímicos.

O grupo liderado por Capecchi idealizou um sistema de seleção genética que virtualmente elimina as células (resistentes à geneticina) produzidas em decorrência de aca-

MEDICINA

SARCOMA DE KAPOSÍ, UM CÂNCER LIGADO À AIDS

O recrudescimento, sob novas formas, de manifestações da entidade conhecida como sarcoma de Kaposi oferece uma boa oportunidade para se retomar a discussão sobre o caráter adequado ou não de sua inclusão no rol das doenças neoplásicas malignas, isto é, dos cânceres.

Esse tumor, considerado classicamente um câncer de pele de baixa malignidade, surpreendia por vezes pela falta de células atípicas e a ausência de metástases, características dos sarcomas, assim como pela sua composição multicelular.

Há cerca de dez anos, formas mais agressivas foram descritas em indivíduos homossexuais e sem defesas imunológicas em decorrência da AIDS, bem como em jovens africanos. Essas manifestações diferiam da forma clássica uma vez que esta, além de ter crescimento limitado, acometia tipicamente pessoas idosas. Nas formas mais agressivas, associadas à AIDS, a proliferação explosiva própria das neoplasias atinge vários órgãos, o que é freqüentemente interpretado como ocorrência de metástases. Além disso, as células malignas apresentam alterações evidentes, e é peculiar uma intensa formação de vasos sanguíneos visível em todas as formas ao lado do infiltrado inflamatório.

A origem das células cancerosas permanece controversa, embora trabalhos recentes sugiram que as do sarcoma de Kaposi provêm de células da parede de vasos linfáticos, em resultado de uma proliferação que se origina em múltiplos clones de células, diferentemente do que ocorre nas verdadeiras neoplasias. A elevada freqüência dessa manifestação em aidéticos despertou o interesse de numerosos grupos de pesquisa para uma discussão cujo fulcro era a relação entre as neoplasias e os vírus.

Depois que se conseguiu manter em cultura células obtidas de sarcoma de Kaposi de pacientes com AIDS, obtiveram-se dados relevantes sobre a biologia desse tumor. Mais amplamente ainda, esses avanços estão propiciando uma discussão dos próprios fundamentos teóricos da transformação maligna.

De fato, o que se verificou nas células em cultura foi que todas apresentavam uma composição de cromossomos — os bastonetes do núcleo que alojam o material genético — normal para o sexo masculino e, até o momento, nenhuma seqüência do genoma do HIV-1 — o vírus causador da AIDS —, ou mesmo de qualquer outro vírus, foi encontrada nelas. Fica, portanto, abalada a certeza sobre a inclusão do sarcoma de Kaposi entre as neoplasias, nas quais as modificações genéticas são quase sempre verificadas ou pelo menos teoricamente admitidas.

Que determinaria a proliferação desordenada de algumas células após a infecção pelo vírus HIV-1, que não pode ser considerado um vírus oncogênico — isto é, causador de câncer — tradicional? Mesmo que a relação epidemiológica entre infecção viral e neoplasia fortalecesse uma relação causal, que mecanismos estariam operando?

Sabe-se que a infecção pelo HIV-1 decorre da presença de uma proteína identificada como gp120, presente na superfície

externa do envelope viral. Essa proteína se liga especificamente a uma outra situada na superfície da célula-alvo. A molécula receptora da célula-alvo, chamada CD4, é abundante na superfície de linfócitos auxiliares, estando presente também, em quantidades mínimas, em outras células do sistema imune, como os linfócitos B e os monócitos, o que justifica o íntimo envolvimento do sistema imune nessa virose.

Outras células do corpo, tais como as gliais (do sistema nervoso), as epidérmicas e as intestinais poderiam produzir quantidades mínimas dessa proteína que seriam também suficientes para permitir a ligação viral. A penetração do vírus na célula, facilitada pelo receptor CD4, desencadearia uma série de eventos que envolveria a expressão de determinados genes, o que poderia até redundar na morte da célula.

Trabalhos recentes — publicados em 1988 — de Shuji Nakamura* e seus colaboradores, do grupo do norte-americano Robert Gallo, um dos descobridores do vírus causador da AIDS, trouxeram evidências significativas para a elucidação do tema, levantando a hipótese de que fatores de crescimento presentes em meio de cultura de linfócitos infectados por retrovírus (como é o da AIDS) seriam capazes de manter o crescimento de células do sarcoma de Kaposi mantidas em cultura.

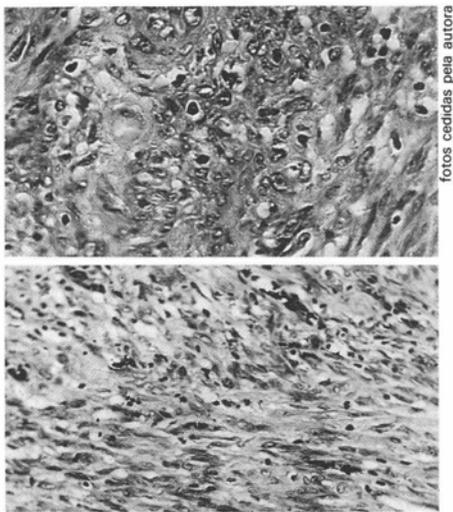
Em seu trabalho, os autores demonstraram que o meio condicionado obtido de linfócitos infectados por outro retrovírus, o HTLV-II, mantinha o crescimento de células do sarcoma de Kaposi por muitos meses, segundo a dose utilizada.

Como técnica de análise, empregaram sondas: segmentos de ácidos nucléicos — ADN ou ARN — capazes de hibridizar com a fita complementar do mesmo ácido nucléico ou com a fita do outro ácido. Verificaram que esse efeito não se devia somente à presença de citocinas — substâncias ativas liberadas por células do sistema imune — presentes no meio condicionado, mas também a fatores estimuladores do crescimento celular produzidos pelas próprias células do sarcoma de Kaposi.

A ocorrência de tumor no portador de AIDS estaria facilitada pela elevada taxa de replicação viral do HIV-1 e pelo estado de vigilância imunológica gravemente prejudicado.

* *Science*, vol. 242, pp. 426-430, 1988

Euzenir Nunes Sarno
Setor de Hanseníase,
Fundação Oswaldo Cruz



Dois aspectos diferentes da mesma neoplasia. Acima, predominam células fusiformes, envolvendo grande número de pequenos vasos e hemácias extravasadas. Abaixo, predomina a proliferação de células alongadas de rico citoplasma com características de células endoteliais.

fotos cedidas pela autora



QUALIDADE DE VIDA. A NOSSA MARCA REGISTRADA.

Você pode não estar vendo, mas a Du Pont está sempre presente no seu dia-a-dia. Seja fabricando produtos da mais alta tecnologia, como fibras têxteis para vestuário. Seja desenvolvendo produtos para os setores de agricultura, transporte, comunicação, eletroeletrônica, química etc. Em todas estas áreas a Du Pont deixa sua marca. Sempre com um compromisso: contribuir para melhorar a qualidade de vida.

O ESTADO ATUAL DA



Orville A. Derby

O artigo cuja tradução apresentamos a seguir foi publicado anonimamente. A autoria de Orville A. Derby foi estabelecida por Alpheu Diniz Gonçalves na coletânea que organizou sob o título *Orville A. Derby's Studies on the Paleontology of Brazil*, p. 154. Trata-se de preciosa e talvez única avaliação do estado da ciência no Brasil às vésperas da República, feita por quem se achava em posição privilegiada para o fazer. Nascido em 1852, o norte-americano Orville A. Derby veio ao Brasil para participar da Comissão Geológica do Império, criada em 1875 sob a direção de seu compatriota, o geólogo Frederick Hartt. Após a morte de Hartt em 1876, de febre amarela, tornou-se um dos principais incentivadores dos estudos naturais no Brasil e o mais fecundo

pesquisador na área de paleontologia. Com o fechamento da Comissão Geológica, em 1876, trabalhou no Museu Nacional, analisando o material coletado e publicando os resultados das pesquisas. Nesta época escreveu para *Science* o artigo aqui traduzido. Em 1886 foi convidado a organizar a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, que dirigiu até 1904. Foi o primeiro diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, desde sua criação em 1907 até 1915, quando se suicidou.

O agudo senso de observação de Derby permitiu-lhe não apenas produzir um retrato fiel da ciência brasileira na época, como apontar algumas características que ainda hoje marcam nossa vida científica. Uma delas é a importância do reconhecimento do valor da ciência por parte do governo e do conseqüente apoio oficial à pesquisa. Outra é a necessidade de dar agilidade administrativa às instituições de pesquisa, de libertá-las do peso do passado, da centralização excessiva, da burocracia emperrada. Será possível dizer que Derby também estava certo ao prever que, no futuro, a lentidão de nosso processo científico não se deveria à falta de capacidade criadora de nossos cientistas?

Os últimos dez ou 15 anos testemunharam um acentuado despertar do Brasil para a importância da pesquisa científica e a inauguração do que pode ser chamado com justiça de um novo movimento, do qual — pelo que sabemos — nenhuma divulgação foi até agora feita para o mundo exterior; enquanto os próprios brasileiros, em sua maioria, talvez ainda desconheçam a importância e a promessa da atividade científica desenvolvida em seu meio por um pequeno grupo de trabalhadores dedicados. Embora o Brasil venha sendo, desde seu afastamento da política colonial estreita e limitadora de Portugal que proibia a atividade dos estrangeiros, um valioso campo de pesquisa para eminentes naturalistas de diversas nacionalidades, os bra-

sileiros, com poucas e honrosas exceções, se satisfazem em receber de segunda mão os conhecimentos da história natural de seu próprio país, e raramente se empenham por conta própria em suplementar e corrigir o trabalho dos naturalistas estrangeiros, em grande parte necessariamente incompleto e incorreto. O governo, até recentemente, também não assegurou ajuda bem dirigida e regular para as investigações científicas; embora tenha mantido por muitos anos, com despesa considerável, departamentos científicos em todas as instituições superiores do saber e em estabelecimentos como o Observatório Nacional e o Museu Nacional, e em algumas ocasiões até mesmo tenha organizado levantamentos e expedições exploratórias. De-

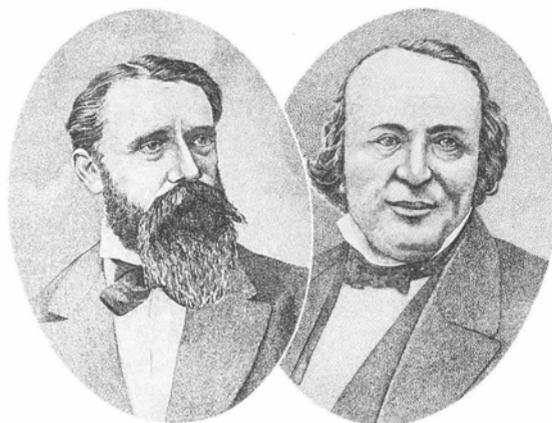
CIÊNCIA NO BRASIL

vido à má organização ou apoio insuficiente, os resultados científicos de todos esses esforços foram, contudo, de pouco valor. Mesmo que esse estado insatisfatório, tão natural num país jovem, tenha sido a regra, não deve ser esquecido que o governo, por alguns anos, deu um subsídio anual de cerca de cinco mil dólares com vistas à conclusão e à publicação da grande obra de von Martius, *Flora brasiliensis*; e que vários naturalistas estrangeiros, como Agassiz, receberam importante estímulo e ajuda, tanto oficial como privada, para levar adiante suas pesquisas.

No final do período colonial, um movimento científico promissor teve início e logo sofreu severo golpe com as perturbações políticas ocorridas antes e depois da emancipação do domínio português, golpe do qual a ciência no Império só agora começa a se recuperar. Naquela época, foi criado o Museu Nacional, tendo como núcleo a esplêndida coleção mineralógica de Werner, a qual, após uma série de acontecimentos bizarros, acabou encontrando seu lugar de descanso no Rio de Janeiro. Habilidade mineralogista e geólogo, o barão von Eschwege foi nomeado inspetor de minas e, por cerca de 12 anos, investigou, com admirável proficiência, a geologia e a mineralogia das regiões do ouro e dos diamantes, enquanto Pohl e Sellev levavam adiante investigações em outras áreas, em parte, pelo menos, sob os auspícios do governo. Dois mineralogistas brasileiros, Andrada e Câmara, foram atraídos pela política; e o primeiro, um homem de ciências muito capaz, acabou se tornando o patriarca da Independência brasileira [ver 'José Bonifácio, mineralogista', em *Ciência Hoje* n.º 56]. Mais ou menos nessa época, frei Velloso preparou um importante trabalho sobre botânica brasileira, do qual, infelizmente, só as pranchas haviam sido até recentemente publicadas. O último trabalho de Freire Allemão na mesma área, tendo sido produzido numa época de quase total indiferença pela ciência, foi perdido em sua maior parte ou permanece inédito, como aconteceu também com os de Alves Serrão, Burlamaqui (*sic*) e Capanema, em geologia e mineralogia, e do poeta Gonçalves Dias, em etnologia.

Por longo período, o que passava por ciência no Brasil era caracterizado por uma quase total ausência de investigação; e embora houvesse muitos nomes com uma reputação local e mesmo nacional como professores ou escritores de assuntos científicos, era difícil encontrar qualquer contribuição sólida tanto no campo das ciências físicas como no das ciências naturais. Hoje ainda há muitas reputações que não têm como base um trabalho origi-

nal de mérito. Portanto, o surgimento de um grupo, embora pequeno, de verdadeiros pesquisadores marca o início de uma nova era; e, embora este início seja ainda muito modesto, seus efeitos já se fazem sentir, e aumentarão a cada ano. Esse despertar de uma compreensão do que a ciência de fato é, e dos métodos adequados para praticá-la, pode ser atribuído a várias causas. O desenvolvimento das facilidades de comunicação, e a ampliação constante das relações com países estrangeiros, a nova vida e a energia desenvolvidas por uma luta como foi a Guerra do Paraguai, a visita do professor Agassiz em 1864, e a visita do imperador à



Frederick Hartt
e Agassiz

Europa e aos Estados Unidos, foram provavelmente as causas mais determinantes. Destas, a última não é absolutamente a menos importante. Dotado de um critério científico fortemente desenvolvido, e dos conhecimentos que poderia obter com os meios à sua disposição e no ambiente não científico em que se insere, o imperador aproveitou ao máximo suas viagens para associar-se a homens de ciência, visitar museus e escolas, e para familiarizar-se inteiramente, ele próprio, com os meios e métodos de pesquisa; de forma que voltou com concepções mais claras sobre o que seria mais adequado para encorajar e promover a ciência em seu país. Nos últimos dez ou 15 anos, as escolas superiores e os estabelecimentos científicos foram reformados e dotados de melhor organização, novos departamentos e maiores verbas, as quais, embora ainda insuficientes para suas necessidades, são principescas em comparação com o que recebiam antes; uma eficiente Escola de Minas foi criada; professores e especialistas trazidos de fora, embora não ►

O que passava por ciência no Brasil era caracterizado pela ausência quase total de investigação, embora muitos professores tivessem valor



Barão von Eschwege
e Louis Cruls

O fato de que um esforço privado tenha conseguido equipar e organizar um laboratório de astronomia foi um sinal muito alvissareiro do despertar de um novo movimento científico na década de 1880.

no número que seria desejável para alguns dos novos departamentos e para o novo trabalho que está sendo feito no país; um levantamento geológico foi organizado, embora, sendo um pouco avançado para a época, tenha sido suspenso após dois anos de trabalho eficiente, com base numa avaliação econômica míope; adotou-se a prática de incluir naturalistas nas explorações de engenharia; e sob muitas outras formas a pesquisa científica foi promovida.

Presentemente o Museu Nacional e o Observatório Nacional, no Rio, e a Escola de Minas, em Ouro Preto, são os principais centros de atividade científica. O último, sendo um estabelecimento relativamente novo, afastado das tendências centralizadoras da capital, organizado sob modelos europeus, e controlado por um eficiente corpo de especialistas franceses, escapou dos muitos vícios de organização das instituições mais antigas. Os dois outros, embora seriamente prejudicados pela falta de recursos e uma organização deficiente, ultrapassaram instituições que deveriam naturalmente ser centros científicos importantes, porque ali a reforma foi mais radical e completa, e, como seu corpo de funcionários é pequeno e em sua maioria novo, as possibilidades de preencher os cargos com especialistas competentes foram muito maiores do que nas faculdades de medicina do Rio e da Bahia, na Escola Politécnica e no Colégio D. Pedro II no Rio. Nestes um grande número de defeitos da velha organização ainda permanece, e alguns dos avanços são de utilidade duvidosa, uma vez que toda a sua organização ainda é muito centralizada e emperrada para permitir um trabalho eficiente em qualquer departamento. O sistema de preenchimento das cátedras através de concurso, na forma como tem sido conduzido, freqüentemente dá margens a que a retórica e a elegância sejam preferidas ao mérito sólido comprovado por pesquisa original; e os mais competentes às vezes se recusam a concorrer, ou, se concorrem, são derrotados numa competição em que a maioria da me-

sa examinadora tem apenas um conhecimento superficial do assunto da cadeira a ser preenchida.

O Observatório Nacional, agora sob a direção do dr. L. Cruls, nos últimos anos vem tratando de completar seu equipamento e recentemente começou a publicar em francês uma série de anais. Além de seu trabalho regular, organizou quatro expedições para observação da passagem de Vênus, duas das quais fora dos limites do Império. Trabalho astronômico também está sendo realizado num pequeno observatório particular pelo dr. Pereira Reis, antigo vice-diretor do Observatório Nacional, e por alguns de seus colegas da Escola Politécnica. O fato de que indivíduos privados, auxiliados por contribuições voluntárias, conseguiram organizar e equipar esse laboratório é um dos sinais mais alvissareiros do novo movimento científico.

O Museu Nacional começou em 1876 a publicação de seus Arquivos, dos quais seis volumes já apareceram, contendo trabalhos preparados em conexão com o museu ou com a extinta Comissão Geológica, cujo material foi incorporado pelo museu. Entre esses trabalhos, os do falecido professor Hartt, sobre arqueologia e etnologia do Amazonas, dos drs. Lacerda e Peixoto sobre crânios indígenas, dos drs. Ladislau Netto e Ferreira Penna sobre arqueologia brasileira, do professor Derby sobre geologia, do dr. Lacerda sobre ação fisiológica dos venenos de cobra e de Fritz Muller sobre insetos e crustáceos, merecem atenção especial. Uma esplêndida monografia sobre fósseis cretáceos invertebrados, relacionando mais de 200 espécies, a maioria novas, coletados pela Comissão Geológica, está sendo agora preparada para os Arquivos pelo dr. C. A. White do Museu Nacional de Washington, e será provavelmente seguida por monografias sobre a igualmente rica fauna carbonífera e devoniana pelos srs. Derby e Rathbun, que foram membros da Comissão Geológica. O museu está atualmente devotando especial atenção à pesquisa antropológica, à qual o diretor, dr. Ladislau Netto, está dedicando grande parte de seu tempo e sobre a qual recentemente organizou uma boa exposição, que atraiu considerável interesse público e assegurou importantes contribuições para a coleção. O trabalho botânico do museu está sob a direção do dr. Nicolau Moreira, assistido pelo sr. Schwache, um competente botânico alemão. Na seção geológica, os srs. Derby e Freitas ocupam-se sobretudo com o estudo e preparação para publicação do rico material acumulado pela Comissão Geológica e, desde que as condições o permitam, com o prosseguimento do estudo geológico do Império. O reconhecimento geológico do grande vale do São Francisco e do cinturão aurífero e diamantífero do centro de Minas Gerais pelo professor Derby é o mais importante trabalho feito ultimamente nessa seção. Sob a direção do dr. Couty, da Escola Politécnica, e do dr. Lacerda, do museu, foi criado um laboratório experimental de fisiologia, anexo ao museu, há cerca de três anos.

Ali, cuidadosas pesquisas sobre vários assuntos foram levadas a cabo e seus resultados foram em parte publicados por revistas científicas francesas. Dos trabalhos publicados em português, o do dr. Lacerda, sobre a natureza e os efeitos fisiológicos dos venenos de cobra e outros venenos, e a bem-sucedida aplicação de permanganato de potássio como antídoto para venenos de cobra, é o mais notável e importante. Sendo o laboratório aberto para cientistas que não pertencem à instituição, muitos tiraram proveito da oportunidade que assim lhes foi aberta: os srs. Guimarães e Raposo investigaram os efeitos fisiológicos do café, do chá paraguaio e de outras substâncias alimentares; e o dr. Araujo Goes está atualmente empenhado no estudo de organismos microscópicos presentes nas doenças pulmonares.

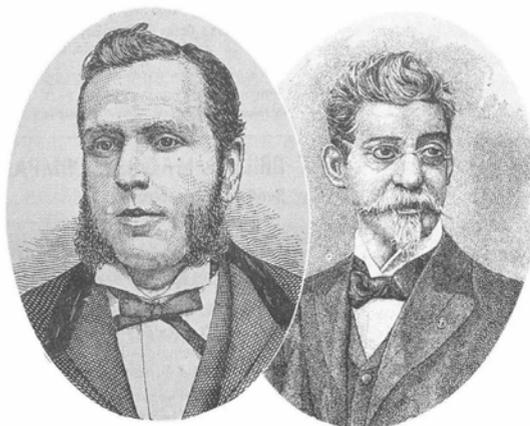
A Escola de Minas também tem seus anais, dos quais um volume já foi publicado, contendo trabalhos importantes escritos pelo diretor, professor Gorceix, sobre o modo de ocorrência do topázio, do diamante e de outras pedras preciosas, e sobre a geologia da região em que ocorrem, assim como trabalhos dos alunos, que mostram estar sendo treinados por um corpo capacitado de pesquisadores, e dos quais muito se pode esperar no futuro. O segundo volume, agora em preparo, conterà traduções de trabalhos pouco conhecidos do dr. Lund sobre as 'cavernas de osso' de lagoa Santa.

Os anos passados testemunharam uma quase total reorganização da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com o estabelecimento, numa escala generosa, de muitos laboratórios novos para ensino e pesquisa, dos quais um bom trabalho, naturalmente, se espera. Até o presente, os estudos do dr. Domingos Freire sobre química orgânica e organismos microscópicos da febre amarela, e ainda sobre a natureza, causa e tratamento dessa doença, são os mais importantes trabalhos elaborados na instituição.

Na Escola Politécnica, a era da investigação foi aberta muito recentemente e em pequena escala, para que os efeitos materiais já se produzam. Dr. Saldanha da Gama, da cadeira de botânica, está estudando a flora das vizinhanças do Rio, e treinando seus alunos nos métodos de pesquisa; importantes investigações geológicas e mineralógicas estão sendo empreendidas pelo dr. Ennes de Souza, que teve a vantagem de um completo treinamento científico em Freiberg. A cadeira de química acaba de receber como convidados o professor Michler da Universidade de Zurique, atualmente em visita científica ao Brasil, e o dr. Sampão, um brasileiro graduado nessa universidade, que estão dirigindo investigações cuidadosas sobre a química de produtos vegetais brasileiros.

Como o Brasil ainda não alcançou o estágio de desenvolvimento científico e material em que os cientistas podem esperar viver do que ganham, e encontrar meios e tempo para investigação fora das escolas governamentais e outros estabelecimentos,

pouco se pode esperar dos que trabalham privadamente. Não obstante esse fato, o desenvolvimento do que pode ser chamado de ciência oficial tem sido muito fraco para colocá-lo em vantagem diante do não oficial. Fritz Muller, agricultor de uma colônia alemã no Sul do Brasil, encontra tempo para investigações zoológicas que lhe deram renome mundial; Glaziou, diretor dos jardins públicos do Rio, contribuiu amplamente para a *Flora brasiliensis* e provavelmente ninguém o supera no conhecimento da botânica brasileira; Rodrigues Peixoto, médico praticante, associou-se a Lacerda em importantes estudos sobre a craniologia dos brasileiros; e Barbosa Rodrigues trabalhou extensivamente em botânica, com palmeiras e orquídeas, e no campo fértil da etnologia amazônica.



Saldanha da Gama
e Barbosa Rodrigues

Embora seja tão pouco o que a ciência brasileira tem a mostrar, e alguns dos trabalhos acima mencionados, se examinados com mais rigor, pareçam ser ainda algo rústicos e não científicos em seus métodos e deduções, o que já foi feito é bastante para marcar o despontar de uma nova era cheia de promessas para o futuro, e caracterizada pelo estudo da natureza antes do que pelo estudo dos livros. O pequeno núcleo de investigadores não pode deixar de treinar discípulos, de juntar outros em torno de si, e de educar o governo e o povo para chegarem ao ponto de distinguir a verdadeira pesquisa do mero brilho falso e vazio. Quando chegar a hora em que os métodos realmente científicos estejam implantados no país, não faltarão aos brasileiros as qualidades mentais requeridas a investigadores originais e competentes. Se o progresso científico for lento, não será por indiferença ou ignorância da verdadeira natureza da ciência, mas porque o desenvolvimento material do Império não oferece as facilidades de pesquisa desfrutadas em países mais velhos e mais ricos...

**Se for lento
o progresso,
não será por
indiferença
ou ignorância,
mas devido
à insuficiência
das condições
materiais.**

Science, vol. 1, n.º 8 (30 de março de 1883),
pp. 221-214

BICENTENÁRIO NAS LIVRARIAS

As comemorações do Bicentenário da Revolução Francesa constituem motivo para toda sorte de eventos, desde os de natureza acadêmica e artística até os meramente promocionais. Essa tomada de consciência coletiva em relação à grande data promove igualmente o interesse do público pelos livros que tratam do assunto. Por isso as editoras também entraram no circuito comemorativo, atendendo e estimulando tal demanda. Não exageremos porém: entre nós a movimentação editorial associada ao Bicentenário atingiu naturalmente dimensões muito mais modestas do que os 1.063 títulos já recensados na França.

A predominância de traduções é consequência de duas circunstâncias mais ou menos óbvias: a inexistência de textos de autores brasileiros e as considerações mercadológicas. A primeira é decorrência da falta de uma autêntica tradição de pesquisa e reflexão sobre a problemática da Revolução Francesa em nossas instituições de ensino

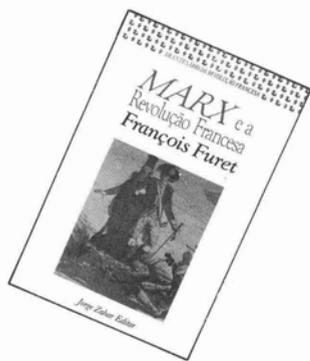


e pesquisa; a segunda baseia-se no fator segurança aplicado às previsões de venda: o investimento em títulos consagrados e autores de prestígio é uma garantia do retorno do capital ao editor.

Com base nos catálogos das editoras e em notícias veiculadas pela imprensa, fizemos um rápido levantamento do material ligado de uma forma ou de outra à temática revolucionária de 1789 e disponível nas livrarias do país. O resultado de nossa pequena pesquisa foi uma relação de pouco mais de 50 títulos que nos pareceram de maior importância para os estudiosos e aqui apresentados em três subgrupos: a) livros que contêm propostas mais abrangentes e polêmicas, do ponto de vista interpretativo; b) livros cuja maior novidade reside nos objetos estudados ou no tipo de abordagem; c) livros inovadores ou polê-

micos à época em que foram publicados, mas que somente agora são traduzidos entre nós.

Logo em primeiro lugar situam-se os trabalhos de F. Furet (1) e M. Vovelle (2), bem como o *Dicionário crítico da Revolução Francesa* organizado e também em parte redigido por Furet e M. Ozouf (3). A edição dos trabalhos de Furet coloca à disposição do leitor brasileiro alguns dos textos mais polêmicos do chamado 'revisionismo' aplicado à história revolucionária. Além de demonstrar a importância do reconhecimento do óbvio — 'a Revolução Francesa terminou' —, Furet apresenta sua própria interpretação sobre as obras de Tocqueville e de Auguste Cochin, mas é na crítica à 'vulgata' marxista-leninista da História da



Revolução que ele se mostra mais irônico e mordaz. Em suma, segundo Furet, a historiografia que se proclama marxista desconhece o pensamento de Marx, no geral e no particular (acerca da Revolução), e nada mais tem feito até hoje do que repetir

O QUE HÁ DE MELHOR PARA LER SOBRE A REVOLUÇÃO FRANCESA

De François Furet (1) *Pensando a Revolução Francesa*, trad. Luiz Marques e Martha Gambini, São Paulo, Paz e Terra, 1989, 232 p., *Ensaios sobre a Revolução Francesa*, trad. Alfredo Margarido, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, 139 p., *Marx e a Revolução Francesa*, trad. Paulo Brandi Cachapuz, Rio, Zahar, 131 p.; de Michel Vovelle (2) *A Revolução Francesa contra a Igreja*, trad. Lucy Magalhães, Rio, Zahar, 1989, *A mentalidade revolucionária. Sociedade e mentalidades na Revolução Francesa*, trad. Regina Louro, Lisboa, Salamandra, 1987, 279 p., *França revolucionária* (org.), trad. Denise Bottman, São Paulo, Brasiliense, 1989; de F. Furet e M. Ozouf, (3) *Dicionário crítico da Revolução Francesa*, trad. Henrique de Araújo Mesquita, prefácio José Guilherme Merquior, Rio, Nova Fronteira, 1989, 1120 p.; de Michel Vovelle (4) *Idé-*

ologies & mentalités, Paris, Maspéro, 1982 (há tradução brasileira, editada pela Brasiliense), e (5) *Introducción a la historia de la Revolución Francesa*, trad. M. A. Galmirani, Barcelona, Crítica, 1981; de Jacques Solé (6) *A Revolução Francesa em questões*, trad. Alda Porto e Marcos Santarrita, Rio, Zahar, 1989, 365 p.; de F. Bruce, S. Rials e J. Tulard (7) *A Revolução Francesa*, trad. Lucy Magalhães, Rio, Zahar, 1989, 150 p.; de B. Epin, M. Tovar e D. Virieux (8) *A Revolução Francesa*, trad. Ramón Américo Vasques, São Paulo, Brasiliense, 1989, 125 p.; de Jacques Godechot (9) *A Revolução Francesa: cronologia comentada*, trad. Julieta da Silva Leite, Rio, Nova Fronteira, 1989, 416 p.; de Michel Perronet (10) *A Revolução Francesa em 50 palavras-chaves*, trad. Rita Braga, São Paulo, Brasiliense, 1989, 294 p.; de Guy Chaussinand-Nogaret (11) *A*

queda da Bastilha. O começo da Revolução Francesa, trad. Lucy Magalhães, Rio, Zahar, 1989, 163 p.; de Daniel Arasse (12) *A guilhotina e o imaginário do terror*, São Paulo, Ática, 1989; de Robert Darnton (13) *Boemia literária e Revolução*, trad. Luís Carlos Borges, São Paulo, Cia. das Letras, 1987, 271 p.; e *O lado oculto da Revolução. Mesmer e o final do iluminismo na França*, trad. Denise Bottman, São Paulo, Cia. das Letras, 1988, 218 p.; de D. Mornet (14) *Les origines intellectuelles de la Révolution Française*, Paris, A. Colin, 1933; de Jean Starobinski (15) *Os emblemas da razão*, trad. Maria Lucia Machado, São Paulo, Cia. das Letras, 1988, 206 p.; de Hannah Arendt (16) *Da Revolução*, São Paulo, Ática/UnB, 1988, 261 p.; de Alfred Cobban (17) *A interpretação social da Revolução Francesa*, Rio, Zahar, 1989, e Lisboa, Gradiva,



o discurso dos próprios revolucionários de 1789 sobre as origens, natureza e sentido do acontecimento de que foram os atores principais, não mais antimarxista das histórias. Não sendo propriamente novos, tais textos viabilizam uma discussão mais objetiva do 'revisonismo' entre nós, que estamos habituados ao 'padrão' interpretativo/explicativo amplamente difundido através dos nossos manuais e compêndios, em todos os níveis de ensino.

Os trabalhos de Vovelle têm em comum a preocupação com as questões ligadas aos problemas ideológicos e à história das mentalidades. Marxista pouco ortodoxo e portanto pouco ligado ao 'catecismo' — mas nem por isso 'revisonista' —, Vovelle insere-se na longa tradição da historiogra-



1988, 188 p.; de Georges Lefebvre (18) *O grande medo de 1789*, trad. Carlos Eduardo Castro Leal, Rio, Campus, 1989 (2ª ed.), 202 p.; *A Revolução Francesa*, trad. Ely B. de Melo Pati, São Paulo, Ibrasa, 1989, 575 p.; e (19) *O surgimento da Revolução Francesa*, trad. Cláudia Shilling, São Paulo, Paz e Terra, 264 p.; de Albert Soboul (20) *História da Revolução Francesa*, trad. Helio Pólvora, Rio, Zahar, 1964, 550 p.; e *A Revolução Francesa*, trad. Rolando R. da Silva, São Paulo, Difel, 1989 (2ª ed.); de Eric Hobsbawm (21) *A era das revoluções*, trad. Maria Teresa L. Teixeira e Marcos Penchel, Rio, Paz e Terra, 1977, 366 p.; de Jacques Godechot (22) *As revoluções (1770-1789)*, São Paulo, Pioneira/Edusp, 364 p.; e *Europa e América no tempo de Napoleão (1880-1815)*, São Paulo, Pioneira/Edusp, 384 p.; de Georges Rudé (23) *A Europa revolucionária (1783-1815)*, Lisboa, Presença, 1988; de Paul Nicole (24) *A Revolução*

francesa, que teve em Georges Lefebvre seu expoente maior. O autor do clássico *Ideologias e mentalidades* (4) oferece-nos agora alguns estudos surpreendentes sobre Sociedade e Mentalidades na Revolução Francesa, como por exemplo 'Viver a Revolução', e 'Viver sob a Revolução'. É pena que se não tenha editado entre nós seu pequeno volume sobre história da Revolução (5). Trata-se, em suma, de trabalhos atuais e instigantes.

O *Dicionário crítico*, em que pese a polêmica já presente na sua própria concepção e elaboração, é obra de consulta qua-



se obrigatória, mesmo levando-se em conta alguns desequilíbrios internos. O principal problema de uma obra como esta reside justamente no seu caráter 'crítico', pois, para que o leitor possa avaliar corretamente aquilo que se está criticando, há necessidade de um conhecimento prévio do 'estado atual das questões'. É exatamente aqui que se revela a importância e atualidade de um livro como o de Solé (6), cujo plano de exposição, além de lógico e coerente, permite o acesso a um texto perfeitamente em dia com a produção historiográfica

Francesa, Lisboa, Europa-América, s.d.; de A. Manfred (25) *A grande Revolução Francesa*, trad. Maria Aparecida de Camargo e Antonieta da Costa Simões, São Paulo, Ícone, 1989, 251 p.; e *A concepção materialista da Revolução Francesa*, trad. Maria Luiza Borges, São Paulo, Global, 72 p.; de Daniel Guérin (26) *A luta de classes em França na Primeira República (1793-95)*, trad. A. Vasconcelos, Lisboa, A Regra do Jogo, 1983, 288 p.; de Will e Ariel Durant (27) *A era de Napoleão*, trad. A. Carlos e G. Penna, Rio, Record, 794 p.; e *Rousseau e a Revolução*, trad. Gabriela de Mendonça Taylor, Rio, Record, 1039 p.; de E. Burke (28) *Reflexões sobre a Revolução em França*, trad. R. Faria et alii, Brasília, UnB, 240 p.; Alexis de Tocqueville, *O antigo regime e a Revolução*, trad. Ivonne Jea, São Paulo, Hucitec/UNB, 212 p.; de Louis-Antoine Saint-Just (29) *O espírito da Revolução*, trad. Lidia Fachin e Maria L. Alcoforado, São Paulo,



gráfica mais recente com respeito a cada uma das 'questões' focalizadas. E ainda com a novidade, verdadeiramente rara em se tratando de historiador francês, de englobar ingleses, norte-americanos, italianos etc. É de se lamentar que também não tenha sido publicada entre nós uma tradução do *Dictionnaire historique de la Révolution Française*, de A. Soboul (Paris, PUF, 1989), pois assim o leitor teria acesso às duas faces da polêmica historiográfica.

Mas pode ser também que o leitor simplesmente não esteja interessado em tantas discussões historiográficas e queira uma versão mais moderna da Revolução como um todo. Neste caso, nada melhor talvez do que a ótima síntese de Bruce, Rials e Turlard (7), na qual se incorporam algumas das



Unesp, 1989, 168 p.; de Xavier de Maistre (30) *Viagem à roda do meu quarto*, trad. Marques Rebelo, São Paulo, Estação Liberdade, 1989, 160 p.; de Rétif de la Bretonne (31) *As noites revolucionárias*, trad. Marina Appenzeller e Luiz P. Rouanet, São Paulo, Estação Liberdade, 1989, 400 p.; de J. Michelet (32) *A história da Revolução Francesa*, São Paulo, Cia. das Letras, 1989; de Carlos Guilherme Mota (33) *A Revolução Francesa 1789-1799*, São Paulo, Ática, 1989; de Joaquim Felizardo (34) *A Revolução Francesa. Da queda da Bastilha ao 9 Thermidor*, Porto Alegre, L&PM, 1985; de Nilton Meira Nascimento (35) *Opinião pública e Revolução*, São Paulo, Nova Stella/Edusp, 1988, 176 p.; e de Sérgio Paulo Rouanet (36) *O espectador noturno. A Revolução Francesa através de Rétif de la Bretonne*, São Paulo, Cia. das Letras, 130 p. Além desses, cumpre citar o *Dossiê Revolução Francesa*, Revista da USP, março/maio 1989.

'aquisições' da historiografia dita revisionista, conforme se depreende, por exemplo, ao compará-la com outra síntese, a de B. Epin (8). Quanto aos demais desse grupo, tais como Godechot (9), Perronet (10), Nogaret (11) e Arasse (12), talvez apenas este último constitua algo realmente inovador, pois, a partir de uma história da guilhotina, o autor realiza um estudo de história das mentalidades dos mais inteligentes e criativos.



Aliás, já tendo mencionado Vovelle e Arasse a propósito de história das mentalidades, não podemos omitir os dois livros essenciais de Darnton (13) ligados à Revolução Francesa, também fundamentais para uma compreensão adequada do problema tradicionalmente intitulado de 'origens intelectuais da Revolução', na melhor tradição de D. Mornet (14), porém de um



ponto de vista totalmente distinto. Ainda nesse capítulo da história das idéias, destaca-se a obra de Starobinski (15), justamente por articular a questão das idéias à questão bem mais ampla da cultura como um todo. Por último, nessa etapa, registremos a edição em língua portuguesa de dois verdadeiros clássicos: o famoso livro no qual H. Arendt (16) conceitualiza a Revolução no âmbito da modernidade, através de um estudo comparativo com a Revolução Americana, e o muito citado mas pouco conhecido livro de A. Cobban (17), de grande valor historiográfico. Apesar de boa parte das suas propostas já parecerem



hoje um tanto ou quanto fora de foco ou envelhecidas, suas idéias ainda suscitam reflexões e irritam os partidários do *status quo* historiográfico.

No segundo grupo listado em nossa pequena pesquisa, cumpre distinguir um conjunto de livros nem sempre novos, mas de qualquer forma contemporâneos, e outro constituído por antigos e famosos clássicos da historiografia revolucionária. No primeiro, o lugar de honra cabe indiscutivelmente a G. Lefebvre, com duas reedições (18) e uma primeira edição (19), esta uma importante novidade em termos de tradução para o português, apesar de se tratar de livro escrito em 1939. Síntese magistral que contém as idéias mestras de Lefebvre sobre as origens da Revolução, este livro, apesar de "datado", não encontrou ainda outro que o superasse em termos de conjunto.

Reedições vêm a ser também os livros de Soboul (20), a versão ampliada e a versão reduzida da concepção marxista sobre a Revolução Francesa, uma das *bêtes noires* das críticas de Furet, mas também uma das obras globais sobre o tema mais amplamente lidas nos nossos cursos superiores. Aproveitando a oportunidade, saíram das prateleiras ou foram reimpressos livros de Hobsbawm (21) e de Godechot (22), velhos conhecidos nossos. Novidade sim, mas por enquanto apenas em Portugal, a tradução do interessante livro de G. Rudé (23), bem mais atual, apesar de também não ser novo quanto ao modo de conceber a história. Bem, mas há de tudo, praticamente: Nicole (24), Manfred (25), Guérin (26) e até W. Durant (27).



Um dos fatos mais positivos do momento comemorativo do Bicentenário vem a ser a motivação para a edição ou reedição de alguns clássicos autênticos — os livros do terceiro grupo —, a começar por E. Burke e A. de Tocqueville (28), mas incluindo também Saint-Just (29), J. de Maistre (30), La Bretonne (31) e Michelet (32). Muito pouco ainda, reconheçamos, mas ainda assim alguma coisa, num ambiente em geral mais propenso à história feita do que à história que se faz.



Para concluir, uma breve referência à 'prata da casa': de G. Mota (33), um trabalho bem estruturado com uma perspectiva global da Revolução de 1789 a 1799, mais ou menos na linha explicativa/interpretativa de Lefebvre e, principalmente, Soboul; de Felizardo (34), um manual com objetivos didáticos; de M. Meira (35), excelente estudo sobre um dos aspectos mais focalizados hoje em dia pela historiografia revolucionária — o papel da opinião pública; e de Rouanet (36), a propósito de um dos testemunhos mais curiosos e instigantes dos acontecimentos revolucionários: o de Rétif de la Bretonne.

Francisco José Calazans Falcon
Departamento de História,
Universidade Federal Fluminense

**Tem gente
que perde dinheiro
com informação.**

**Nossos clientes
ganham.**

COMPUTADORES

UNISYS

UNISYS E VOCÊ. O PODER EM DOBRO.





AS PROCLAMAÇÕES DA REPÚBLICA

José Murilo de Carvalho

IUPERJ/Fundação Casa de Rui Barbosa

Não decorrera ainda um mês da Proclamação da República, quando o encarregado de negócios da França no Rio de Janeiro, Camille Blondel, anotou a tentativa dos vencedores do 15 de novembro de construir uma versão oficial dos fatos, com vistas à história. Pretendia-se, como observou Blondel, ampliar o mais possível o papel dos principais atores no evento e reduzir ao mínimo a parte do acaso no desenrolar da trama. O encarregado percebera um fenômeno comum aos acontecimentos marcantes: a batalha em torno da construção de uma versão oficial, a luta pelo estabelecimento do mito de origem. No caso da República, a batalha era tão importante, se não mais, do que a própria proclamação, um evento inesperado, rápido, incruento. Estava em jogo a definição dos papéis de vários atores que haviam tomado a cena durante o espetáculo. Disputavam-se os títulos de propriedade que cada um julgava ter sobre o novo regime. Estava em jogo a construção da memória da República, isto é, a legitimação do novo regime e do poder daqueles que o tinham implantado.

A proclamação foi um gesto de militares, em boa parte desvinculados do movimento republicano civil. O advento da República, porém, não pode ser reduzido à Questão Militar e à insurreição das unidades aquarteladas em São Cristóvão. Por outro lado, seria incorreta qualquer tentativa de desprezar os acontecimentos de 15 de novembro, como se fossem resultantes de um simples acidente. Embora seja preciso buscar mais longe as raízes da República, o ato de sua instauração possui valor simbólico inegável. Não foi por outra razão que tanto se lutou por sua definição histórica. Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Floriano Peixoto, não há inocência na briga pela delimitação do poder destes atores. Por trás desta luta, há disputa de poder e há, sobretudo, visões distintas sobre a própria natureza do novo regime. Pode-se mesmo dizer que a disputa em torno das várias proclamações de 1889 é, irresistivelmente, uma disputa pela República que se tem hoje, em 1989.

Detalhe do monumento a Floriano Peixoto no Rio. Foto Beto Felício.



Por muito tempo, digladiaram-se os partidários de Deodoro, Benjamin, Quintino e Floriano. A disputa tomava, não raro, uma feição apaixonada. Girava, às vezes, em torno de pontos aparentemente irrelevantes. Tome-se, como exemplo, o que se poderia chamar de 'a guerra dos vivas'. Quem deu vivas a quem ou a quê, em que momento? As versões são as mais desencontradas. Deodoro teria dado vivas ao imperador ao entrar no quartel-general? Ao sair do quartel? Benjamin teria dado vivas à República para abafar o viva ao imperador dado por Deodoro? E, nesta seqüência de vivas, teria Deodoro censurado os vivas à República, dizendo que ainda era cedo, ou teria ele pedido para deixar os vivas ao povo? E o que dizer do famoso óleo de Henrique Bernardelli, transformado em versão pictórica oficial e sagrada do momento da Proclamação da República? Deodoro, que posou para o quadro, estaria, no instante retratado, à saída do quartel-general após a deposição do Ministério, dando vivas à República ou ao imperador? Ou quem sabe o marechal, ao invés de vivas, estaria ordenando uma salva de 21 tiros? Tiros em homenagem a quê: à deposição do Ministério ou pelo êxito da proclamação? Houve afinal algum momento do dia 15 em que Deodoro tenha proclamado a República?

Também no que se refere à participação de Benjamin Constant, são muitas as polêmicas. Todos estão de acordo em reconhecer sua influência sobre as escolas militares, a da Praia Vermelha e a Escola Superior de Guerra, criada em 1889 no bairro de São Cristóvão. Há igual unanimidade no tocante às suas convicções republicanas. As divergências começam na hora de definir o seu papel nos acontecimentos de 15 de novembro. Os simpatizantes de Benjamin Constant insistem em atribuir-lhe o papel de verdadeiro fundador da República, de responsável pela mobilização dos militares, aquele que forneceu os fundamentos ideológicos do movimento. Benjamin, pintado com estas cores, teria sido aquele que convenceu Deodoro a participar da revolta, evitando assim que todo o episódio ficasse na conta de uma simples quartelada.

Mas existe também uma versão menos condescendente com Benjamin. Os deodoristas retrucam que o próprio Benjamin reconhecia que, sem Deodoro, nada poderia ser feito. Só o marechal teria condições de arrastar consigo a tropa, pela inequívoca liderança que exercia sobre ela. Benjamin, nesta versão, tem um retrato bem mais pálido: não passaria de um professor desconhecido de boa parte da tropa aquartelada. Alguns republicanos históricos insistem nas hesitações de Benjamin tanto na vés-

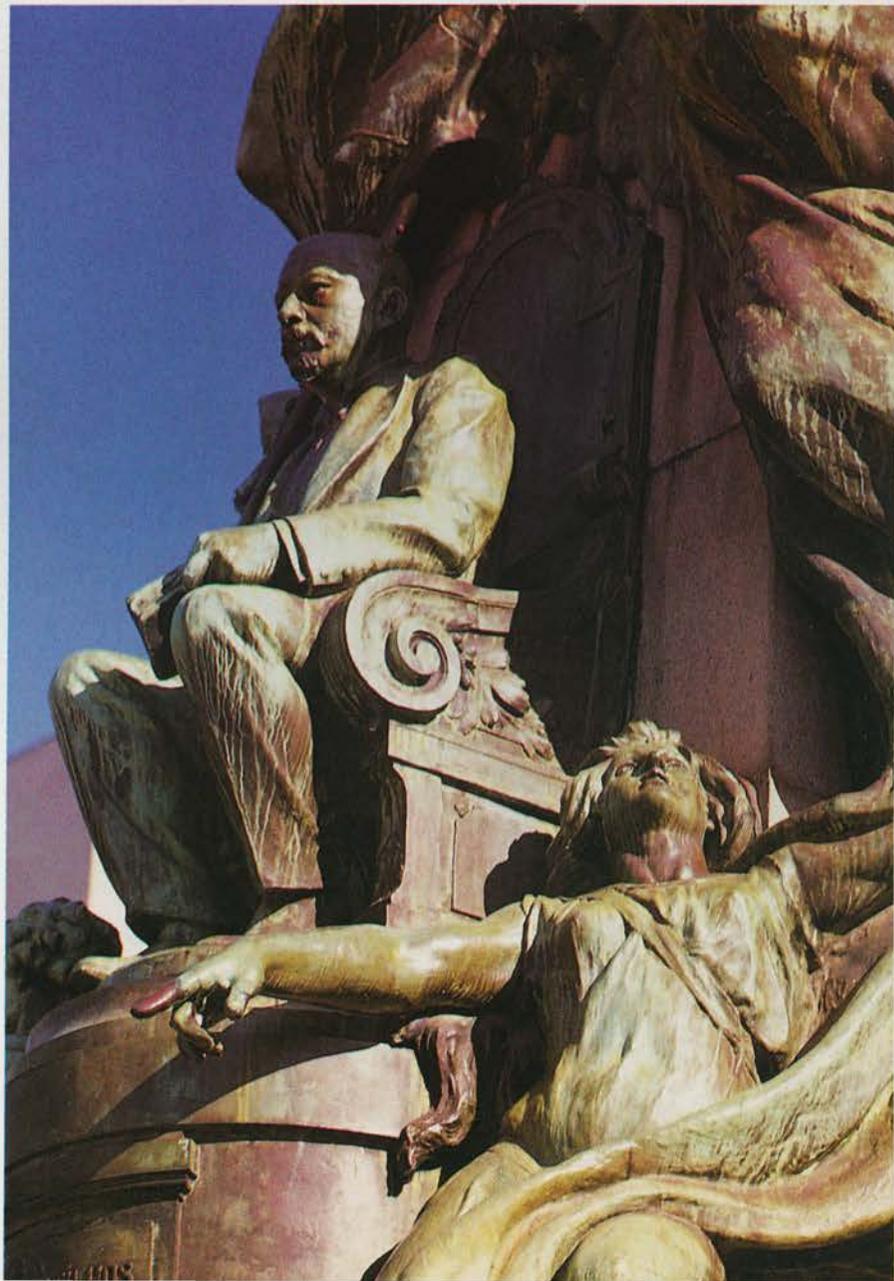
pera quanto no dia 15. Entre eles estão Quintino Bocaiúva, chefe do Partido Republicano Brasileiro, e Francisco Glicério, representante dos republicanos paulistas. Benjamin teria hesitado até a tarde do dia 15. Em seus depoimentos, os republicanos históricos tentam apenas preservar a figura de Deodoro da Fonseca, enfatizando a si próprios como personagens decisivos, diante da falta de convicção republicana do marechal e das muitas hesitações do ideólogo Benjamin.

E por fim, depois da ascensão de Floriano ao governo, em 1891, não foram poucos os que passaram a lhe atribuir o papel central nos acontecimentos da madrugada do dia 15. O principal defensor desta corrente foi o político Serzedelo Correia. Para ele, não importavam os comentários sobre a dubiedade das posições de Floriano, ou que certos deodoristas tivessem chega-

do a denunciar sua hostilidade aos primeiros atos da revolta. Serzedelo chega ao requinte de transformar a estranheza inicial do comportamento de Floriano em astúcia destinada a facilitar o êxito do movimento militar. A ele se deveria o fato de a República ter sido proclamada de maneira tão tranqüila, sem derramamento de sangue.

Deodoro, Benjamin, Quintino e Floriano: a luta entre seus partidários persistiu por muito tempo. Seriam estas disputas apenas picuinhas, anedotário para divertir os adeptos da *petite histoire*? Se assim fosse, a querela não teria sobrevivido aos atores envolvidos. Na luta pela constituição de um panteão republicano estava oculto o conflito pela própria definição do novo regime. Um conflito que, desdobrado em diversas batalhas pelo poder político, ainda hoje seria bastante prematuro considerar extinto.

Os monumentos são verdadeiros discursos políticos: os heróis, em postura serena e altruísta, são cercados de figuras alegóricas, no culto da família, da pátria e da humanidade.



Detalhe do monumento a Júlio de Castilhos em Porto Alegre. Foto Marconi de Mattos — Agência Zoom.

DEODORO DA FONSECA

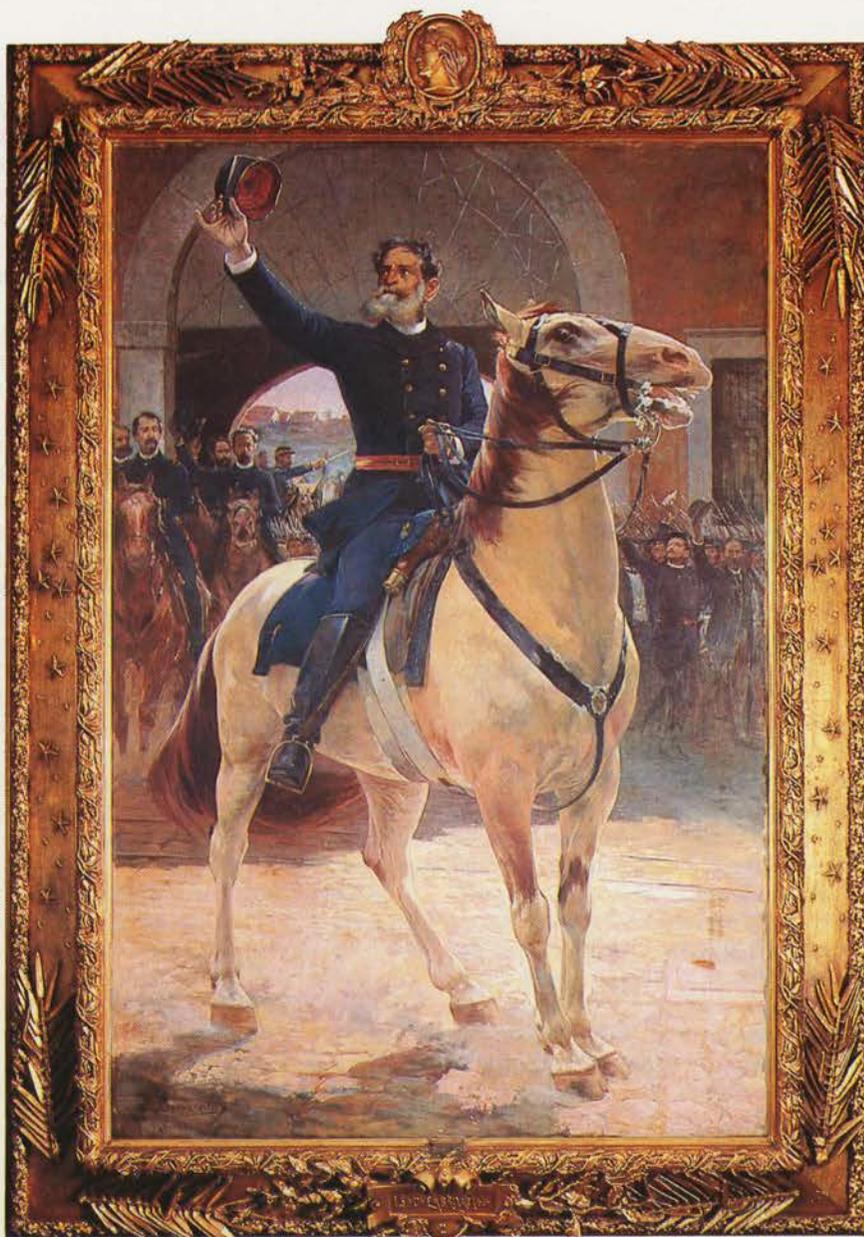
REPÚBLICA MILITAR



Os partidários de Deodoro da Fonseca se desvinculavam da propaganda republicana. Eram oficiais superiores que haviam participado da Guerra do Paraguai, os inúmeros parentes que tinha o marechal dentro do Exército, ou ainda alguns jovens oficiais que fizeram a mobilização das tropas de São Cristóvão — o 1º e o 9º regimentos de cavalaria, o 2º regimento de artilharia e a Escola Superior de Guerra. Neste grupo estavam o capitão Mena Barreto, o capitão Trajano Cardoso, o tenente Sebastião Bandeira, o alferes Joaquim Inácio Batista Cardoso (que se propôs a fuzilar o imperador), o alferes Manuel Joaquim Machado, o cadete-sargento Plácido de Abreu.

Para este grupo, a proclamação foi ato estritamente militar, que só poderia ser executado sob a liderança de Deodoro. Civis pouco ou nada influíram. Quase não havia civis no campo de Santana. A visão destes jovens não positivistas coincidia com a do próprio Deodoro e de seus oficiais superiores vindos da Guerra do Paraguai. A República, para os oficiais antigos, era o ato final da Questão Militar. Eliminava um regime dominado pela elite bacharelesca, infensa aos interesses castrenses e desrespeitosa aos brios militares.

A defesa da corporação foi o argumento decisivo para convencer Deodoro a participar da revolta. Tornou-se conhecida sua resistência em admitir paisanos na conspiração. Dizia que aquele era um assunto estritamente militar. Foram também decisivos os boatos inventados pelo major Frederico Sólton sobre a prisão de Deodoro e Benjamin e sobre um iminente ataque às tropas de São Cristóvão, que seria desencadeado pela Guarda Nacional, pela Guarda Negra (corporação criada pelo vereador José do Patrocínio, que empregava escravos) e pela polícia. O visconde de Ouro Preto, chefe do gabinete monarquista, decidira, de fato, reorganizar a Guarda Nacional e fortalecer a polícia como contrapeso à indisciplina do Exército, mas era falso que pretendesse reduzir o contingente do Exército, ou mesmo extingui-lo, como se disse a Deodoro. A cada boato destes, Deodoro reagia com violência.



Óleo de H. Bernadelli. Reprodução Lula Rodrigues. Cedido pela Fundação Casa de Rui Barbosa.

O deodorismo repete a clássica exaltação do herói militar, sem nenhum sentido de ação coletiva.

Este grupo não tinha visão elaborada da República. Buscava apenas posição de maior prestígio e poder para o Exército, direito que julgava adquirido pela corporação nos campos de batalha da Guerra do Paraguai. A elite política imperial, no entanto, apesar dos muitos indícios da insatisfação militar, não cogitava abrir mão de seu civilismo. A postura do visconde de Ouro Preto à frente do Conselho de Ministros é exemplo desta convicção civilista levada ao extremo da cegueira política.

Em circunstâncias normais, o imperador, valendo-se inclusive de suas relações pessoais, servia de anteparo às queixas militares. Mas desde 1887 o diabetes lhe havia tirado a capacidade de governar. Por um lado, alimentava-se o 'espírito de corpo'; por outro, desaparecera a possibilidade de acesso privilegiado ao imperador dos chefes militares. Restavam, então, aos militares as portas do Gabinete ou do Parlamento, isto é, o recurso aos favores de uma

elite política civil, que sempre se orgulhara de manter o Brasil afastado do estilo caudilhista de política, dominante nas repúblicas vizinhas.

No dia 16 de novembro, ao receber o mensageiro enviado pelo conselheiro José Antônio Saraiva, indicado às pressas pelo imperador, o novo presidente do Conselho de Ministros (em substituição a Ouro Preto), Deodoro disse que já era tarde, que a República fora de fato proclamada e que os culpados eram Ouro Preto e o Conde d'Eu, este último por não ter impedido, com sua influência, que os ministros oprimissem os militares. A posição dos partidários de Deodoro pode ser resumida numa frase pronunciada pelo marechal às vésperas da revolta: "A República é a salvação do Exército." A melhor representação pictórica do deodorismo é o quadro de Henrique Bernadelli, em que a figura equestre do marechal, em pose heroica, domina totalmente a cena da proclamação.

BENJAMIN CONSTANT

REPÚBLICA SOCIOCRÁTICA



Os que defendiam a predominância da figura de Benjamin Constant na proclamação eram uma corrente política e ideológica à parte. A diferença pode ser notada nos adjetivos com os quais Benjamin era descrito (ou endeusado). Ele disputava o papel de 'fundador' com Deodoro. Mas outras qualificações definiam melhor o papel a ele atribuído. Ele era o catequista, o apóstolo, o evangelizador, o doutrinador, o preceptor, a cabeça pensante, o mestre, o ídolo da juventude militar. Benjamin não se apresenta como representante da classe militar, como vingador e salvador do Exército. Ele é visto como teórico, o portador de uma visão da história, o idealizador de um projeto de Brasil. A ele é atribuído o fato de o 15 de novembro ter ultrapassado os limites de uma quartelada com o intuito de derrubar o Ministério e ter ambicionado a mudança do regime, a salvação da pátria.

Esta vertente colheu os seus principais adeptos entre os positivistas ortodoxos. Mal tendo passado um ano da morte de Benjamin, o positivista Raimundo Teixeira Mendes publicava sua biografia, com-

parando-o a Tiradentes e José Bonifácio, ocupantes seletos do panteão cívico brasileiro. Tiradentes com a Inconfidência, José Bonifácio com a Independência, Benjamin com a República — esta era, para os ortodoxos, a trindade cívica que simbolizava o avanço da sociedade brasileira em direção ao seu destino histórico.

O sentimento corporativista foi também convenientemente manipulado por Benjamin e seus seguidores. A exaltação no interior das escolas militares era sobretudo anticivil. Falava-se todo o tempo em desagravo aos brios militares. Para Benjamin, porém, o Exército era antes o instrumento do que o fim do movimento republicano. Daí talvez suas hesitações no dia 15. Como bom positivista, nada tinha de militarista. Repugnava-lhe mesmo a idéia do domínio da força na política. Era pacifista, sonhava com o fim de todos os exércitos, com o recolhimento de todas as armas ao museu da história. Não deixava de ser irônico, para Benjamin, que justamente o Exército fosse usado para atingir um estado social que o excluía. A transição deveria ter sido feita pela própria elite imperial, com o imperador à frente.

As idéias republicanas de Benjamin conflitavam não só com o deodorismo, mas também com boa parte dos chamados 'republicanos históricos'. Falava-se muito, na época, de uma divisão do movimento entre as correntes democrática e sociocrática. A primeira era a posição dos históricos, republicanos não positivistas partidários de uma república representativa nos moldes americanos.

Já os sociocráticos, ou positivistas, eram inimigos abertos da democracia representativa, para eles característica do 'estado

metafísico da humanidade'. No seu lugar, deveria ser implantada uma ditadura republicana, forma de governo inspirada tanto na tradição clássica romana quanto na atuação de Danton no Comitê de Salvação Pública da Revolução Francesa. O Congresso, de acordo com este modelo, cumpriria apenas papel orçamentário. O ditador republicano seria vitalício e teria a prerrogativa de escolher o seu sucessor. O objetivo desta ditadura seria promover a implantação de uma república social — garantiria, de um lado, todas as liberdades espirituais e, do outro, promoveria a incorporação do proletariado à sociedade brasileira, por meio de uma reforma legislativa adequada.

Em sua forma pura, a vertente ligada a Benjamin Constant ficou restrita às propostas dos ortodoxos e não encontrou aplicação prática. Mas influenciou em várias medidas dos primeiros anos da República, como a separação entre Igreja e Estado, a introdução do casamento civil, a secularização dos cemitérios, a reforma do ensino militar. A idéia de uma república ditatorial, social e virtuosa, somada a uma feroz oposição à representação política e à elite bacharelesca, fez com que houvesse uma fusão parcial desta corrente com o jacobinismo, que surgiu durante o governo Floriano e que marcou a política republicana até 1897. Embora Floriano fosse católico e o aborrecesse o positivismo, o estilo de governo que representou — autoritário, anticasacas, avesso ao grande capital, moralista (ao menos na aparência) e populista — possuía vários pontos de contato com a proposta positivista, em que pese a contradição irremediável entre a doutrina e o militarismo.





QUINTINO BOCAIÚVA REPÚBLICA LIBERAL



O jornalista Quintino Bocaiúva representava em 1889 a propaganda republicana inaugurada com algum estardalhaço pelo Manifesto de 1870 (por ele redigido) durante o Congresso Republicano Federal, realizado em São Paulo. Fora eleito em maio de 1889 chefe do Partido Republicano Brasileiro e por esta razão, ainda que houvesse divergência dentro do partido quanto aos métodos a serem empregados para a mudança do regime, nos eventos do dia 15 Quintino era o principal representante dos propagandistas civis.

Seus defensores tinham, porém, mais dificuldades em estabelecer o seu papel nas ações que deflagraram a República porque, inequivocamente, a proclamação havia sido decidida pelos militares. Os republicanos civis foram postos a par da conspiração apenas quatro dias antes do seu desfecho, e mesmo assim contra a vontade do marechal Deodoro. Para se aspirar, no entanto, à legitimação do movimento, era fundamental que a revolta não parecesse uma simples quartelada. A presença dos republicanos históricos se fazia imprescindível, a fim de se evitar a ironia corrosiva de uma proclamação alheia ao esforço que estes militantes há anos vinham desenvolvendo. A aliança com os militares para a implantação da República chegou a ser discutida entre os propagandistas civis. Quintino Bocaiúva era dos que mais defendiam esta alternativa. Não era por acaso que Quintino Bocaiúva era chamado de 'militarista' nos círculos republicanos.

Outro defensor desta aliança era Francisco Glicério, o representante que Campos Salles, líder dos republicanos paulistas, enviou ao Rio tão logo foi informado por Aristides Lobo da trama em andamento. Mas havia republicanos que discordavam da alternativa militar. Havia os que defendiam a Proclamação da República por uma via popular revolucionária, como Silva Jardim, ou por meio de uma evolução pacífica, como Américo Brasiliense, Bernardino Campos, Saldanha Marinho e talvez a maioria dos republicanos paulistas. É significativo o fato de que nem Silva Jardim e nem Saldanha Marinho chegaram a tomar

À esquerda, o monumento a Benjamin Constant, em que ele aparece em pé de igualdade com Tiradentes e José Bonifácio. Acima, Floriano Peixoto observa a República, uma jovem mulher, abençoar o passado e apontar para o futuro da nação.

Se a república dos deodoristas se resumia à proposta de salvação do Exército, a república de Benjamin Constant pretendia a salvação da pátria. Ela absorvia do positivismo uma visão integrada da história, uma interpretação do passado e do presente que incluía uma projeção de futuro. Incorporava ainda uma tendência messiânica, a convicção do papel missionário que cabia aos positivistas, tanto militares quanto civis. A história tinha suas leis, seu movimento predeterminedo em fases bem definidas, mas a ação humana, especialmente a dos grandes homens, poderia apressar a marcha evolutiva da humanidade. No caso brasileiro, esta marcha passava pela instauração de uma república capaz de garantir a ordem material, entendida como a incorporação do proletariado à sociedade, e avalizasse a liberdade espiritual, ou seja, a quebra dos monopólios da Igreja e do Estado sobre a educação, a religião e a ciência.

A vertente positivista deixou sua marca em vários monumentos republicanos, destacando-se os dedicados a Benjamin Cons-

tant (na praça da República, no Rio de Janeiro), a Floriano Peixoto (na Cinelândia, também no Rio) e ao líder republicano gaúcho Júlio de Castilhos (em Porto Alegre), obras dos escultores positivistas Eduardo de Sá e Décio Villares. Semelhantes na concepção, constituem os três verdadeiros discursos políticos. Obedecem não só às concepções políticas do pensador francês Auguste Comte (1798-1857), mas também às suas idéias estéticas, segundo as quais a arte deve ser a idealização da realidade, exaltação do lado altruísta e afetivo do ser humano. Mais do que isto: para Comte, a arte deve promover o culto cívico da família, da pátria e da humanidade. No caso brasileiro, este culto, de acordo com o Apostolado positivista, incluía, além da bandeira republicana (desenhada por Décio Villares), as figuras de Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. É também frequente nos monumentos republicanos, como os que homenageiam Benjamin e Floriano, a referência à humanidade, à Revolução Francesa, à pátria, representadas em figuras de mulher.

conhecimento da conspiração antes do seu desfecho.

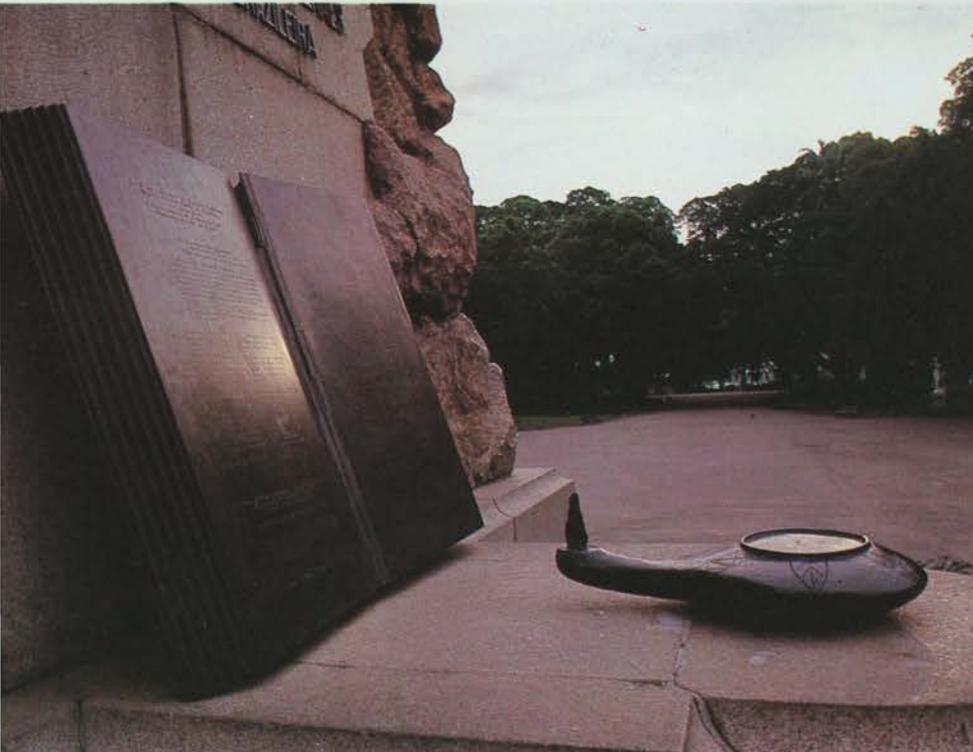
Segundo o tenente Bandeira, os republicanos civis não haviam sido capazes sequer de preparar uma encenação popular para a madrugada do dia 15 de novembro. Esta versão dos acontecimentos, porém, era incômoda demais para os civis, mesmo para os civis militaristas como Quintino Bocaiúva. Fazia-se mister transformar a presença dos militares num instrumento dos desígnios dos históricos. A posição de Deodoro, por exemplo, lhes era simpática exatamente por se restringir ao sentimento corporativista. Deodoro representava o apoio da corporação militar sem interferência na

passava com Benjamin. No último caso, além da interferência militar, havia a determinação de orientar os rumos do novo regime. E os rumos de Benjamin eram positivistas. No Rio Grande do Sul, ainda havia alguns históricos positivistas, mas estes não predominavam no Rio e muito menos em São Paulo, onde estava o peso maior do movimento civil. A república sociocrática dos positivistas era totalmente incompatível com a república democrática dos paulistas, que se moldava nos parâmetros norte-americanos. Para os positivistas, esta república era um regime metafísico, uma ditadura parlamentar, uma burguesocracia. Os grandes adversários ideológicos

pado com as conseqüências da reação que certamente cairia sobre os militares envolvidos.

Segundo Quintino, foi a sua decisão, apoiada por Sólon, que operacionalizou a revolta, inventando os boatos que puseram em pé de guerra os regimentos de São Cristóvão. Quintino chegou mesmo a dizer que a República se fizera no dia 14, às 18 horas, no largo de São Francisco, durante uma reunião que teve com Sólon. Sua decisão, o arrojo de Sólon, o heroísmo de Deodoro — eis, segundo ele, os ingredientes que fizeram a República.

Há mais. Segundo os republicanos históricos, a hesitação de Benjamin ter-se-ia agravado após a deposição do Ministério. Até o final do dia 15, não teria havido nenhuma proclamação formal da República por parte da liderança militar do movimento. A manifestação da Câmara Municipal, liderada por José do Patrocínio, pedira exatamente isto: a decretação do novo regime. A uma comissão que se dirigira à casa de Deodoro para exigir a medida, Benjamin teria respondido da janela (Deodoro se achava de cama, atacado por nova crise de dispnéia), que não se podia impor ao país um regime novo, que era preciso, antes, consultar a população por meio de um plebiscito. Este fato teria dado margem a que um dos sobrinhos de Deodoro, participante direto dos acontecimentos, o capitão Mário Hermes da Fonseca, se referisse a Benjamin Constant como 'o homem do plebiscito'. Aliás, esta versão talvez explique por que os vencedores do 15 de novembro proclamaram *provisoriamente* o regime republicano, à espera de que uma consulta popular decidisse sobre a forma definitiva de governo.



Detalhe do monumento a Benjamin Constant no Rio. Foto Beto Felício.

A inscrição do monumento da praça da República, no Rio, agradece a Benjamin sua dedicação à causa republicana.

concepção do novo regime e mesmo em seu funcionamento, a não ser em sua fase de implantação. Bastava aos históricos, para produzir uma versão mais conveniente da proclamação, salientar as hesitações do marechal na reunião do dia 11 de novembro, quando ainda decidia a participação no movimento, e sua indecisão nos momentos que se seguiram à deposição do Ministério Ouro Preto. Nas duas ocasiões, Quintino Bocaiúva tomara a cena como o responsável pela adesão de Deodoro à causa republicana.

Mais importante do que afirmar a posição dos históricos frente a Deodoro, no entanto, era sustentá-la frente a Benjamin Constant. Se a glorificação de Deodoro podia ser compatível com o interesse dos históricos, o mesmo definitivamente não se

dos históricos eram, portanto, os positivistas, e não os deodoristas.

Não é de estranhar, então, que a versão de Quintino Bocaiúva e de Francisco Glicério buscasse antes reduzir o papel de Benjamin do que o de Deodoro. Benjamin é apresentado como um ingênuo, vítima de uma 'indecisão natural e constante'. No lugar do líder que os positivistas tanto insistiram em destacar como o antídoto providencial às constantes hesitações de Deodoro, aparece um outro Benjamin, quase tão hesitante, senão mais, do que Deodoro. No dia 14, diante do agravamento do estado de saúde do marechal, Benjamin ter-se-ia mostrado totalmente desanimado, propondo adiar o movimento (como insistia em narrar Quintino Bocaiúva), já quase resignado pelo fracasso da causa, e até preocu-

A afirmação do papel dos históricos era, portanto, importante para garantir a posição dos civis na Proclamação da República e a perspectiva liberal do movimento. Mas era impossível negar tanto o aspecto militar da revolta quanto o caráter inesperado de sua eclosão. Um compilador das notícias publicadas nos primeiros dias da República reconhece o "sentimento de surpresa unânime produzido pelo estabelecimento da forma republicana no Brasil". Arthur Azevedo, republicano insuspeito, escreveu em *O País* que a expressão cunhada por Aristides Lobo para definir a reação dos populares ao movimento ("os bestializados") era de uma propriedade cruel, pois "os cariocas olhavam uns para os outros, pasmados, interrogando-se com os olhos sem dizer palavra". Ao voltar para casa, às duas da madrugada, descreveu Arthur Azevedo, tudo estava calmo e deserto no Rocio (praça Tiradentes). "Quatro garis varriam a rua do Espi-

rito Santo cantando; esses homens não sabiam, talvez, que naquele dia houvera uma revolução.”

O que o povo viu foi, como disse Aristides, uma parada militar liderada por Deodoro. No percurso, os militares foram seguidos por grupos de populares em meio a discursos de Lopes Trovão e José do Patrocínio quando passaram pela rua do Ouvidor. Arthur Azevedo impressionou-se com a aparência enferma de Deodoro durante a parada. O marechal esforçava-se por manter o corpo ereto na sela, tinha a cara fechada e exibía uma cor terrena, puxando para o verde. Deodoro exibía o semblante de um herói derrotado.

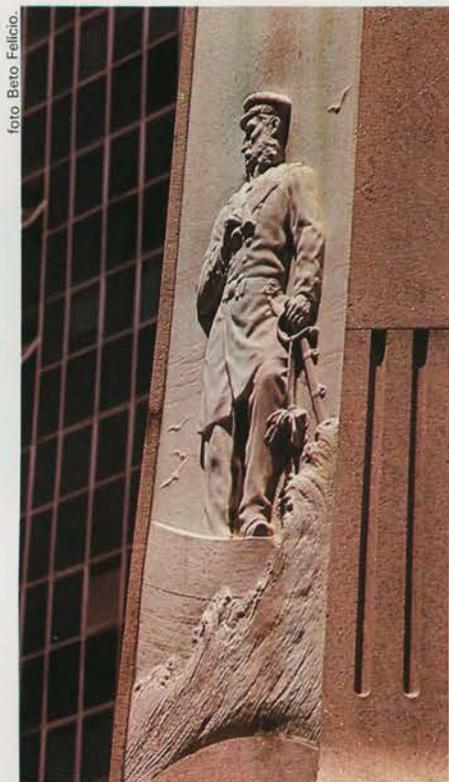


foto Beto Felício.

Em alto relevo Floriano Peixoto, no monumento à República na Cinelândia, no Rio.

Na Assembléia Constituinte, houve frequentes debates sobre a natureza militar da proclamação. Alguns civis, como Costa Júnior, queixavam-se dos discursos quase diários apontando que a mudança do regime se deveria exclusivamente aos militares, versão que considerava deprimente ao caráter nacional. Não eram apenas os militares constituintes, como o major Espírito Santo, os que sublinhavam a supremacia de sua classe nos eventos. Republicanos históricos, não comprometidos com a criação de uma versão ‘menos deprimente’ dos fatos, admitiam esta supremacia abertamente. Foi o caso de um político desabusado como Martinho Prado Júnior, que dizia sem reboços: “Os militares fizeram a República”, e ainda criticava os civis por se

terem submetido aos desígnios dos quartéis. A interferência militar, segundo ele, tornara possível a proclamação, quando os republicanos eram parte insignificante da população. Daí também, segundo ele, a quase nenhuma diferença entre o antigo regime e o novo. Não era aquela a República dos seus sonhos.

Em tais circunstâncias, tornava-se difícil, senão impossível, elaborar um mito de origem que tivesse inspiração predominantemente civil. Como construir um monumento à proclamação em que Quintino, ou Glicério, ou Aristides Lobo aparecessem como figuras principais? Mesmo dentro da estética positivista, em que a idealização era a regra, tal obra careceria de um mínimo de credibilidade. Se nenhum líder republicano civil teve qualquer gesto que pudesse ser imortalizado numa obra de arte, o povo também esteve longe de representar um papel semelhante ao que lhe coube na Revolução Francesa, de que tanto falavam os republicanos. Apesar dos esforços de Silva Jardim, nem ele próprio foi admitido no palco no dia 15. O povo seguiu curioso os acontecimentos, perguntou-se sobre o que se passava, respondeu aos vivas e seguiu a parada militar pelas ruas. Não houve tomada de bastilhas, não houve marchas sobre Versalhes, não houve ações heróicas.

O povo estava fora do roteiro da proclamação, fosse este roteiro militar ou civil, escrito por Deodoro, Benjamin ou Quintino. O único exemplo de iniciativa popular se deu ao fim da parada, quando as tropas do Exército deixavam o Arsenal da Marinha para regressar aos quartéis. Os populares que acompanhavam o cortejo pediram a Lopes Trovão que lhes pagasse um trago. A conta de 40 mil réis acabou caindo quase toda nas costas do taverneiro, pois Trovão só tinha 11 mil réis no bolso. O anônimo taverneiro tornou-se, sem querer, o melhor símbolo do papel reservado ao povo no novo regime: aquele que paga a conta.

A recuperação da dimensão civil da República precisava se valer de eventos que fossem além do 15 de novembro. Ela exigia que se reconstruísse não a proclamação mas todo o passado, que se reconstruísse a própria memória nacional, superando divisões entre civis e militares. Não por acaso, o herói escolhido para protagonizar esta reconstrução foi Tiradentes. Era um militar de profissão, mas este fato ficava totalmente ofuscado pela figura do mártir, marchando, corda amarrada ao pescoço, pronto para o suplício. Tiradentes era a figura perfeita: aliava a crença republicana ao perfil de precursor da Independência, desbancando D. Pedro I. Contra ele, nenhuma voz se levantava.

As tentativas de se construir o mito original da República revelam as contradições duradouras do novo regime. A marca de interferência dos militares é indelével, na versão corporativista ou na versão positivista.

A divisão entre as correntes militares afetaria, por longo tempo, a história da República. Não será difícil ver, no movimento dos tenentes das décadas de 1920 e 1930, ou no movimento nacionalista dos anos 50, uma ressonância explícita da vertente positivista do início da República. Em 1930, falava-se abertamente em ditadura republicana na acepção positivista. Nas crises político-militares dos anos 50, também era clara a defesa de uma voz ativa dos quartéis no cenário nacional nos moldes dos anos iniciais do regime. Havia mesmo, até a década de 1950, alguns militares remanescentes do positivismo ortodoxo, como os generais Horta Barbosa, Rondon, Manoel Rabelo. Reformar o país em função dos interesses das forças armadas foi o grande lema do general Góes Monteiro na década de 1930: ao invés da política no Exército, pretendia-se a política do Exército.

Outro traço que até hoje persegue a República é o ‘quintinismo’, a tendência dos civis republicanos de se valerem dos militares para alcançar seus objetivos políticos. O quintinismo tem sido o complemento necessário do militarismo. Sem o apoio militar a Proclamação da República seria muito improvável. A falta de raízes populares fazia com que a República não tivesse, e ainda não tenha, condições de sobreviver a crises graves sem recorrer, de boa ou má vontade, ao apoio das armas, mesmo que este apoio tenha hoje características totalmente distintas das que teve em 1889. O 15 de novembro não se tornou história: é ainda memória, campo de vivência e de luta, briga pelo presente e pelo futuro da República.

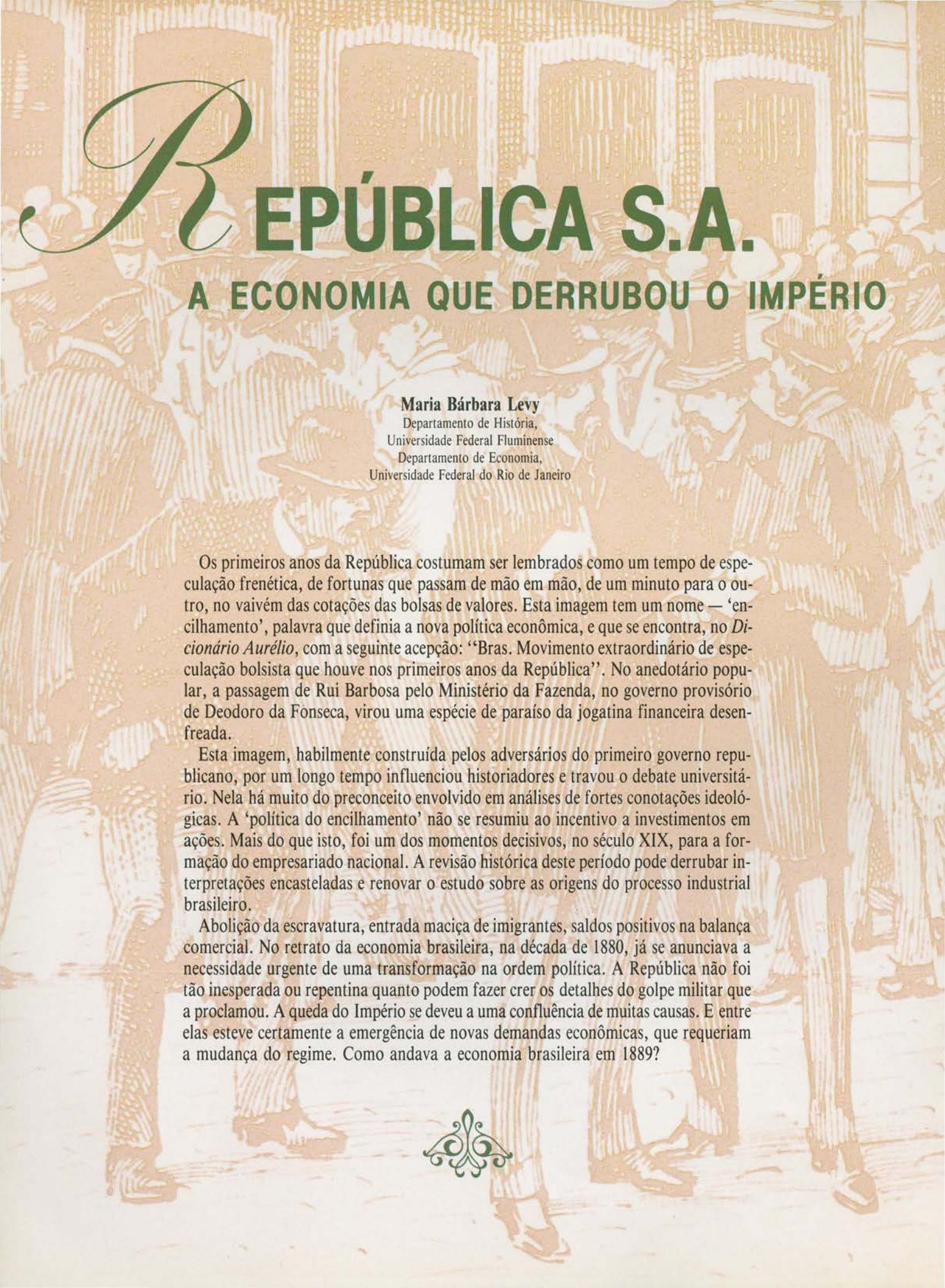


SUGESTÕES PARA LEITURA

- MAGALHÃES JR. R., *Deodoro. A espada contra o Império*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1957.
- MENDES R. TEIXEIRA, *Benjamin Constant*. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista do Brasil, 1913.
- MONTEIRO TOBIAS, *Pesquisas e depoimentos para a história*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1913.
- SENNA ERNESTO, *Deodoro: subsídios para a história*. Brasília, Editora da UNB, 1981.
- SILVA EDUARDO (org.), *Idéias políticas de Quintino Bocaiúva*, Brasília, Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

Nota: devo a idéia deste artigo a conversas com Eduardo Silva.

Edição de texto: Marília Martins



REPÚBLICA S.A.

A ECONOMIA QUE DERRUBOU O IMPÉRIO

Maria Bárbara Levy

Departamento de História,
Universidade Federal Fluminense
Departamento de Economia,
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Os primeiros anos da República costumam ser lembrados como um tempo de especulação frenética, de fortunas que passam de mão em mão, de um minuto para o outro, no vaivém das cotações das bolsas de valores. Esta imagem tem um nome — ‘encilhamento’, palavra que definia a nova política econômica, e que se encontra, no *Dicionário Aurélio*, com a seguinte acepção: “Bras. Movimento extraordinário de especulação bolsista que houve nos primeiros anos da República”. No anedotário popular, a passagem de Rui Barbosa pelo Ministério da Fazenda, no governo provisório de Deodoro da Fonseca, virou uma espécie de paraíso da jogatina financeira desenfreada.

Esta imagem, habilmente construída pelos adversários do primeiro governo republicano, por um longo tempo influenciou historiadores e travou o debate universitário. Nela há muito do preconceito envolvido em análises de fortes conotações ideológicas. A ‘política do encilhamento’ não se resumiu ao incentivo a investimentos em ações. Mais do que isto, foi um dos momentos decisivos, no século XIX, para a formação do empresariado nacional. A revisão histórica deste período pode derrubar interpretações encasteladas e renovar o estudo sobre as origens do processo industrial brasileiro.

Abolição da escravatura, entrada maciça de imigrantes, saldos positivos na balança comercial. No retrato da economia brasileira, na década de 1880, já se anunciava a necessidade urgente de uma transformação na ordem política. A República não foi tão inesperada ou repentina quanto podem fazer crer os detalhes do golpe militar que a proclamou. A queda do Império se deveu a uma confluência de muitas causas. E entre elas esteve certamente a emergência de novas demandas econômicas, que requeriam a mudança do regime. Como andava a economia brasileira em 1889?



Na década de 1880, a elite monárquica já se mostrava sensível à exigência de modernização do país. Empresários industriais se haviam organizado numa entidade de defesa de seus direitos, a Associação Industrial, com o objetivo de pressionar o governo para a adoção de uma política protecionista. Uma forte concentração de capitais nas mãos destes empresários tinha obrigado a Coroa a promover duas importantes reformas econômicas: uma em 1882, data em que se reformulou a Lei das Sociedades Anônimas, e outra em 1888, quando se promoveu a última reforma monetária do Império.

A modificação da Lei das Sociedades Anônimas não deixava dúvidas quanto à mudança de atitude dos gabinetes monarquistas em relação às atividades industriais no país. A lei antiga, promulgada em 1860, exigia que as empresas dispusessem de capacidade financeira autônoma para sustentar suas atividades. Isto constituía sério obstáculo aos investimentos nos setores industriais. A indústria demandava recursos volumosos, dificilmente acessíveis aos poucos empresários dispostos a arriscar seu capital fora do esquema tradicional da monocultura de exportação. Além disto, o temor da especulação financeira havia determinado um rígido controle do Estado sobre as sociedades anônimas.

Com a reformulação de 1882, a lei passou a se reger por uma orientação liberal. A autorização do poder legislativo era agora requisito apenas para a abertura de ban-

“(Entra o Câmbio a dançar, e coloca-se no meio dos Bancos e Companhias)

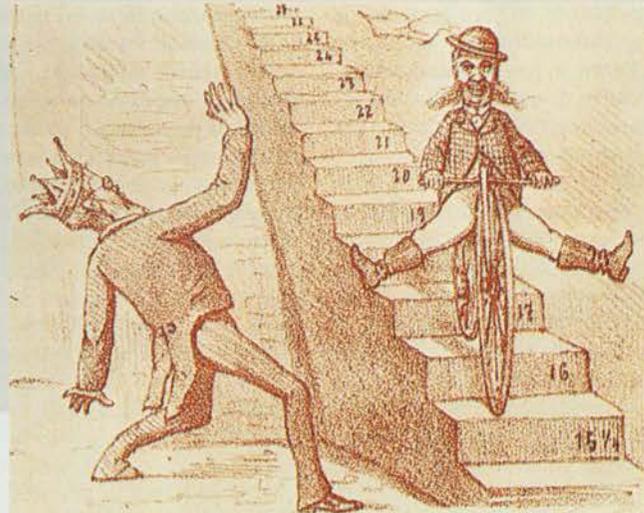
O Câmbio:
*Mim ser o Câmbia!
Bem alta estar...
Mas desconfia
Que vai baixar...*

Uma Companhia:
*Deixa-te disto!
És bom rapaz,
E com certeza
Não baixará...*

*Ó companheiros,
Sem mais tardar
Em volta ao Câmbio
Toca a dançar!*

(Bancos e Companhias dançam em redor do Câmbio)”

Cena da peça O tribofe, de Artur Azevedo. Edição crítica de Rachel T. Valença, Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.



“O sr. Lucena [sucessor de Rui na Fazenda] não deve estar em sossego, colhendo os frutos de sua administração. Ao contrário, muito encavacado com o patife do câmbio, que, em vez de subir, como esperava o ilustre ministro, tem descido vertiginosamente.”

cos de depósitos. E o número de empresas que necessitavam de uma avaliação governamental para iniciar suas operações havia se reduzido muito. A partir de 1882, mantinha-se esta avaliação apenas para o funcionamento de empresas com objetivos sociais específicos, ou cujas atividades envolvessem interesses financeiros vultosos. Entre as exceções constavam o comércio atacadista de gêneros alimentícios e as associações religiosas. A intenção do poder executivo era precaver-se, de um lado, da ação monopolizadora do comércio de abastecimento, cuja ânsia de lucros não raro levava a situações incontroláveis de carestia, e do outro preservar os laços entre a Igreja Católica e a Monarquia.

A nova lei, ao mesmo tempo que aboliu certas exigências, criou outras. Ainda assim, estas novas exigências visavam muito mais a estimular iniciativas na área industrial do que restringi-las, uma vez que cercavam os acionistas minoritários de algumas garantias adicionais. É verdade que permaneceu vedado o lançamento de ações ao público, antes da integralização do capital. A sociedade anônima só poderia funcionar depois de subscrito todo o seu capital, sendo expressamente proibida a nego-

ciação de ações na Bolsa de Valores antes dessa data. Foi aberta, todavia, uma nova fonte de recursos com a possibilidade da entrada do capital de terceiros, antes inexistente. Permitia-se às sociedades já em operação o endividamento por meio do lançamento de debêntures, até o montante do seu capital. A partir da aprovação da lei, o volume de negociações cresceu bastante na Bolsa de Valores. Nos quatro anos seguintes à promulgação, o volume de negociações se multiplicou em oito vezes.

Apesar da legislação mais liberal para os investimentos em ações, os títulos de renda fixa do governo eram tão seguros e atraentes para a grande maioria dos investidores que constituíam um freio natural ao fluxo de capitais rumo ao setor industrial. Avessos à emissão de moeda como forma de financiar o seu déficit constante, os gabinetes imperiais recorriam sempre às apólices da dívida do Tesouro. As emissões de apólices cresceram 1% ao ano, entre 1881 e 1888. Esta concorrência que os papéis do governo faziam aos títulos privados chegou a tal ponto que, apesar das novas facilidades legais, na prática o autofinanciamento permaneceu sendo a regra para a acumulação de capital.



As sedes do Correio Geral, da Bolsa de Valores e do Banco do Comércio, em 1889.

Até 1885, a grande meta da política monetária imperial, em sucessivos gabinetes, era conseguir fixar o câmbio nos mesmos termos que a paridade oficial estabelecida em 1847, ou seja, cada mil réis comprariam 27 *pence* (a moeda inglesa era o parâmetro preferencial de então). De acordo com o diagnóstico em voga, porém, esta paridade cambial era impossível por causa da grande quantidade de moeda nacional em circulação e só a redução desta quantidade poderia aumentar o valor da moeda nacional. Na prática do exercício do poder, apesar deste diagnóstico, todos os planos de recolhimento de papel-moeda, elaborados por sucessivos ministros da Fazenda, foram abandonados, com a justificativa de que as circunstâncias do momento se mostravam adversas e era preciso evitar recessões violentas.

Na segunda metade da década, o café atingiu altos preços no mercado internacional. O volume exportado, em cinco anos, ultrapassou o total da década anterior. Com um balanço de pagamentos tão favorável, a cotação da moeda brasileira foi se elevando gradativamente, saltando de 17 *pence* por mil réis em 1886 para a taxa de paridade de 27 *pence* por mil réis em 1888.

A alta do câmbio e das exportações careceu grande fluxo de recursos para o sistema bancário que operava com o mercado externo. Este fluxo, no entanto, não foi acompanhado por uma equivalente expansão do crédito, que permaneceu abaixo até do que exigia a taxa de crescimento do setor produtivo. É provável que os bancos estivessem entesourando estes recursos por temor em converter suas reservas em moeda nacional. Nestas circunstâncias, a única forma de expandir as operações de empréstimo parecia ser o retorno a uma velha prática da política monarquista: permi-

tir que o sistema bancário emitisse papel-moeda sobre o lastro metálico que havia acumulado.

Em 1888, uma nova política econômica foi posta em prática pelo gabinete liberal liderado pelo visconde de Ouro Preto. Esta política tinha por base uma reforma monetária com o objetivo de esvaziar a plataforma republicana, satisfazendo os interesses mais imediatos do setor financeiro e dos latifundiários. Primeiro, alguns bancos passavam a ter autorização para emitir papel-moeda na proporção de suas reservas metálicas, sob a liderança de um grande banco emissor, cujo contrato com o Tesouro minimizaria os sérios riscos de desequilíbrio cambial. Paralelamente, foram criados os bancos de auxílio à lavoura, para atender os apelos do setor, contornando os protestos da oposição parlamentar contra a indenização pretendida pelos fazendeiros escravistas. O governo daria, sob a forma de subsídio à agricultura abalada pela Abolição, o que havia negado com a polêmica sobre a indenização. De agora em diante, a agricultura teria sua concessão de empréstimos com recursos diretos do Tesouro.

A situação da lavoura do vale do Paraíba, por exemplo, era crítica desde o início da década de 1880. O valor de seus ativos, que poderiam servir como garantia bancária, havia caído vertiginosamente. Os escravos eram, em geral, hipotecados, mas o seu preço havia caído para a metade, em menos de dez anos, como efeito da promulgação de diversas leis defendidas pelo movimento abolicionista, anteriores ao 13 de maio. Também as terras cultivadas haviam se desvalorizado em consequência dos métodos predatórios de cultivo, que acabavam



Foto de Marc Ferrez da rua do Ouvidor, centro elegante e coração financeiro da capital.

por esgotar o solo. No vale do Paraíba, as perspectivas de safras eram menores a cada ano. Mais de 60% dos cafezais passava dos 45 anos, numa cultura cuja produtividade é diretamente relacionada com a idade da plantação.

A Abolição veio culminar uma violenta e duradoura crise da cafeicultura fluminense. Após o 13 de maio, o gabinete monarquista apressou-se, então, em aprovar medidas que barateassem o crédito agrícola. A solução encontrada foi distribuir crédito subsidiado por intermédio do setor bancário. O Tesouro forneceria quotas do capital para empréstimo a juros nulos e por prazos que variavam de sete a 22 anos. Estas quotas seriam proporcionais ao capital dos bancos de auxílio à lavoura. Em troca destas quotas, os bancos se obrigavam a emprestar à agricultura o dobro da quantia recebida, por prazos de um a 15 anos, com juros a 6% ao ano. Como as transações de crédito agrícola eram altamente vantajosas para os bancos auxiliares, o seleto grupo de altos empresários financeiros resolveu abrir estabelecimentos especializados no repasse destes auxílios à lavoura.

Os diretores destes bancos de auxílio, no entanto, eram quase sempre os mesmos dos bancos comerciais, ou os seus prepostos, cujas carteiras já estavam fortemente comprometidas com empréstimos feitos aos fazendeiros do vale do Paraíba por meio de casas. Assim, com os recursos recebidos do governo, os banqueiros fizeram operações contábeis, repassando aos fazendeiros apenas os empréstimos necessários para que eles quitassem suas dívidas com as casas comissárias, e mais uma vez contabilmente, resgataram as dívidas destas casas com o próprio sistema bancário. Por esta razão, os bancos se tornaram o epicentro da crise da cafeicultura fluminense, que a partir daí conheceu sua decadência definitiva.

*“Infeliz Encilhamento,
Quem te vê e quem te viu!
Ouro, brilho e movimento,
Tudo agora se sumiu!
O fado te foi contrário,
A sorte não te quis bem!
És um campo solitário
Onde a desgraça nos tem!
Quando a fortuna sorria,
Tu foste um ninho de heróis...
Encilhamento, hoje em dia,
Não vales dous caracóis!”*

Canto do terceiro e último ato da peça O tribofe, de Artur Azevedo. Edição crítica de Rachel T. Valença. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.



Revista Ilustrada. Pereira Neto. Acervo IHB.

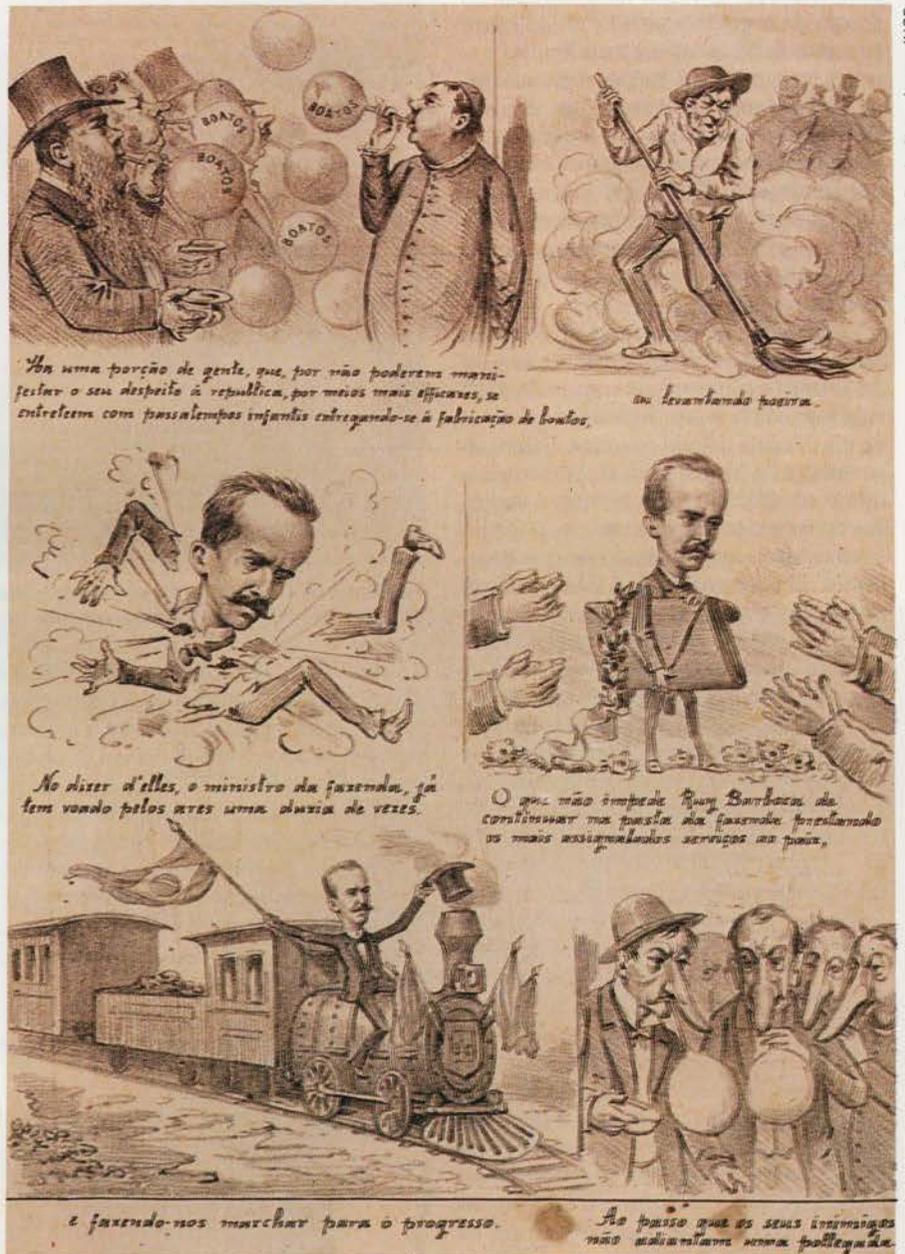
Com a reforma monetária do gabinete monarquista, surgiu um forte agente financeiro no mercado, o Banco Nacional do Brasil, com um capital de 90 mil contos de réis. Seu diretor e principal acionista, o visconde Francisco de Figueiredo (1843-1917), havia feito fortuna como corretor exclusivo de câmbio do Banco do Brasil. A vida pública lhe propiciara muitos contatos e graças a eles foi possível ao Banco Nacional do Brasil obter a adesão de dois sócios ingleses e manter estreitas relações com o Banque de Paris et des Pays-Bas, muito empenhado em romper o monopólio da Casa Rothchild no Brasil. Esta é a origem do banco em benefício do qual o Tesouro tinha desistido de sua exclusividade na emissão de papel-moeda.

O clima era ideal para a especulação financeira. O Banco Nacional do Brasil controlava a oferta monetária e os bancos comerciais se beneficiavam dos incentivos originalmente destinados à lavoura. Resultado: as ações do Banco Nacional do Brasil foram distribuídas com ágio de 45% já no momento da subscrição e a expectativa de lucro, assegurada por sua íntima relação com a política monetária do governo, deu início a uma alta que arrastou também as ações dos demais setores. A Bolsa de Valores já fervilhava, portanto, no trimestre anterior ao da Proclamação da República. Em poucas semanas fortunas trocavam de mãos e a notícia se propagava pela rua da Alfândega.

O mercado financeiro estava agitado no mês em que foi proclamada a República. A ebulição da capital já se havia estendido a outras praças, quando a mudança do regime espalhou dúvidas quanto aos novos rumos da política econômica. Reunindo-se, porém, com os principais banqueiros do país, o novo ministro da Fazenda, Rui Barbosa, se comprometeu não apenas a continuar a política de empréstimos aos bancos particulares como também manter em vigor a legislação monetária aprovada em 1888. A conciliação garantia ao governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca o apoio da burguesia financeira.

Ainda assim, a cotação da moeda brasileira despencou. O Banque de Paris et des Pays-Bas deixou de aceitar os saques do Banco Nacional do Brasil. Esta decisão obrigou o visconde de Figueiredo a bater às portas do novo ministro da Fazenda, pedindo autorização para suspender a conversibilidade do papel-moeda em ouro e dar início ao curso forçado, isto é, fazer circular as notas apenas com valor legal. O pedido foi negado por Rui Barbosa. O novo governo republicano iria implantar novos rumos à política econômica.

Esta nova política começou a se concretizar em três decretos assinados em 17 de



Rui Barbosa, o primeiro ministro da Fazenda republicano, foi o alvo preferido dos caricaturistas, após a Proclamação da República, por causa da política do encilhamento.

janeiro de 1890. O 'pacote' modificava a organização bancária e monetária, além de alterar a Lei das Sociedades Anônimas. Formulava-se ainda uma nova legislação sobre hipotecas de grande interesse para os proprietários de terras. Rui acreditava que o aumento de oferta de moeda nacional faria baixar as taxas de juros. Era, porém, mais avançado que os seus opositores quando afirmava que a cotação do câmbio não dependia da quantidade de moeda e sim da situação do balanço de pagamentos.

Não bastava, portanto, aumentar a emissão de papel-moeda. Rui argumentava que a libertação dos escravos e o crescimento da imigração haviam elevado, a níveis sem precedentes, as necessidades de numerário no campo. Mostrava ainda que, entre a

Abolição e a Proclamação da República, o capital das empresas constituídas no Rio de Janeiro praticamente dobrara, passando a exigir uma expansão do crédito de grandes proporções. A este aumento de demanda por crédito no campo e na capital se somava a baixa velocidade de circulação da moeda no Brasil, devido à extrema dispersão econômica, ao hábito que tinha a população de guardar dinheiro em casa, à sazonalidade dos períodos de pagamentos (dependentes da produção agrícola e agravados pelo atraso dos meios de transporte).

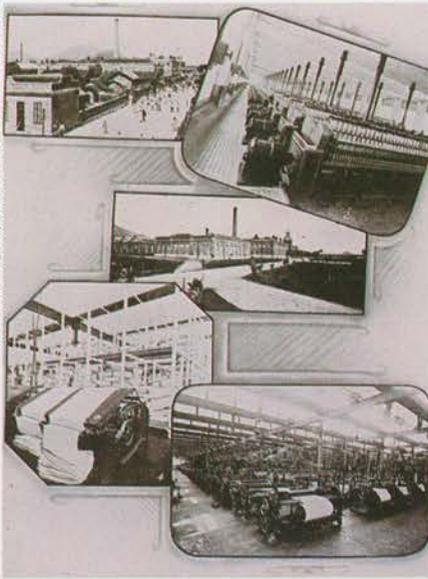
A reforma bancária, obedecendo à descentralização federalista, distribuiu regionalmente os bancos emissores. O país foi dividido em três regiões bancárias, cada qual com um banco emissor, com grande

autonomia porque suas notas circulariam apenas na respectiva jurisdição. As operações bancárias seriam as mais amplas possíveis, tornando estes bancos regionais muito semelhantes aos bancos de negócios americanos. Gozariam até de isenção tributária para os estabelecimentos industriais que fundassem. Tantos privilégios chegaram ao ponto de render ao governo as lamúrias dos próprios empresários da área industrial, que viam agora nestes bancos emissores fortes concorrentes.

Outro objetivo importante do novo plano econômico foi o de implantar uma solução para o problema da conversão da dívida interna. A jovem República encontrava uma forma de não pagar as dívidas assumidas pela Monarquia. Rui determinou que as emissões dos bancos fossem lastreadas com apólices do governo. A dívida pública existente em circulação serviria de garantia. Em contrapartida a esta nova condição para o exercício do direito de emissão, o governo permitia aos bancos o alargamento do crédito e diminuía suas despesas com a dívida interna. Os bancos formariam o seu lastro a partir das apólices que já possuíam em carteira ou comprassem no mercado. O valor da emissão seria proporcional ao valor nominal das apólices e não ao seu valor de mercado. Por isto, o ganho de capital dos bancos era proporcional à desvalorização destes títulos. A vantagem para as finanças públicas era o fato de que o Estado se eximia do pagamento dos juros e das amortizações das apólices, que tanto oneravam o Tesouro Nacional.

As reações a estas medidas, porém, não tardaram a ocorrer. Os primeiros protestos vieram, para surpresa de Rui Barbosa, dos outros ministros do governo republicano. O ministro da Justiça Campos Salles, por exemplo, estabeleceu uma condição para prestar o seu apoio: a retirada de seu estado natal, São Paulo, da órbita de ação do Rio de Janeiro, por meio da criação de um banco emissor para os paulistas. Foi prontamente atendido. Mas a decisão de Rui Barbosa, apesar de favorável, não fez com que Campos Salles desistisse

20 th Century Impressions of Brazil. Acervo IHGB.



Flagrantes da Companhia Progresso Industrial do Brasil, de tecidos, em Bangu, no Rio.

de outras reivindicações e apenas adiou o choque entre a corrente do 'republicanismo histórico', à qual se filiava o ministro paulista, e a vertente 'jacobina', que, na época, apoiava Rui Barbosa.

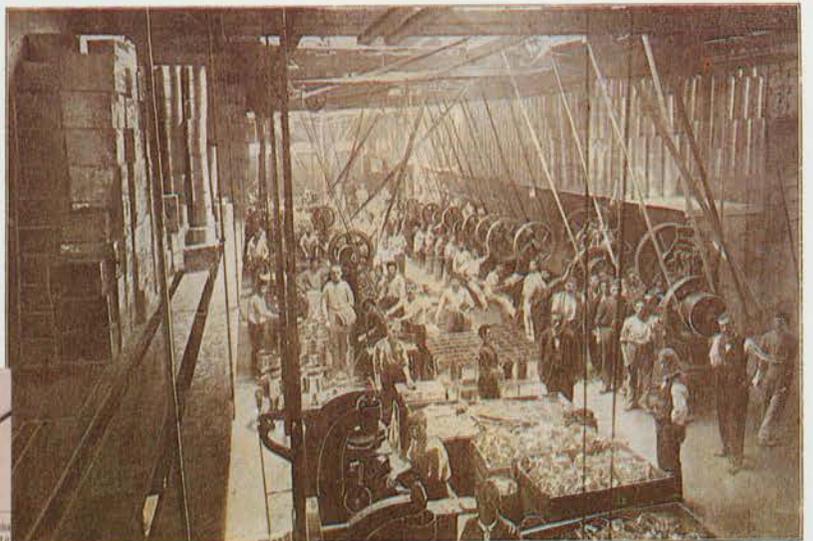
O banco emissor da capital foi entregue ao banqueiro Francisco de Paula Mayrink, que logo se revelaria um dos mais próximos conselheiros do novo governo e o virtual substituto, no governo republicano, do visconde de Figueiredo no gabinete monarquista do visconde de Ouro Preto.

A expansão industrial nos primeiros anos da República foi resultado de uma política deliberada de orientação dos recursos privados, por meio de uma legislação que facilitava o investimento em sociedades anônimas. Havia uma clara intenção de promover uma alteração no fluxo de capitais da economia, canalizando-os para investimentos de maior porte, característica das sociedades anônimas.

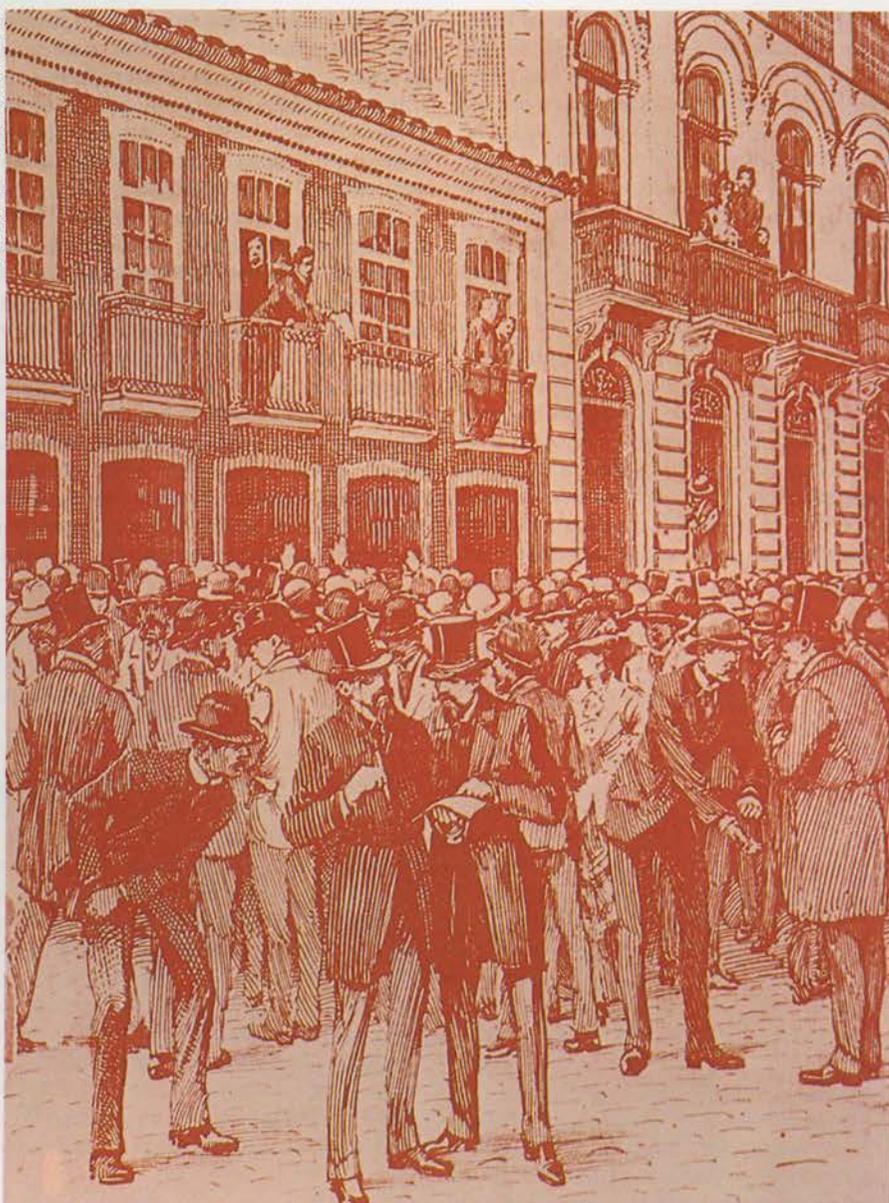
O decreto nº 164, que reformulava a Lei das Sociedades Anônimas, seguia diretrizes ainda mais liberais. Para o registro na Junta Comercial, bastava que os estatutos estivessem aprovados pela assembléia dos acionistas. A responsabilidade do cedente de ações se limitava aos atos ocorridos durante o período em que fora acionista (não mais respondendo por prejuízos anteriores à sua participação). Também os administradores tinham a vida facilitada: a aprovação de suas contas pela assembléia geral tinha o poder de eximi-los de qualquer responsabilidade pelos atos praticados. Em assembléia geral extraordinária ficava impedido o reexame de contas já aprovadas em assembléia ordinária. E, finalmente, a lei reduzia o depósito obrigatório a 10% do capital autorizado da empresa, para que a sociedade fosse constituída e suas ações pudessem ser negociadas.

As assembléias de acionistas se tornavam, assim, as peças decisivas da administração empresarial, no lugar antes ocupado pelo administrador. A nova lei facilita-

Album de O Paiz: Acervo IHGB.



A fábrica a vapor do empresário carioca Luiz Evaristo da Costa Cabral é exemplo do crescimento industrial do Rio de Janeiro nos primeiros anos do novo regime. Novos estudos apontam o encilhamento como um marco da industrialização brasileira.



A rua do Ouvidor assistiu a fortunas trocarem de mãos durante os anos do encilhamento. Era ali que circulavam os elegantes e se concentrava o comércio de artigos de luxo.

va novos investimentos, na medida em que permitia que as empresas recorressem ao capital de terceiros. E para favorecer a indústria nacional exibiu certa intolerância com a entrada de capitais estrangeiros. Disponha que dois terços do capital das companhias estrangeiras deveriam ser realizados no país. Na prática, porém, como não é difícil adivinhar, esta pesada restrição deixou de ser aplicada porque não havia uma definição sobre as empresas já instaladas antes da entrada em vigor deste novo dispositivo. O próprio Rui Barbosa, anos mais tarde, serviria de consultor jurídico de empresas estrangeiras, defendendo a não-retroatividade das leis e decretos, toda vez que os direitos destas multinacionais vieram a ser questionados.

Como a reforma bancária determinava que a emissão de papel-moeda deveria ser

lastreada em títulos da dívida pública, a negociação destes títulos passava para a esfera interbancária. Estava aberto, no mercado, o espaço para outros ativos. Até então, o conservadorismo predominara nas grandes carteiras, que se compunham preferencialmente de investimentos em títulos do governo. Agora, retraída esta oferta, o caminho natural era a busca de títulos alternativos, como ações e debêntures. Em síntese: os recursos privados, que na Monarquia haviam sido canalizados para financiar o déficit público, com a desvalorização da moeda, ficavam disponíveis para investimentos no setor produtivo, especialmente em empresas industriais.

Para arrematar a reforma proposta no 'pacote' de 17 de janeiro de 1890, a Lei Hipotecária, objeto do terceiro decreto, equiparava, do ponto de vista jurídico, o cré-

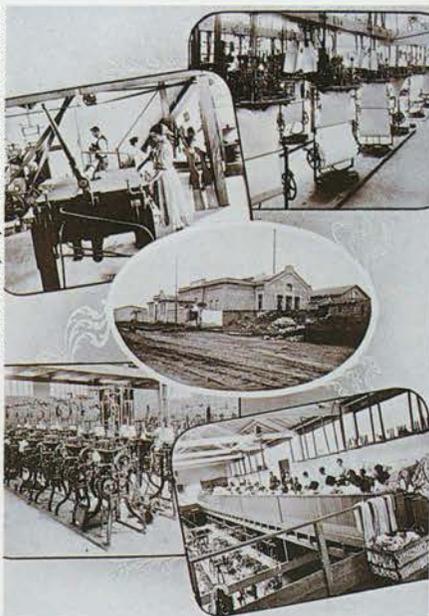
dito rural hipotecário ao crédito comercial. Determinava o texto "estender a jurisdição comercial aos lavradores que firmarem letras". O alvo desta disposição era claro. Tratava-se agora de cortar os privilégios dos chamados 'bens de raiz', que a tradição jurídica, desde os tempos da colônia, era tão ciosa em defender. Esta definição da terra como 'bem de raiz' dificultava enormemente a execução de devedores insolventes e afugentava os bancos deste tipo de crédito. A nova lei eliminava privilégios senhoriais, pautando-se por uma concepção capitalista do crédito agrícola.

O período de Rui Barbosa à frente do Ministério da Fazenda passou à história como os anos do 'encilhamento'. Raros períodos são tão polêmicos entre os historiadores. Até bem pouco tempo atrás, era necessário, antes de tratar do assunto, fazer uma longa digressão sobre o conteúdo fortemente ideológico que envolvia as interpretações do fenômeno. Estes anos eram imediatamente lembrados como um tempo de jogo desenfreado na bolsa, de especulação frenética, como demonstra a aceção da palavra 'encilhamento' registrada no *Dicionário Aurélio*.

Ou então, numa outra corrente historiográfica que trabalha no sentido inverso a esta aceção dicionarizada, procurava-se enaltecer Rui Barbosa como um defensor das indústrias e do capital nacional. A influência desta apologia foi também bastante expressiva. Ainda se encontram, hoje, historiadores que vêem na figura de Rui um nacionalista bem-intencionado, que por isto teria merecido o antagonismo das oligarquias latifundiárias regionais.

Uma vez separado o debate de conotações ideológicas, porém, não se justifica o esforço de desmistificar preconceitos ou apologias. Depois do livro *Brazilian cotton manufacturing*, do brasileiro americano Stanley Stein, escrito em 1957 e traduzido em 1979, o debate sobre este período passou a se traçar dentro dos parâmetros de uma discussão menos apaixonada e mais científica. Stein foi o primeiro a analisar empiricamente a repercussão do 'encilhamento' na indústria, sobretudo na indústria têxtil. Ele escreve:

"O boom continha elementos positivos e representou uma tentativa de romper com o lento, conservador e rotineiro passado agrícola, simbolizado pelo Império. Ao tornar mais liberais os critérios para a formação de sociedades por ações, ao ampliar o campo de atuação dos bancos e ao intensificar a emissão de papel-moeda, o governo republicano acelerou o processo de formação de capital. A inflação de papel-moeda proporcionou à indústria têxtil um volume de capital líquido que, noutras circunstâncias, exigiria um período de tempo mais longo para ser acumulado."



Instalações da Companhia Paulista de Tecidos, que foi uma das primeiras a empregar mão-de-obra feminina. Com a importação de máquinas foi introduzida a linha de montagem no Brasil.

Nos anos 70, o debate universitário aceitou gradativamente os pontos positivos da política econômica dos primeiros anos da República e concentrou esforços para saber em que pontos as reformas teriam sido decisivas para o crescimento industrial. É indiscutível que a década de 1885-1895 foi um período de intenso investimento na indústria têxtil, seja pelo número de novas fábricas, seja pelo aumento da capacidade industrial instalada das já existentes. O estudo das exportações de maquinaria industrial européia para o Brasil demonstra ainda mais que houve um *boom* de investimentos em ramos industriais diversificados nos primeiros anos da República.

Porém, ao promover mudanças na circulação monetária, o pacote de Rui Barbosa alterava também as margens de endividamento das empresas e, ao mesmo tempo que revia a política cambial, a lei modificava as tarifas, com a taxa-ouro. Por isto, torna-se difícil precisar qual destes elementos foi decisivo para o crescimento industrial. Um estava indissolúvelmente ligado ao outro e as conseqüências devem antes ser tributadas ao conjunto. Por isto, a polêmica em torno do 'encilhamento' se deslocou, nos anos 80, na busca das origens do processo de industrialização brasileiro, sobretudo por meio da ótica do 'capitalismo tardio'.

Encontram-se nesta linha os trabalhos de João Cardoso de Melo, Wilson Cano, Liana Aureliano. Rigidamente, estes estudos estabelecem uma linearidade entre a expansão das exportações de café e o investimen-

to industrial. Limitam, portanto, os benefícios do 'encilhamento' à região de São Paulo, uma vez que consideram que a economia fluminense estava atrofiada por um interior decadente, com a queda da cafeicultura no vale do Paraíba. São autores que generalizam os parâmetros que regeram o desenvolvimento paulista, utilizando-os na análise da economia fluminense. Reduzem o processo de formação de capital industrial no Brasil ao binômio café-indústria.

Um bom exemplo da distorção a que leva este tipo de análise, quando transplantada para outro contexto regional, nos é dado por Luís Antonio Tannuri, numa pesquisa intitulada *Oencilhamento*. Apesar de reconhecer que o Rio de Janeiro foi a praça comercial que mais diretamente sentiu os efeitos da legislação monetária e da regulamentação sobre sociedades anônimas,

Tannuri considera que este fato a "circunscreve no contexto da decadência cafeeira do Vale do Paraíba que, por um lado, restringia as fontes de acumulação do complexo cafeeiro escravista e, por outro lado, gerava uma desaceleração gradativa do mercado que o envolvia".

Ora, se as alterações da estrutura industrial carioca, nestes anos, coincidiram com a decadência da atividade cafeeira no vale do Paraíba, isto não significa que toda a economia fluminense estivesse sofrendo um processo de 'atrofiamento'. A decadência da cafeicultura é localizada e não há qualquer dado que demonstre que esta decadência tenha se estendido para outros setores. Se, por exemplo, considerarmos os valores arrecadados pelo Imposto de Consumo no ano de 1908, no Rio de Janeiro, observamos que a cidade 'atrofiada', com o seu



Caricatura do barão de Lucena, ironizando a falta de liquidez dos bancos durante os primeiros governos republicanos.

"(Ao erguer o pano há grande movimento em cena. Os compradores e vendedores de títulos cruzam-se em todos os sentidos.)"

Coro:
Que ajuntamento
Que movimento
No Encilhamento
Se faz notar!
Toda essa gente
Quer de repente
Rapidamente
Cobre apANHAR!

(Entrada de oito Companhias, acompanhadas de oito Bancos)

As Companhias (em coro):
Eis as novas Companhias,
Que vão dar um dinheirão!
Olhem pr'estas bizarrias!
Vejam só que perfeição!

Os Bancos (em coro):
Eis aqui os novos Bancos
Que vão dar um dinheirão!
Libras, dollars, marcos, francos
Vamos ter em profusão!"

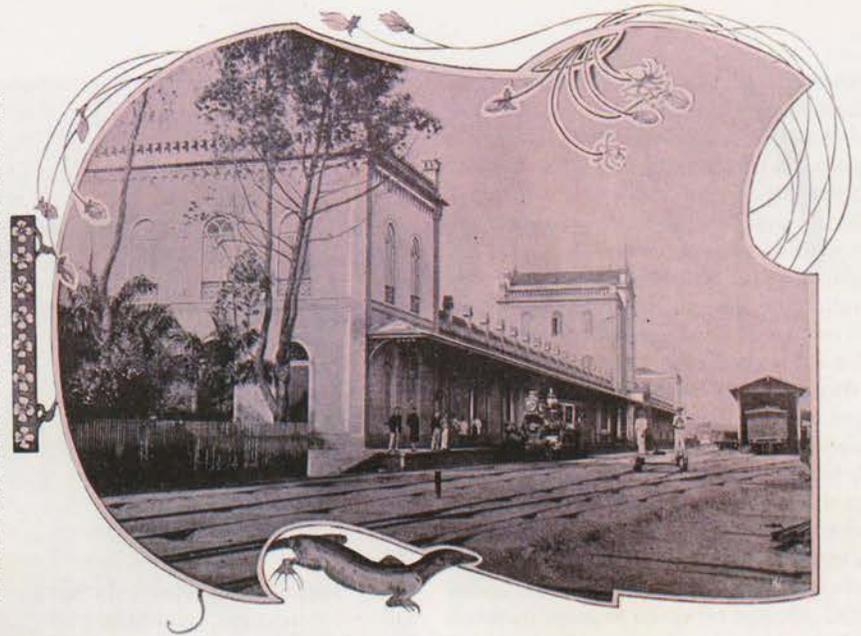
Cena da peça O tribofe, de Artur Azevedo, encenada em 1892 (dramatizando a política do Encilhamento no ano de 1891). Extraído da edição crítica de Rachel T. Valença.

interior 'decadente', com uma população de cerca de 1,8 milhão de habitantes, gerou uma renda 73% maior do que todo o estado de São Paulo, com seus 2,3 milhões de habitantes.

As pesquisas sobre a história da industrialização brasileira vêm mostrando, ao contrário, que, no caso do Rio de Janeiro, a acumulação de capital se iniciou bem antes da década de 1880. Bem antes desta data assumira proporções crescentes a função comercial de distribuição que a cidade tradicionalmente desempenhava, não apenas dos produtos importados, mas também dos produtos de sua própria indústria. O trabalho pioneiro sobre a economia carioca, intitulado *História do Rio de Janeiro*, de Eulália Lobo, permitiu que se constatasse uma importante alteração na função portuária da cidade. O Rio de Janeiro, sem traumatismo, foi perdendo, aos poucos, sua importância como exportador de café e ganhando espaço como centro distribuidor de artigos importados e como mercado consumidor.

A autora chama a atenção para o fato de que a atividade comercial carioca precedeu em muito a expansão cafeeira no país. O crescimento e o dinamismo do setor comercial da cidade data de quando controlava o abastecimento da região de mineração de Minas Gerais e só fez se expandir enquanto foi sede da Corte portuguesa, sobretudo com a abertura oficial dos portos. Dispunha a cidade, portanto, de um ativo comércio de cabotagem e de rotas de distribuição por meio de tropas, com fregueses cativos no interior. As estradas de ferro Central e Leopoldina alargaram ainda mais o raio de influência da capital, na medida em que propiciavam o aumen-

Memória Histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil. Acervo IHGB.



Estação de Porto Novo do Cunha, na fronteira entre Rio de Janeiro e Minas Gerais.

to do volume e a diversificação das mercadorias que iam para o interior. Assim, a capital dispunha de uma autonomia relativa diante da atividade cafeeira fluminense.

O conjunto das exportações do porto do Rio de Janeiro já incluía mercadorias manufaturadas desde 1846, o que foi contribuindo para a acumulação de um capital relativamente independente da evolução da cafeicultura fluminense. As transformações técnicas que se operavam na indústria têxtil e noutros setores, inclusive siderurgia, revelam o dinamismo da região, mesmo quando a atividade cafeeira tributária do porto do Rio de Janeiro já estava em franco declínio.

Se nunca houve dúvidas sobre a acumulação intensa de capital comercial na economia do Rio de Janeiro, pesquisas recentes estão apontando outros aspectos que contribuíram para o processo global de industrialização do país. A maioria destes trabalhos impede a conclusão apressada de que a atividade industrial no Brasil, nos primeiros anos da República, se resumiu à experiência paulista. Ângela Castro Gomes e Marieta Ferreira, no livro *Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro*, mesmo levando em conta as interligações entre o comércio do Rio de Janeiro e a cafeicultura, demonstram que a indústria fluminense não teve qualquer relação reflexa com a decadência da agricultura escravista, podendo manter um elevado padrão de investimentos graças à acumulação de capital da comunidade mercantil.

Outra pesquisadora, Maria Antonieta Leopoldi, na tese *Industrial associations and politics in contemporary Brazil*, oferece elementos irrefutáveis para demonstrar que o Rio de Janeiro se firmou como principal centro industrial do país, a despeito da aguda crise da economia escravista, justamente nas décadas de 1880 e 1890. Lon-

ge de 'atrofiar', a crise do setor exportador, somada à Abolição, serviu de impulso a mudanças políticas que favoreceram a expansão industrial no Rio de Janeiro.

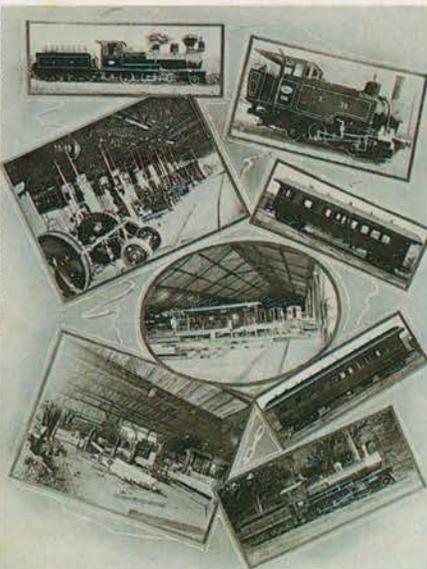
Como se vê, uma revisão da política do 'encilhamento' e do contexto econômico em que se deu a proclamação pode demonstrar que a atividade industrial já era bastante expressiva no Brasil muito antes da Revolução de 1930, e antes mesmo da República. O novo regime se impôs, em 1889, com o compromisso de expandi-la. Nas origens do processo da industrialização brasileira se encontram o decisivo apoio de uma legislação favorável e uma relativa autonomia diante das atividades de exportação do café. O retrato de 1889, cem anos depois, pode servir de contra-exemplo para os que ainda pretendem transformar a trajetória da economia paulista num modelo para a história econômica brasileira.



SUGESTÕES PARA LEITURA

- FRANCO GUSTAVO H. B., *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Rio de Janeiro, BNDES, 1983.
- LEVI MARIA BÁRBARA, *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas (esboços de uma história empresarial)*. Rio de Janeiro, tese de professor-titular da FEA/UFRJ, 1988.
- LOBO EULÁLIA MARIA LAMEYER, *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1979.
- STEIN STANLEY, *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850-1950)*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- SUZIGAN WILSON, *A indústria brasileira. Origem e desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

20 th Century Impressions of Brazil. Acervo IHGB



Modelos de locomotivas e vagões utilizados pela Companhia Estrada de Ferro Leopoldina e vista de galpões da empresa.



15 DE NOVEMBRO E A IMPRENSA DE PARIS

José Luiz Werneck da Silva

Departamento de História,
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais,
Universidade Federal do Rio de Janeiro

No terceiro dia após a Proclamação da República, a notícia começou a sair nos jornais parisienses, que interpretavam o evento de acordo com a sua posição no panorama político bastante tumultuado da França, então comemorando o centenário da revolução burguesa. *Le Temps*, *Le Cri du Peuple*, *Le Gaulois*, *Le Figaro* (que ainda hoje representa uma parte ponderável da opinião francesa)... em cada um deles as notícias chegadas do outro lado do Atlântico pelo cabo submarino ou pelos vapores-correio têm destaque talvez maior que as do Brasil de hoje. Afinal, tudo ligava culturalmente o Brasil à França, até mesmo o parentesco das dinastias que por último ocuparam o trono nos dois países.

Através de colunas com títulos tais como 'A situação no Brasil', 'Assuntos brasileiros', os franceses ficam sabendo de acontecimentos e boatos dos quais poucos brasileiros tinham conhecimento no Rio de Janeiro. Os jornais parisienses falam de manifestações contra a República, especulam que o governo provisório tem dificuldade em manter a unidade nacional, que movimentos separatistas tentam aproveitar a oportunidade para tornar independentes as províncias de São Paulo e Amazonas. E contam também das reações em outros países europeus que tinham grandes interesses econômicos no Brasil: que a Alemanha e a Grã-Bretanha exigiam respeito aos compromissos assumidos pelo Império e até mesmo cogitariam de empregar a força para defender seus direitos. E que, diante disso, os Estados Unidos já preparavam uma esquadra para enviar ao Brasil, no afã de defender o novo governo.

No princípio daquele mesmo mês de novembro, o Brasil Império despedia-se da Europa na majestosa Exposição Universal Internacional, comemorativa da Revolução Francesa. Dos países sul-americanos que ali se fizeram representar, era o único em que a Monarquia ainda vigorava. 'Uma vergonha!', reclamou um brasileiro em visita a Paris. Ninguém sabia então, em Europa, França ou Bahia, o que estava por vir.



Na edição de 18 de novembro de 1889, o jornal parisiense *Le Radical*, órgão da extrema esquerda republicana, informava em primeira página: “Uma notícia chegou a Paris: uma revolução (*sic*) estourou no Rio de Janeiro, proclamando a República”. Os correspondentes estrangeiros creditados na cidade que de Corte logo passaria a capital federal já haviam tomado conhecimento tanto do manifesto da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, redigido na tarde de 15 de novembro, que exaltava a ‘gloriosa revolução’, como da proclamação do Governo Provisório Republicano, expedida pouco depois, mas no mesmo dia, que se referia a uma revolução nacional. Na opinião do jornal francês, contudo, tratava-se de “uma revolução essencialmente política”. E acrescentava: “Considerar o acontecimento como um efeito da abolição da escravatura não tem qualquer fundamento; os antigos proprietários de escravos quando muito haviam favorecido o pronunciamento militar.”

No dia seguinte, *Le Radical* foi mais longe, coerente com sua postura de opositor à coalizão detentora da hegemonia na Terceira República francesa — ‘os Republicanos de Governo’ —, que o jornal qualificava de “situacionista e oportunista”. Para ele, “uma monarquia como aquela que havia no Brasil era bem superior a uma república como a que governava a França”. Mais enfáticos ainda nessa comparação foram os partidários do general Boulanger. Eles constituíram um movimento que defendia uma guinada para a direita, mas que era de base populista e nacionalista. Apresentavam-se como críticos permanentes dos ‘oportunistas’ que acabavam de promover em Paris uma Exposição Universal Internacional, da qual o Império do Brasil participara, e que se encerrara nove dias antes da Proclamação da República no Rio de Janeiro.

O jornal boulangista *La Petite République Française* afirmava que “se fosse possível mostrar aos súditos brasileiros o que era a república parlamentar francesa com seus gabinetes efêmeros, seus deputados saídos do oficialismo e seu Senado nomeado pelo sufrágio restrito, com um exército sempre em formação, a indústria, a agricultura e o comércio sempre incertos quanto ao futuro econômico e político, com os trabalhadores desesperançados de verem realizadas as reformas incessantemente prometidas e adiadas”, provavelmente o barão de Ladário não teria sido vítima de qualquer atentado, nem a dinastia dos Bragança afastada do governo do Brasil. E resumia a advertência aos brasileiros exclamando: “La République? la voilà!”

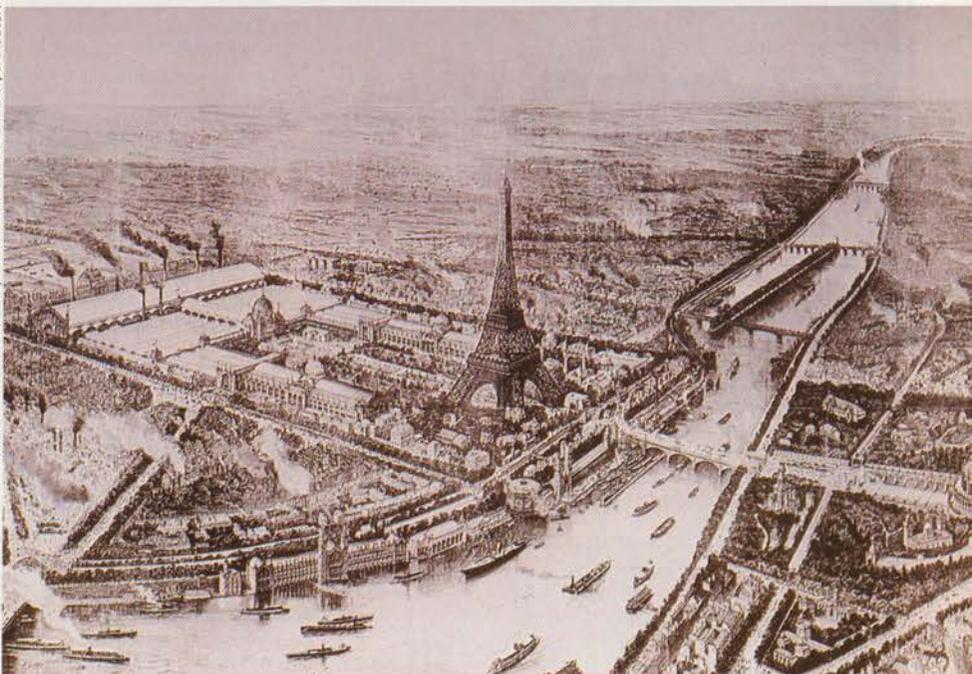
Sem dúvida essas manifestações dos radicais e dos boulangistas não esgotavam o

complexo domínio do imaginário que a sociedade francesa, em seus diversos níveis, constituía em face da revolução no Brasil. *Le Temps*, considerado como o jornal parisiense melhor informado sobre os acontecimentos estrangeiros e com grande influência na política e nos negócios, também deu destaque de primeira página à proclamação da República brasileira em suas edições de 17 a 19 de novembro. Era um jornal reputado como independente, embora seus compromissos com a centro-esquerda republicana moderada permitissem sua caracterização como um órgão do “situacionismo oportunista”.

De acordo com a versão de *Le Temps*, uma revolução, ou pelo menos uma insurreição muito grave, cuja importância não se podia ainda avaliar, ocorrera no Brasil, derrubando a Monarquia e proclamando a República, mas se acreditava que o novo

chefes de estado, inclusive europeus. O republicanismo no Brasil jamais fora desarmado, mas a lealdade para com o trono, mesmo para com a princesa Isabel, teria durado mais tempo se não existisse um príncipe estrangeiro, o conde D’Eu, e se o Exército e a Marinha não tivessem sido negligenciados. “Acusa-se o Imperador — observava — de manter o seu poder exclusivo [o poder moderador] e de não respeitar a liberdade das eleições parlamentares, mas o ponto mais delicado parece ser a reação dos interesses privados contra o apoio da Coroa à emancipação dos escravos, assunto no qual o Imperador e sua filha haviam seguido as exigências da consciência universal e não se voltaria atrás”. E concluía: “A opinião pública francesa faz votos para que, seja qual for a forma de governo adotada, a vontade nacional seja realmente consultada, num clima de or-

1889. La Tour Eiffel et l'Exposition Universelle. Cedido pelo autor.



Vista aérea da Exposição Universal Internacional, comemorativa do centenário da Revolução Francesa. À esquerda (na margem direita do Sena) a Torre Eiffel, que foi inaugurada naquela ocasião. Do outro lado do rio, o Trocadero, hoje um dos poucos remanescentes da exposição.

governo logo convocaria um plebiscito. Encerrava-se — dizia o jornal — o longo reinado de D. Pedro II, marcado por frequentes crises ministeriais, por um esforço mais aparente do que real (no dizer dos adversários) no sentido do progresso social e político, por longas guerras com seus vizinhos platinos e que deixara como grande obra daquele meio século a abolição da escravatura.

O imperador deposto — continuava o jornal — muitas vezes visitara a Europa e especialmente as academias científicas da França, onde conquistara real popularidade nos círculos cultivados, o que era uma exceção à tendência de numerosos outros

dem, paz e liberdade. Isso parece possível, pois o deposto Imperador mostrava a resignação de um filósofo e a república parecia ter sido acolhida favoravelmente, afastando-se a hipótese de uma contra-revolução que poderia ter eventualmente a ajuda de dinastias européias [como os Bragança, de Portugal, os Saxe-Coburgo-Gotha, os Bourbon]. De qualquer maneira, o governo provisório não parecia ter muita segurança da popularidade da República, pois não quis que a família real permanecesse no Brasil e tentava agora recuperar a unidade nacional um pouco artificial que a monarquia obtivera. Porém há os que só aceitarão a república se ela for federativa.”

Mas a realidade era que, tanto ou mais do que no Brasil, “a notícia da revolução no Rio de Janeiro surpreendera a todos em Paris, e iludiam-se a si próprios aqueles que diziam já prever de há muito, mesmo os que recebiam diariamente telegramas de lá, pois em nenhum deles transparecia a menor previsão de semelhante golpe de Estado”. Este depoimento, transcrito em 24 de novembro no importante jornal parisiense *L'Événement*, foi prestado por Alexandre Wagner, banqueiro húngaro residente na capital fran-

cesa e muito conhecido no antigo Império bragantino, e é citado por Manuel Ernesto de Campos Porto, em *A Proclamação da República segundo os jornais*.

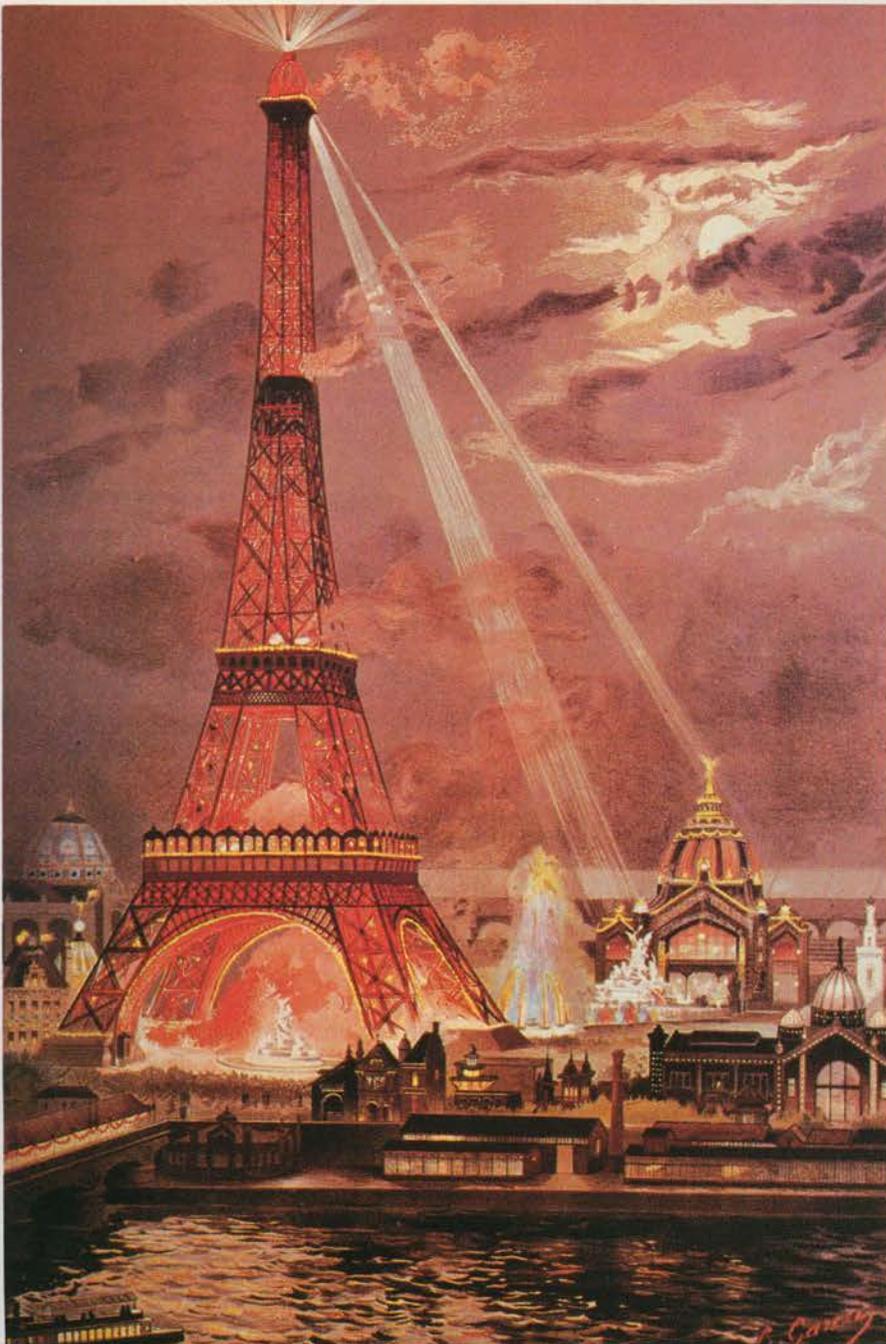
Contudo, a imprensa parisiense logo passava da surpresa a uma indagação sobre a legitimidade do governo provisório republicano. Afinal, a monarquia do gabinete Ouro Preto se ‘suicidara’, conduzindo inabilmente a Questão Militar e a federalização das províncias, ou ‘fora morta’ pelos republicanos? Em 1890, “o sério, tradicional e acadêmico *Journal des Débats*, após-tolo do bom-senso liberal e da pondera-

ção” — conforme o qualifica Marc Angenot — publicava despachos enviados do Rio de Janeiro e concluía que “a revolução já estava feita e ninguém parecia ter a intenção de revertê-la”, mas ponderava igualmente que “se constatava que aqueles que fizeram a república (em 15 de novembro de 1889) não haviam tido de modo algum (então) a intenção de fazê-la”.

Entretanto, para outros órgãos da imprensa europeia — reproduzidos nas edições de 25 a 30 de novembro de 1889 de *Le Temps* —, não era tão pacífica assim a intenção de não reverter a situação política no Brasil. O Império Germânico informava que enviaria navios de guerra ao Rio de Janeiro para defender os seus interesses, ao mesmo tempo que era aconselhado por grupos privados a anexar as províncias meridionais do Brasil, destino cobiçado de uma emigração em massa dos seus súditos. O Império Britânico, por sua vez, informava que também enviaria navios de guerra ao Rio de Janeiro, e as autoridades britânicas se recusavam a saudar o pavilhão republicano brasileiro, só dando entrada em seus portos a navios brasileiros se ele fosse arriado, como ocorreu em Plymouth. Por outro lado, o delegado do Tesouro em Londres denunciava que todos os telegramas vindos do exterior ou para ele encaminhados estavam sendo censurados pelo governo provisório brasileiro. Em contrapartida, os Estados Unidos aprestavam uma esquadra em Boston para ajudar esse governo, caso as intervenções das potências europeias se concretizassem.

Telegramas de Rui Barbosa — que D. Pedro II, do exílio, dizia ser “o único capaz de organizar a República e tirar a revolução dos quartéis” — tranquilizaram os europeus sobre a autoridade nacional do governo provisório, o respeito aos compromissos internacionais, a garantia de opção dos estrangeiros em face da grande naturalização, desmobilizando assim a reação das potências do Velho Mundo. A *Gazeta da Alemanha do Norte (Norddeutsche Zeitung)* podia, finalmente, dizer que não havia mais nenhuma razão para interferências no Brasil e que se devia “aguardar o sufrágio universal para todos os que souberem ler e escrever, a fim de que o país sul-americano decidisse sobre o seu caminho”. O arcebispo primaz da Bahia abençoava o governo provisório, alertado pelo papa Leão XIII, através do internúncio na capital federal, para garantir “o ministério eclesiástico”. Em Madri, os republicanos espanhóis, tendo à frente Pi Y Margall, todos de barrete frígido (símbolo republicano desde a Revolução Francesa), comemoravam a queda do Império no Brasil como início de uma “derrubada mundial de reis”, propondo uma “federação universal de repúblicas”.

A iluminação da Torre Eiffel, em pintura de Georges Garen, atualmente no Museu d'Orsay (Paris). Comparados à magnífica construção de 300 metros de altura, os pavilhões dos países estrangeiros pareciam insignificantes, embora tivessem a assinatura de renomados arquitetos.



1889. La Tour Eiffel et l'Exposition Universelle. Cedido pelo autor.

Em Paris, brasileiros favoráveis à República promoveram um banquete no Hotel Continental, com oradores de todas as nacionalidades. Na ocasião, apresentaram o novo pavilhão nacional: vermelho, azul e amarelo, com 22 estrelas perto da haste. E até a Academia de Ciências de Paris se recusava a enviar um telegrama de solidariedade a D. Pedro II, que, obstinado em não apoiar qualquer 'guerra civil', acatava a via pacífica da Constituinte e do plebiscito, de resto, também, segundo *Le Temps*, a posição inicial de Ouro Preto, exilado.

Em outros despachos, *Le Temps* chamava a atenção para o fato de que "nenhuma revolução (no exterior) seria tão oportuna para a política argentina quanto a que trouxe o destronamento de D. Pedro II, para o qual a República Platina muito colaborara. Buenos Aires temia uma aliança ofensiva e defensiva chileno-brasileira, antecedendo um ataque do Império bragançino, com ambições territoriais, tanto que o conde D'Eu multiplicava as inspeções militares, mandava construir fortalezas, transportava uma flotilha de canhoiras para o alto Paraguai, em resumo, preparava-se ostensivamente para a guerra".

como se representavam, quanto à revolução no Brasil, as atitudes mentais dos periódicos monarquistas, que faziam uma oposição de direita aos 'Republicanos de governo'? Tais periódicos poderiam ser ligados aos Bourbon, aos Bonaparte, ou aos Orléans, mas se trata aqui de dois jornais monarquistas — *Le Gaulois* e *Le Figaro* — cujo aristocracismo era mais um narcisismo de classe, já bem aburguesada, do que propriamente uma ideologia política. Realistas bourbônicos, sem dúvida, eles estavam, no entanto, mais preocupados em idealizar a alta sociedade, com seus costumes refinados, seu espírito, seus valores.

Le Gaulois — que se gabava de "estar à direita, sempre à direita" — fez-se presente junto ao ex-imperador exilado tão logo ele chegou à Europa. Para isso, utilizou-se de um secretário do duque de Nemours. Nas suas edições de 20 e 22 de novembro, já faz também minucioso relato dos passos da revolução no Brasil, sempre dignificando D. Pedro II; dá ampla divulgação aos boatos de que ela era encorajada secretamente pelos Estados Unidos e reproduz sistematicamente as notícias dos periódicos europeus, como as gazetas de Hamburgo, que falam em focos de oposição no Brasil ao governo provisório republicano, mencionando uma manifestação na capital federal aos gritos de 'Abaixo a República! Viva D. Pedro Augusto!' (neto do ex-imperador D. Pedro II; filho do duque de Saxe-Coburgo e Gotha e de dona Leopoldina, princesa brasileira). Dessa manifes-

2^e Série. — N.º 52. Le Numéro : 15 Centimes. Vendredi 5 Juillet 1889.

BULLETIN OFFICIEL

DE L'EXPOSITION UNIVERSELLE DE 1889

ABONNEMENTS
avec la partie de l'annuaire
Paris et Départements... 20 fr.
Etranger, le port en sus.

QUOTIDIEN ILLUSTRÉ
Tiré à l'Égalité dans la Classe de l'Édition, sur la page de petit
(CLASSE 54)

Annuaire... la ligne 3 fr.
Bibliothèque... 50 fr.
Faites dire...

Des Annonces sont reçues aux Bureaux du Journal, 44, Boulevard des Capucines, Paris, chez M. STAMPA, Libraire, 11, Boulevard des Capucines, Paris.

BUREAU : 16, AVENUE DE LA BOULLEVAISSE (CHAMP DE MARS), et à l'Intérieur de l'Exposition, au Pavillon du BUREAU OFFICIEL.
(près de la Direction Générale de l'Exposition).



tação, segundo esses jornais, teriam resultado dois mortos e numerosos feridos. Além disso — nisto acompanhado por *Le Figaro* —, *Le Gaulois* dava curso aos boatos de que D. Pedro II e a princesa Isabel abdicariam de seus direitos ao trono do Brasil em benefício de D. Pedro Augusto e em detrimento do conde D'Eu, este o mais decidido a empenhar a família real numa guerra civil.

Como os demais jornais de Paris, os órgãos monarquistas transcreveram a resposta que Spuller, ministro dos Negócios Estrangeiros da Terceira República, deu à interpelação que a Câmara de Deputados lhe fez sobre a posição da República Francesa em face da revolução do Brasil (que já ado-



O pavilhão do Império do Brasil, parte da Seção Brasileira, ficava ao lado do da República Argentina e bem junto a um dos pilares da Torre Eiffel. Embaixo, detalhe do pavilhão brasileiro, que foi projetado pelo arquiteto francês Dauvergne especialmente para a exposição.

tara o lema 'Ordem e Progresso', tão caro aos positivistas franceses, por sinal presentes no governo francês). Spuller declarou que aguardaria até que o governo provisório brasileiro entregasse seus poderes à Assembléia Constituinte, para então reconhecê-lo oficialmente. Ele disse esperar que os interesses nacionais franceses seriam respeitados e defendidos, e que a legítima influência da França no Brasil pudesse se manter e até se desenvolver.

Sempre interessado nas especulações dinásticas, *Le Gaulois* informava que nem a condessa d'Eu (a princesa Isabel), nem o príncipe D. Pedro Augusto de Saxe Coburgo e Gotha, neto do imperador deposto, estavam interessados numa guerra civil para recuperar o poder. E dava insistente vazão às notícias que falavam da dificuldade do governo provisório em manter a unidade do país, "tanto que se comentava no Brasil sobre a separação eventual da Pátria Paulista ou das províncias setentrionais, estas sob o nome de República do Amazonas". Registrava ainda que uma das formas adotadas pelo novo regime para rejeitar os ex-escravos como cidadãos era só admitir como eleitores no sufrágio universal — que substituiria o regime eleitoral censitário vigente no Império — aqueles que soubessem ler e escrever.

Preocupado com uma possível onda republicana na Europa em decorrência da revolução no Brasil, *Le Gaulois* reproduz com destaque uma declaração do conde de Valbom, ministro de Portugal em Paris. Dizia o ministro que a notícia da deposição do imperador bragantino causara dolorosa impressão em seu país, mas era absolutamente falso que ela pudesse ter um contrachoque em Portugal, onde nunca houvera um pronunciamento, pois o Exército era inteiramente dedicado ao rei e às instituições monárquicas, mesmo que se admitisse que os utopistas de Lisboa e do Porto pudessem ser chamados de Partido Republicano.

Para diversificar um pouco mais o universo do imaginário detectado na imprensa francesa logo após a revolução no Brasil, identifiquemos por fim a visão assumida pelos periódicos ligados à esquerda socialista, revolucionária ou reformista ('possibilista'), que fazia oposição sistemática aos 'Republicanos de governo'. É o caso tanto do *Le Cri du Peuple* quanto de seu sucessor, *L'Egalité*, frontalmente antiboulangista, que foram os primeiros diários da esquerda socialista a obter penetração importante no meio operário, embora ambos revelassem seja uma hostilidade aos anarquistas, seja o elenco das cisões que minavam o próprio movimento socialista.

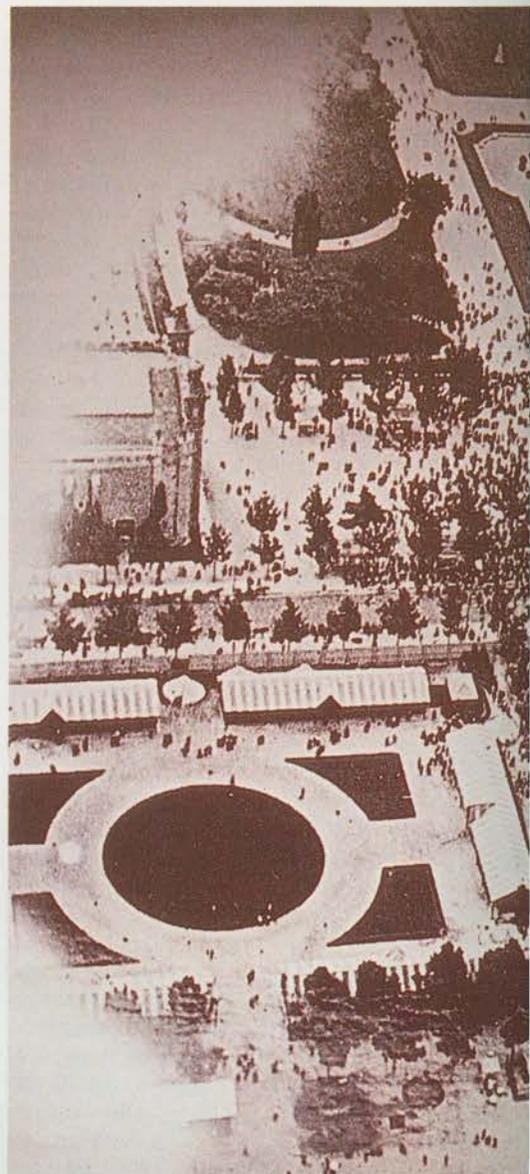


1889. La Tour Eiffel et l'Exposition Universelle. Cedido pelo autor.

A Exposição Universal Internacional atraiu visitantes do mundo inteiro, inclusive muitos brasileiros que se entusiasmaram com a 'incomparável festa'. De um balão dirigível (observado acima pelos dois cavalheiros), foram tiradas fotos panorâmicas, como a reproduzida ao lado.

Nas suas edições de 30 de novembro e de 3/9/11/12/19 e 21 de dezembro de 1889, *Le Cri du Peuple* assume a defesa do governo provisório republicano do Brasil, registrando insistentemente que ele controlava todas as ex-províncias, a calma reinando em todo o país. Segundo esse jornal, os repetidos boatos a respeito da demissão de Rui Barbosa do Ministério da Fazenda — os quais tanta agitação causavam nas bolsa européias — eram produto do 'partido imperialista e restaurador' (que se formava em Lisboa). Segundo a versão dos socialistas para a revolução do Brasil, diante da incapacidade de D. Pedro II de continuar governando e do conseqüente immobilismo dos negócios públicos, a família real e o gabinete reformista, de Ouro Preto, teriam programado para 2 de dezembro de 1889 a abdicação do monarca e o início do 3º Reinado (o da princesa Isabel). Isso teria precipitado o movimento de 15 de novembro, à frente os republicanos militares, ameaçados pela revitalização da Guarda Nacional, que fora planejada pelo mesmo Ouro Preto.

De acordo com as edições de 22, 30 e 31 de dezembro de 1889 do *Le Cri du Peuple*, Rui Barbosa estava tão seguro da manutenção da República que dizia ter a impressão de que o imperador já caíra há um século. Certamente em resposta às críticas que recebiam na Europa as atribuições arbitrárias da Comissão Militar de Sindicâncias e Julgamentos — 'verdadeiro tribunal de exceção', conforme Hamilton M. Mon-



teiro —, Rui Barbosa defendia a necessidade de prender e deportar os monarquistas acusados de conspiração, como Silveira Martins e Ouro Preto, e de manter o banimento da família real, por ter esta passado a encorajar a restauração, num recuo de sua primeira atitude conformada. Para o ministro da Fazenda, a revolução brasileira era um exemplo de transformação sancionada pelo povo, sem sangue nem desastres financeiros, ao contrário do que tantas vezes ocorrera na Europa. Ele advertia os opositores, no entanto, de que qualquer tentativa seria reprimida e que a Assembléia Constituinte não teria que se manifestar sobre a República ou a Monarquia, pois esta última opção agora se confundiria com a anarquia, estando fora de cogitação. Não se admitiria nem a existência de um 'partido monarquista', como vinha sendo erroneamente propalado na Europa, causando no Brasil grande surpresa e estímulo à desordem.

A té aqui — e como resultado de uma consulta aos microfímes da Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional de Paris —, vimos utilizando somente os registros que a queda do Império mereceu da imprensa parisiense, esta suprida pelos despachos das agências ou dos correspondentes e enviados especiais, remetidos através do cabo submarino ou dos vapores-correio. Destes despachos resultaram informações ou análises em colunas intituladas 'Boletins do dia' ou 'Notícias do estrangeiro', que assumiam, às vezes, o caráter de pequenos editoriais denominados 'A situação no Brasil', 'Assuntos brasileiros' ou 'A revolução no Brasil'. Parece-nos interessante, contudo, apresentar também um registro em sentido inverso, isto é, uma carta datada de 20 de novembro de 1889 que um médico mineiro, o dr. Santos Júnior, em viagem pela Europa, enviou de Paris para o Brasil.

O dr. Santos Júnior acabara de visitar a recém-encerrada Exposição Universal Internacional, e não pudera esconder, na ocasião, o 'sentimento de vexame', não só dele mas de todos, diante da 'triste figura' que obrigaram o Brasil a fazer naquela 'incomparável festa', que para todas as nações livres, como a França, os Estados Unidos, o México, o Chile e a República Argentina, havia sido um esplêndido triunfo. A cada vez que visitava a Exposição do Centenário, "um grito de dor saía do peito e a consciência indignada bradava: Abaixo o Império! Abaixo o Senado! Abaixo a oligarquia abjeta que corrói o Brasil!" Daí o prazer que sentiu ao saber que "um grito de liberdade já percorria, de extremo a extremo, o território brasileiro, despedaçando o império e restaurando o Brasil — a pátria nova com que tantas vezes sonhamos". O dr. Santos Júnior achava 'admirável' que a libertação dos escravos, sem derramamento de sangue, tivesse trazido o desenvolvimento da propriedade brasileira, e que a Proclamação da República, sem o terrível cortejo da guerra civil, em nada tivesse alterado o estado financeiro do Brasil!" E concluía: "Que extraordinário povo somos, que grande, poderosa e bela nação seremos dentro de poucos anos!"

Entretanto, outros brasileiros — talvez Silva Jardim, talvez José do Patrocínio —, contemporâneos do dr. Santos Júnior, já começavam a desconfiar, naquele mesmo momento, de que aquela não era certamente a república dos seus sonhos... E hoje, será ela a república dos nossos sonhos?



SUGESTÕES PARA LEITURA

- ANGENOT M., 'La Presse Quotidienne en 1889', in *Le Centenaire de la Révolution: 1889*. Paris, Col. Les Médias et L'Événement, La Documentation Française, 1989.
- PORTO M.E.C., *A Proclamação da República (segundo os jornais)*. Capital Federal, sem editora, 1889.
- MAYEUR J.-M., 'Structures de la vie politique au temps des Républicains de Gouvernement' e 'Dans la Crise Boulangiste', in *La vie politique sous la Troisième République (1870-1910)*. Paris, Éditions du Seuil, 1984.
- BELLANGER C. et alii, 'L'Age d'or de la presse française', in *Histoire générale de la presse française*, vol. 3, Paris, Presses Universitaires de France, 1972.
- LECLERC M., *Lettres du Brésil*, 1890. Cit. João da Cruz Costa, *Pequena História da República*, São Paulo, Brasiliense/CNPq, 1989 (3ª ed.).
- PÉRROT M., *Enquêtes sur la condition ouvrière en France au 19^{me} siècle*. Étude-Bibliographie-Index. Paris, Microéditions Hachette, s/d.
- MONTEIRO H.M., "Transição conservadora: ditadura provisória", in *Brasil República*, São Paulo, Editora Ática, 1986.

Edição de texto: Maria Ignez Duque Estrada



CABEÇAS CORTADAS , EM CANUDOS

Roberto Ventura

Área de Literatura Comparada,
Universidade de São Paulo

Proclamada em 1889 por um golpe do Exército, sob os olhares atônitos da população, a República se debate até 1898 entre duas concepções políticas conflitantes. De um lado, um grupo de inspiração jacobina e positivista, favorável a uma ditadura militar centralizada. Do outro, o movimento civilista e federalista, de base liberal-democrática, partidário de um governo descentralizado, capaz de permitir às oligarquias rurais o controle do sistema político e a manipulação do voto popular. Mas não se trata de um conflito entre ditadura e democracia, e sim da disputa entre duas compreensões igualmente autoritárias de República. A máscara ditatorial do novo regime revela toda a sua crueza em 1897, no massacre de Canudos. O projeto republicano, retratado de forma épica nos poemas revolucionários de Euclides da Cunha em 1883, adquire feições trágicas (ou épico-trágicas) de denúncia da violência da intervenção militar em *Os sertões*, publicado em 1902.

O relato impressionante da decapitação sumária dos vencidos em Canudos parece uma reatualização macabra da tragédia grega *As bacantes*, de Eurípedes. A musa da República exibiu agora o rosto pálido do terror. Pela mão de Euclides, os republicanos se viram enfocados numa narrativa crítica em que se entrecruzavam a ideologia, os mitos, os sonhos e as decepções daqueles que a construíram. Seria a proclamação, como queriam tantos republicanos, uma versão brasileira da Revolução Francesa? Muitos, como Euclides da Cunha, tentaram rastrear semelhanças capazes de imprimir grandiosidade ao movimento e viram este paralelo ruir em Canudos. Seria a República obra do anticristo, indício do fim dos tempos, em que ressurgiria o rei português D. Sebastião (1554-1578) à frente de seus exércitos, reinstaurando a Monarquia, como acreditavam os partidários de Antônio Conselheiro?

Nesse confronto entre o republicano Euclides da Cunha, narrador de *Os sertões*, e Antônio Conselheiro, o líder dos rebeldes, há um curioso e irônico paralelo: um mesmo fim trágico aguarda a ambos.



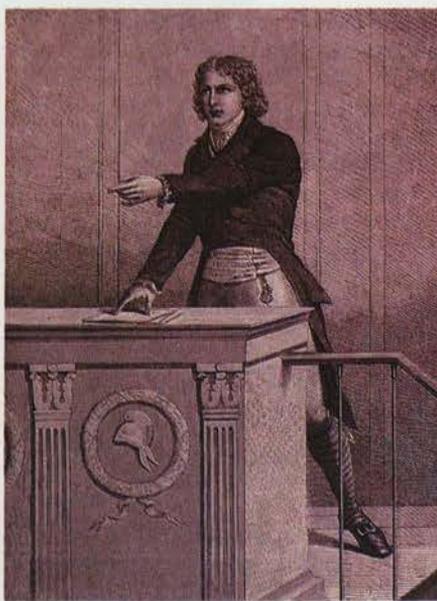
“Em breve pisaremos o solo onde a República vai dar com segurança o último embaite aos que a perturbam”, escreve Euclides da Cunha numa série de artigos e reportagens sobre Canudos, publicados na imprensa, no calor da hora, em 1897. Exaltado pelo fervor republicano, projeta, na sua narrativa dos acontecimentos, o modelo glorioso da Revolução Francesa. A comparação é explícita no título dos dois primeiros artigos (*‘A nossa Vendéia’*), escritos em São Paulo, antes de Euclides ser enviado ao local do conflito como correspondente de *O Estado de São Paulo*.

Assim como a Revolução Francesa havia sido ameaçada, de 1793 a 1795, pela sublevação camponesa, monarquista e católica, da região de Vendéia, também a recém-proclamada República brasileira estaria em perigo. Muitos denunciavam a manipulação política do movimento de Canudos por uma conspiração monárquico-restauradora. “Como na Vendéia, o fanatismo religioso que domina as almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do Império”, anotou Euclides. E o paralelo servia, igualmente, para traduzir sua confiança no novo regime: “A Revolução Francesa que se aparelhava para lutar com a Europa quase sentiu-se impotente para combater os adversários da Vendéia (...). Este paralelo será, porém, levado às últimas conseqüências. A República sairá triunfante desta última prova.”

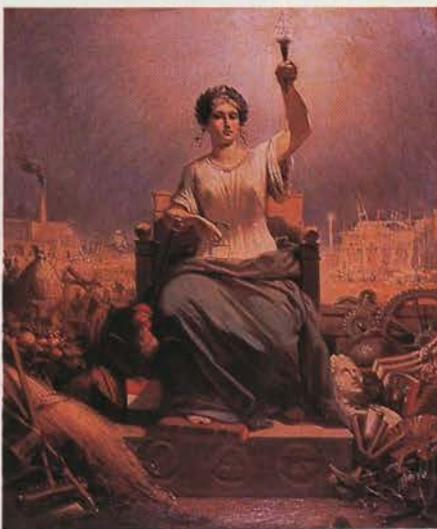
Os eventos e os atores da Revolução Francesa se haviam tornado um modelo para o processo de liquidação do *ancien régime*, a ser trilhado pela República brasileira, justificando o emprego da metáfora da Vendéia. Apresentam-se aí duas questões. Até que ponto é válida essa universalização da Revolução Francesa, que adquire um caráter exemplar? E como se dá a inserção de sociedades nacionais (no caso, a brasileira) em um modelo normativo de história universal?

A junção destas questões traz à tona a problemática sobre o sentido e a função que paradigmas de ação e pensamento adquirem quando deslocados de seus contextos históricos de origem. Sob que formas, condições e limites o paradigma da Revolução Francesa pode se converter em modelo de uma revolução nacional? Teria a Proclamação da República um caráter revolucionário na sociedade brasileira?

Para Euclides da Cunha e seus contemporâneos, a identificação com o mito revolucionário francês integra um fenômeno político e religioso, como Canudos, a um horizonte prévio de expectativas. O que permite classificar o movimento de Canudos como ‘restaurador’ e ‘monarquista’, assegurando, pela crença na repetição da



Acima, o revolucionário francês Saint-Just, em cujos discursos o jovem republicano Euclides da Cunha enxergava a ‘luz do gênio’. Abaixo, a República, representada na figura de uma jovem mulher.



história, uma resolução pró-republicana do conflito. Por isto, Euclides escreve, em meio ao conflito armado, frases retumbantes, tais como ‘A República é imortal!’

Em 1902, cinco anos após o massacre da comunidade, Euclides publica *Os sertões: campanha de Canudos*. A história do conflito é retomada por uma perspectiva ensaística e historiográfica que busca enfocar fatores e leis gerais, transformando o ‘tema’ numa ‘variante de assunto geral’: ‘os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil’. Mais notável do que a passagem do jornalismo ao ensaio historiográfico é a sua denúncia da campanha como ‘crime’, que o faz se distanciar da metáfora da Vendéia e da ideologia liberal-republicana. Entre os artigos de 1897 e o livro de 1902, interpodem-se sua cobertura

‘ao vivo’ dos momentos finais da guerra e o contato não-mediatizado pela propaganda republicana com a realidade de Canudos.

Produz-se, em Euclides, uma ‘reviravolta de opinião’ (como afirma Walnice Nogueira Galvão em *Sacos de gatos: ensaios críticos*). Ao presenciar o massacre, ele adquire um distanciamento crítico frente ao ideário republicano, ganhando uma consciência aguda (ainda que ambivalente) da especificidade da formação social brasileira em relação aos modelos da ‘história universal’.

Ingressando em 1885 no curso de Engenharia da Escola Politécnica e transferindo-se em 1886 para a Escola Militar, Euclides participa de dois centros de modernização em que encontrava ampla ressonância a propaganda republicana, voltada para a liquidação do Segundo Império brasileiro. Euclides se engajou nesse processo, com poemas e artigos de propaganda dos princípios revolucionários franceses. Fez sonetos dedicados a ‘Dantão’, Marat, Robespierre, Saint-Just. A própria seleção dos líderes revolucionários indica o privilégio de uma interpretação jacobina de 1789. Sobre Saint-Just, Euclides escreveu: “Quando à tribuna ele se ergueu, rugindo, (...) / A tirania estremeceu nas bases, (...) E a Europa — o mundo — mais que o mundo, a França / Sentiu numa hora sob o verbo seu / As comoções que em séculos não sofreu!...”

Neste soneto épico, a ‘luz do gênio’ e a luta universal contra a tirania se irradiam nos discursos de Saint-Just, da França para o mundo. Em 1888, Euclides é expulso da Escola Militar por um ato de protesto contra a Monarquia.

Proclamada a República, a face ditatorial do novo regime se exhibe inequívoca.

De 1889 a 1894, nos governos militares de Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894), o Exército assume o papel de guardião da unidade nacional. O absolutismo do poder monárquico, cuja crítica sustentara o movimento republicano, acaba se encarnando, sem quebra de continuidade, nestes dois primeiros presidentes republicanos. De 1891 a 1894, atinge seu ápice a corrente militarista, por meio de uma ideologia de ‘salvação nacional’ — o florianismo — uma fusão de princípios positivistas e jacobinos.

O jacobinismo é, segundo o historiador francês François Furet, a ‘forma clássica de consciência revolucionária’, por seu potencial de transformação dos indivíduos isolados em ser coletivo, o *povo*, erigido a um só tempo em legitimidade suprema e ator imaginário da revolução. Tendo como origem uma nova ‘forma de sociabili-



Acervo BN.

O segundo presidente republicano, Floriano Peixoto, era partidário de uma longa ditadura militar no Brasil.

dade política', a 'sociedade do pensamento', o jacobinismo se organiza como partido ou facção política, que se apresenta como expressão absoluta da vontade popular. Sob a ficção do 'povo' e com base no modelo da democracia 'pura', de forma direta por meio das sociedades e clubes, o grupo jacobino pretende substituir a sociedade civil e usurpar o poder do Estado, o que explica, na história da Revolução Francesa, a formação da ditadura do Comitê de Salvação Pública, entre 1793 e 1794.

A influência do positivismo nas escolas militares brasileiras fez com que, cem anos após a Revolução Francesa, o jacobinismo se convertesse em tendência militarista, que identifica Exército e Nação e projeta, na figura de Floriano Peixoto, a imagem do ditador central, proposto pelo filósofo francês Auguste Comte (1798-1857). Há uma evidente contradição entre os princípios liberais e democráticos, base do Manifesto Republicano de 1870, e a efetiva instauração de formas ditatoriais de governo a partir de 1889.

A legitimidade da revolução e sua aspiração de generalidade justificam o emprego de todos os meios para garantir a continuidade do novo regime. A liberdade se fundaria pelo poder da espada: desta contradição desponta a nova estrutura semântica que impõe e justifica a violência e o terror. Os implicados em revoltas antiflorianistas são executados de forma sumária, como na revolta federalista do Rio Grande do Sul.

Por volta de 1870, Antônio Conselheiro, o líder da comunidade rebelada contra a República, já iniciara peregrinação pelo interior nordestino, fazendo pregações, organizando mutirões para a construção de

igrejas e cemitérios, reunindo, em torno de si, um crescente número de fiéis. Com a Proclamação da República, agravaram-se os seus conflitos com a ordem estabelecida, envolvendo clero e governo, preocupados com a expansão de sua influência. O conflito se politizara a partir da sua revolta contra as medidas laicizantes do novo regime, como a separação entre Igreja e Estado e a instituição do casamento civil, e contra os atos administrativos de cobrança de impostos e de recenseamento da população. Em 1893, Conselheiro se instalara, com seus seguidores, na fazenda abandonada de Canudos, às margens do rio Vaza-Barris, no nordeste da Bahia, onde fundara uma vila que chega aos 25 mil habitantes em 1897, o ano do massacre.

Em 1897, duas expedições sucessivas contra Canudos já haviam fracassado. A questão ganhara repercussão nacional. Jacobinos e florianistas, que haviam perdido o controle do sistema político, em 1894, pressionavam o governo civil de Prudente de Moraes (1894-1898). A terceira expedição contra Canudos é organizada em 1897 com 1.300 soldados, e entregue ao comando do coronel Moreira César, herói da repressão à revolta federalista e herdeiro, após a morte de Floriano Peixoto, da mística jacobina.

A notícia de nova derrota das tropas republicanas, sob cujo impacto Euclides redige a série de artigos sobre 'a nossa Vendéia', repercute de modo violento nas capitais, provocando as 'jornadas jacobinas' no Rio de Janeiro, em que foram destruídos jornais monárquicos. A acirrada resistência da comunidade religiosa nordestina é explicada a partir da hipótese política de uma conspiração restauradora que estaria sustentando os rebeldes. Com isto, os florianistas disseminam a suspeita sobre a capacidade do governo civil de conter a subversão monarquista.

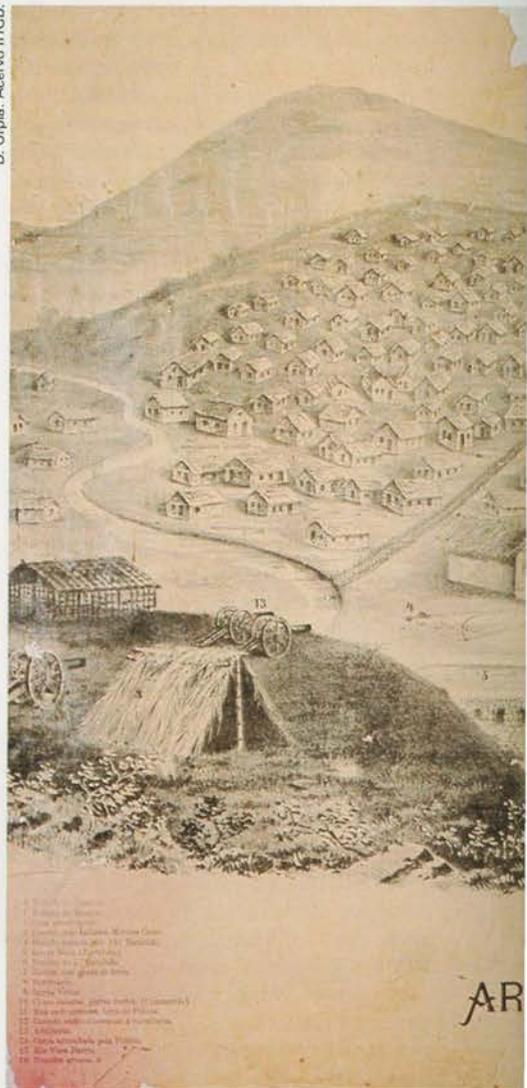
O confronto entre os 'conselheiristas' e as tropas governamentais traz à tona o conflito interno ao conceito de República. A própria ênfase jacobina na existência de uma ampla conspiração monárquica visava à desestabilização do governo civil, encobrendo, por meio da imagem mítica de um poder republicano sem divisões, a verdadeira questão política subterrânea — a disputa entre liberais e jacobinos e a articulação de um golpe destes contra aqueles. Se, como observou Raymundo Faoro, o governo Prudente de Moraes foi a 'arena' onde a forma republicana encontrou o seu 'molde', Canudos constituiu o ponto central deste processo, pela conversão da campanha militar em 'cruzada revolucionária'. A República, manchada pelas revoltas federalista e da Armada, mais uma vez vertia sangue em nome de sua consolidação política.

A quarta e última expedição, com oito mil homens dotados de moderno equipamento, representou a oportunidade que a corrente civilista esperava para demonstrar sua eficiência repressiva e fortalecer a dominação civil oligárquica, sob a hegemonia de São Paulo, fundando as bases do sistema político brasileiro, vigentes até 1930. Desta expedição participou o correspondente Euclides da Cunha, que presencia quase um mês de lutas até a queda final de Canudos. Daí resultaram as reportagens enviadas a *O Estado de São Paulo*, reunidas posteriormente no volume *Canudos* (publicado *post mortem* em 1939), e seu livro de denúncia da campanha, *Os sertões*.

Em *Os sertões*, Euclides se afasta da hipótese da conspiração política e, de certo

À direita, Euclides da Cunha. Abaixo, o desenho do arraial de Canudos. A acirrada resistência do arraial a quatro expedições militares abalou a crença de Euclides no novo regime republicano. Todos os prisioneiros homens de Canudos foram decapitados.

D. Urpia. Acervo IHGB.





Acervo BN.

modo, da metáfora da Vendéia. Rompendo com o fervor ideológico de seus artigos de 1897, faz uma autocrítica de suas concepções:

“Abreviamos o espírito ao conceito estrito de uma preocupação partidária. (...) Vimos no agitador sertanejo (...) adversário sério, estrênuo paladino do extinto regime, capaz de derruir as instituições nascentes. E Canudos era a Vendéia...”

Entretanto, adiante, a comparação entre a história francesa e a brasileira se restabelece de forma retificada: “Malgrado os defeitos do confronto, Canudos era a nossa Vendéia.” Vendéia e Canudos são aproximados do ponto de vista do meio adverso. Em ambos os casos, há o deslocamento de um exército de grande porte e o misticismo de seus participantes. Mas a hipótese política é definitivamente afastada.

Esse tipo de retificação metafórica, frequente na retórica antitética do autor, revela uma oscilação terminológica e conceitual, possível efeito da sua ambivalência entre pressupostos universalistas e a construção de uma especificidade do processo so-

cial e cultural brasileiro. Por um lado, ao apontar o deslocamento que o discurso liberal e seu contraponto jacobino sofrem no Brasil, Euclides critica as concepções difusionistas dos republicanos. Por outro lado, sua análise dos aspectos intrínsecos à nacionalidade (marginais quanto ao paradigma da história universal) tende à hipótese, de fundo evolucionista, acerca de um atraso relativo do processo civilizatório brasileiro.

A questão básica, para Euclides da Cunha, é a construção de um modelo interpretativo capaz de dar conta das relações e conflitos entre a sua cultura e aquilo que esta define como sua ‘extracultura’. Essa construção tem o objetivo de evitar equívocos advindos da projeção de critérios culturais e políticos (como a oposição entre monarquia e república) a contextos sociais em que estes critérios não estariam lingüística e ideologicamente marcados.

A hesitação de Euclides quanto à justiça ou aos defeitos da metáfora da Vendéia indica a busca de uma perspectiva que permita incorporar ao discurso escrito, cientificista e iluminista, elementos culturais e sociais pertencentes a uma outra ordem. Trata-se de indagar o estatuto desta ordem de forma a defini-la como ‘contracultura’ (cultura em relação de negação com o paradigma da cultura oficial, mas reconhecida como portadora de critérios próprios de estruturação), ou enquanto ‘incultura’ (reunião de elementos classificados como ‘desprovidos de sentido’, ou seja, um agrupamento caótico de termos, sem ordem ou função).

Nos dois artigos intitulados ‘A nossa Vendéia’, o messianismo é reduzido ao estatuto de ‘incultura’, em que o homem, reflexo de uma natureza hostil, é caracterizado como ‘bárbaro’, ‘impetuoso’, ‘adversário traiçoeiro’, ‘sertanejo fanatizado’, e Canudos enquanto ‘povoação maldita’, ‘sociedade obscura’. Em artigos da mesma série, Euclides desenvolve um conjunto de oposições polares e assimétricas que ratificam essa abordagem: à civilização se opõe o atraso, ao litoral o sertão, à República a Monarquia, ao soldado o jagunço.

Ao longo das reportagens, porém, começam a se delinear os contornos de uma ordenação etnológica e sociológica diferenciada dos padrões de civilização ‘importada’, dominantes nas cidades e no litoral. Esta mudança de perspectiva provoca um progressivo impasse, manifestado na ausência de qualquer menção, nos artigos, aos fatos por ele presenciados no sertão e que constituem o núcleo trágico do livro-denúncia: a degola dos prisioneiros e o comércio de mulheres e crianças. Muitas das mulheres, que uma foto da época mostra cadavéricas e esqueléticas, são levadas pelos soldados para o Rio de Janeiro, onde



vão morar nas encostas das cidades. Sur-ge, neste momento, a palavra 'favela' no vocabulário urbano. Era uma referência ao nome do morro em que as forças do Exército se haviam instalado para bombardear Canudos.

A série de reportagens se encerra de forma enigmática, com o elogio ao batalhão do estado de São Paulo e ao heroísmo histórico dos paulistas, o que indica sua clara opção política pelo grupo civilista. Euclides deixa de narrar os momentos finais da campanha, o que só ocorrerá, anos depois, em *Os sertões*. Deve-se supor que houvesse censura ou controle sobre os materiais enviados pelo correspondente de guerra. Mas a percepção do potencial de violência inerente à sua própria cultura desarticula o seu quadro político-ideológico, levando-o ao mutismo.

A entrada dos prisioneiros foi comovedora. (...) A um de fundo, a fila extensa, traçando ondulada curva pelo pendor da colina, seguia na direção do acampamento, passando ao lado do quartel da primeira coluna e acumulando-se, cem metros adiante, em repugnante congêrie de corpos repulsivos em andrajos.

Os sertões, de Euclides da Cunha.

Euclides retorna de Canudos com *Os sertões* na cabeça. Dispõe os próximos anos escrevendo o livro, publicado em 1902 pela Livraria Laemmert. O sucesso é tamanho que, no ano seguinte, ele se torna membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a venerável instituição dos tempos do Império. E logo em seguida ingressa na Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897 no Rio de Janeiro, em plena 'belle époque tropical' (expressão cunhada pelo historiador americano Jeffrey Needell).

A partir da 'reviravolta de opinião' de *Os sertões*, Euclides constrói um novo esquema interpretativo que não mais identifica como equivalentes o litoral à cultura e o sertão à incultura. Por um lado, reconhece o sertão como contracultura, dotada de uma estrutura distinta, ainda que historicamente defasada. Por outro, procura apreender a irrupção da incultura (ou seja, da barbárie), em meio aos termos anteriormente designados de forma positiva. As assimetrias iniciais cedem lugar às simetrias relativas entre o litoral e o sertão, a República e a Monarquia, o Exército e Canudos, Moreira César e Antônio Conselheiro, o florianismo e o messianismo. Euclides deixa de pensar Canudos como elemento externo à nacionalidade, considerando-o parte integrante de uma nação dividida entre o dinamismo do processo civilizató-

rio tido como positivo e inevitável e a resistência das sobrevivências culturais e atavismos etnológicos. Lança, assim, o brado de alarme que mostra a consciência da oposição entre as duas tendências: "Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos."

A irrupção da incultura recebe uma explicação etnológica, de base racista, segundo a qual às raças corresponderiam estádios evolutivos distintos. Considerando a sociedade e a cultura brasileiras como produtos da fusão de elementos de origem européia, africana e indígena, Euclides interpreta o conflito entre Canudos e a República como efeito do choque entre dois processos historicamente diferenciados de mestiçagem. O mestiço do sertão apresentaria, para ele, uma vantagem relativa sobre o mulato do litoral, decorrente do isolamento da sociedade sertaneja e da ausência de componentes africanos, permitindo maior estabilidade da evolução racial e cultural. "O sertanejo é, antes de tudo, um forte", escreve Euclides em *Os Sertões*, "não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neuras-tênicos do litoral".

A tese de Euclides sobre o caráter específico da miscigenação sertaneja lhe permite inverter as assimetrias iniciais, valorizando a nação 'interior' (o país 'real') em relação à outra nação, em contato com o exterior (o país 'legal'). Nos sertões se localizam os contornos de uma 'cultura nacio-



foto Flávio de Barros. Acervo do Arquivo da Fundação do Cinema Brasileiro.

nal', dotada de certa originalidade quanto aos padrões metropolitanos de civilização. Esse isolamento histórico da sociedade sertaneja teria permitido a preservação dos mitos sebastianistas e messiânicos, transmitidos pela colonização portuguesa no século XVI.

A esperança na vinda de um Messias foi difundida em Portugal a partir do século XVI, sobretudo com as trovas compostas por Gonçalo Bandarra (1500-?), impressas pela primeira vez em 1603. O Messias foi identificado ao rei D. Sebastião, morto na batalha de Alcácer-Quibir em 1578, na tentativa de expansão dos domínios portugueses na África, dando origem ao mito a que se dá o nome de sebastianismo. A percepção das ameaças ao poderio e à continuidade do Império colonial, abordada por Luís de Camões no canto IV de *Os lusíadas* (de 1572), gerou a crença no retorno glorioso do monarca desaparecido.

As trovas de Bandarra e o messianismo sebastianista coincidem com os primórdios da colonização brasileira no século XVI. E revelaram uma capacidade surpreendente de sobrevivência, até fins do século passado. O movimento de Canudos constituiu uma repontencialização do mito sebastianista, que adquire, pela expectativa de libertação de uma existência miserável, um caráter predominantemente social (e não-nacionalista). Tanto nos sermões e prédicas de Antônio Conselheiro quanto nas quadras de poesia popular recolhidas por Euclides em versões manuscritas, formulam-se a interpretação do sebastianismo e a peculiar visão messiânica comuns aos habitantes de Canudos.

Nesta visão messiânica, a República aparece como obra do anticristo e o indício do fim dos tempos, em que D. Sebastião ressurgiria, com seus exércitos, reinstaurando a Monarquia e fundando o Milênio: "O anticristo nasceu/ Para o Brasil governar/ Mas aí está o Conselheiro/ Para dele nos livrar/ Visita vem nos fazer/ Nosso rei D. Sebastião/ Coitado daquele pobre/ Que estiver na lei do cão!"

Mas prédicas de Conselheiro, que recebem versão escrita em meio ao conflito armado (seu manuscrito data de 1897, ano da destruição de Canudos), o mito sebastianista se mistura com a tradição católica, em especial com o relato da paixão. Desenvolve-se uma identificação entre o sacrifício exemplar de Cristo e o extermínio iminente do grupo. Conselheiro opõe o regime monárquico, cuja legitimidade derivaria de uma ordem transcendental, eterna e imutável, a formas políticas temporais, como a republicana, contrárias à religião e à vontade divina. "A República quer acabar com a religião, esta obra-



Foto Flávio de Barros. Acervo do Arquivo do Museu da República.

Os soldados impunham à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava estes preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na, prestes, a facão.

Um golpe único, entrando pelo baixo ventre. Um destripamento rápido...

Tínhamos valentes que ansiavam por essas cobardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares.

Os sertões, de Euclides da Cunha. (Trecho extraído da edição crítica de Walnice Nogueira Galvão, São Paulo, Brasiliense, 1986.)

prima de Deus que há 19 séculos existe e há de permanecer até o fim do mundo; porque Deus protege sua obra", afirma Conselheiro.

Por isto, o pregador prevê a inevitabilidade da queda da República e o restabelecimento da Monarquia, fatos tidos como 'verdades' tão seguras quanto o surgimento da 'aurora' e a descoberta de 'um novo dia'. Constituiu-se, nos discursos de Conselheiro e nas quadras de poesia popular,

uma concepção cíclica e redentora do tempo, em oposição à representação linear-evolutiva adotada por liberais e republicanos. Trata-se de um conflito entre periodizações distintas da história.

Para Euclides, a introdução do governo republicano e a desarticulação dos padrões tradicionais de dominação patriarcal e estamental teriam criado uma grave situação de instabilidade social e política. Como reação, as populações sertanejas teriam regredido, de forma 'atávica', tanto a formas místicas, de origem portuguesa, como o sebastianismo, quanto à bravura ancestral de seus antepassados indígenas. Estariam formadas, assim, as condições para a irrupção da 'incultura' (a barbárie primitiva) no interior da 'cultura' sertaneja.

Quanto ao litoral e às capitais, a eclosão da barbárie é atribuída à agitação republicana e jacobina. Revelador, neste sentido, é o enfoque de Euclides de um dos raros acontecimentos 'litorâneos' que constam do seu livro — as 'jornadas jacobinas' no Rio de Janeiro. Criticando a idéia de um complô restaurador como construção coletiva imaginária, ele comenta a destruição dos jornais monárquicos por uma multidão aos gritos de 'viva Floriano' e 'viva a República':

"E a guerra de Canudos era, por bem dizer, sintomática apenas. O mal era maior. Não se confinara num recanto da Bahia. Alastrara-se. Rompia nas capitais do litoral. O homem do sertão, encourado e bru-

'to, tinha parceiros porventura mais perigosos. (...) A força da hereditariedade (...) arrasta para os meios mais adiantados — enludados e encobertos de tênue verniz de cultura — trogloditas completos.”

Segundo Euclides, o país se encontrava, à época do conflito de Canudos, nas mãos de um governo civil desprovido da ‘base essencial de uma opinião pública organizada’ e agitado pelos florianistas, cujo ‘entusiasmo suspeito pela República se aliava a um nativismo extemporâneo e à cópia grosseira de um jacobinismo pouco lisonjeiro à história’. Antônio Conselheiro e o coronel Moreira César, comandante da terceira expedição, são caracterizados em termos patológicos, como exemplos de ‘delírio sistematizado’ (Conselheiro) e ‘desequilíbrio epilético’ (Moreira César), que refletiriam um ‘mal social gravíssimo’, a ‘instabilidade’ resultante da mudança de regime. Os republicanos estariam portanto im-

pregnados do mesmo misticismo e atavismo dos conselheiristas: “A luta pela República e contra seus inimigos imaginários era uma cruzada.”

Os sertões apresenta uma função antijacobina, antiflorianista e antimilitarista bem mais importante no contexto da época do que a crítica ao liberalismo, tão enfatizada pelos seus intérpretes. A denúncia do massacre cometido pelo Exército, somada à revelação dos diversos erros de avaliação política e militar, tem o objetivo de negar a legitimidade das pretensões revolucionárias dos florianistas.

Nos artigos iniciais de Euclides, o modelo da Revolução Francesa apresentava uma significação mítica e ideológica. Fornecia respostas definitivas sobre os desdobramentos da ‘revolução brasileira’. Na campanha de Canudos, os oficiais se tratavam pelo título democrático de ‘cidadão’, posto em circulação pelos revolucionários

franceses em nome da igualdade. Euclides menciona, em *Os sertões*, a salva de 21 tiros ao alvorecer com que as tropas saudaram a ‘data de festa nacional’ escolhida para o assalto a Canudos, o *14 juillet*, data da tomada da Bastilha.

Em *Os sertões*, Euclides rompe com essa recepção e projeção mítico-ideológica da Revolução Francesa e do liberalismo. Sobretudo a partir da crítica a dois fenômenos distintos de mitificação histórica. O conflito de Canudos teria provocado a convergência entre duas versões míticas da história: a versão monárquico-messiânica e a republicano-jacobina. Num de seus últimos ensaios, intitulado ‘Um velho problema’, aprofunda esta ruptura ao criticar a Revolução Francesa pela negação de seus princípios. Condenando a instauração e o predomínio da ‘propriedade burguesa’, Euclides manifesta sua adesão ao socialismo de Karl Marx.

Nosso século. Acervo do Museu Nina Rodrigues.



A decapitação dos prisioneiros homens de Canudos consolidou uma prática que se repetiu na história dos conflitos populares do Nordeste. Em 1937, o bando de Lampião e Maria Bonita foi surpreendido pelas forças militares e as 11 cabeças de seus principais componentes estiveram por muito tempo em exposição no Museu Nina Rodrigues da Faculdade de Medicina da Bahia.



foto Flávio de Barros. Acervo do Arquivo da Fundação do Cinema Brasileiro.

clides manifesta um forte distanciamento quanto aos padrões e valores da sociedade dos sertões. Canudos é descrito como um 'ajuntamento caótico e repugnante de casas', onde predominariam a promiscuidade moral e o coletivismo de bens. O mesmo distanciamento se revela nos comentários dos escritos de Conselheiro e das quadras de poesia popular, recolhidas junto às ruínas da comunidade. Sobre estas quadras, escreve: "Pobres papéis, em que a ortografia bárbara corria parêntesis com os mais ingênuos absurdos e a escrita irregular e feia parecia fotografar o pensamento torturado."

Em 1909, 12 anos após o massacre de Canudos e a morte de Antônio Conselheiro, Euclides da Cunha tem um fim trágico, abatido em tiroteio pelo cadete Dilermando de Assis, amante de sua mulher, Anna. Como Conselheiro, Euclides teve seu destino marcado pela Proclamação da República. "Entrei aqui com a imagem da República e parto com a sua imagem", teria dito Euclides ao conhecer Anna na casa do pai, o major Sólton Ribeiro, no dia seguinte à proclamação. A Nêmesis (deusa da vingança e da justiça entre os gregos) familiar, rastreada por Euclides na biografia acidentada do Conselheiro, se abate sobre a sua própria vida, exigindo derramamento de sangue. Sete anos após a 'tragédia da Piedade' (expressão da imprensa da época), Dilermando mata Euclides da Cunha Filho, que tenta vingar a morte do pai.

O crânio do 'Messias' e o cérebro do escritor foram examinados pelos legistas e antropólogos da época, Nina Rodrigues e Roquette Pinto, em busca dos traços físicos e anatômicos do 'crime' ou do 'estilo'. Euclides da Cunha e Antônio Conselheiro, o 'gênio' e o 'louco', tiveram ambos como destino a vala comum da ciência antropológica da virada do século.



SUGESTÕES PARA LEITURA

CONSELHEIRO ANTÔNIO, 'Prédicas e discursos' in NOGUEIRA A., *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1978.

CUNHA EUCLIDES, *Os sertões: campanha de Canudos (1902)*, edição crítica de WALNICE NOGUEIRA GALVÃO. São Paulo, Brasiliense, 1985.

GALVÃO WALNICE NOGUEIRA, *Sacos de gatos: ensaios críticos*. São Paulo, Duas Cidades, 1976.

NEEDELL J.D., *A tropical Belle Epoque: elite culture and society in turn-of-the-century Rio de Janeiro*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

FAORO RAYMUNDO, *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro (1958)*. Porto Alegre, Globo, 1977.

Edição de texto: Marília Martins

Ao aproximar, como fenômenos políticos de significação semelhante, o messianismo sebastianista e o patriotismo republicano, Euclides constrói uma estrutura semântica diferenciada, capaz de projetar sua obra para além do liberalismo. Encara os dois fenômenos como irrupções simétricas da barbárie, no litoral e no sertão, ambos resistência ao projeto civilizatório e à universalização do modelo liberal. Interpretação semelhante é proposta pelo escritor e político argentino Domingo Sarmiento (1811-1888), em seu *Facundo* (publicado inicialmente em folhetim, no jornal *El progreso*, em 1845), para analisar a anarquia, o terror e a violência dos primórdios da República argentina. Desperta em Euclides a consciência trágica do desvio entre o modelo da Revolução Francesa e a sua internalização na história brasileira, o que leva à tentativa de definição de uma identidade cultural diferenciada.

Para Euclides, e para a intelectualidade latino-americana do último terço do século XIX, a ruptura com o modelo da história universal e a desarticulação de uma identidade 'clássica' se dão de forma ambivalente e contraditória, gerando uma 'identidade problemática'. O caráter problemático se deve, de um lado, à percepção dos limites para a reprodução, na América Latina, da história europeia. E do outro revela-se a necessidade de substituir o conceito de história 'universal' por novas formas de apreensão da nação e de seu relacionamento com outras realidades e culturas nacionais.

Antes, no amanhecer daquele dia, a comissão adrede escolhida descobriu o cadáver de Antônio Conselheiro. (...) Estava hediondo. Envolto no velho hábito azul de brim americano, mãos cruzadas ao peito, rosto tumefacto e esquelético, olhos fundos cheios de terra — mal o reconheceram os que mais de perto o haviam tratado durante a vida.

Desenterraram-no cuidadosamente. Dádiva preciosa — único prêmio, únicos despojos opimos de tal guerra! — (...)

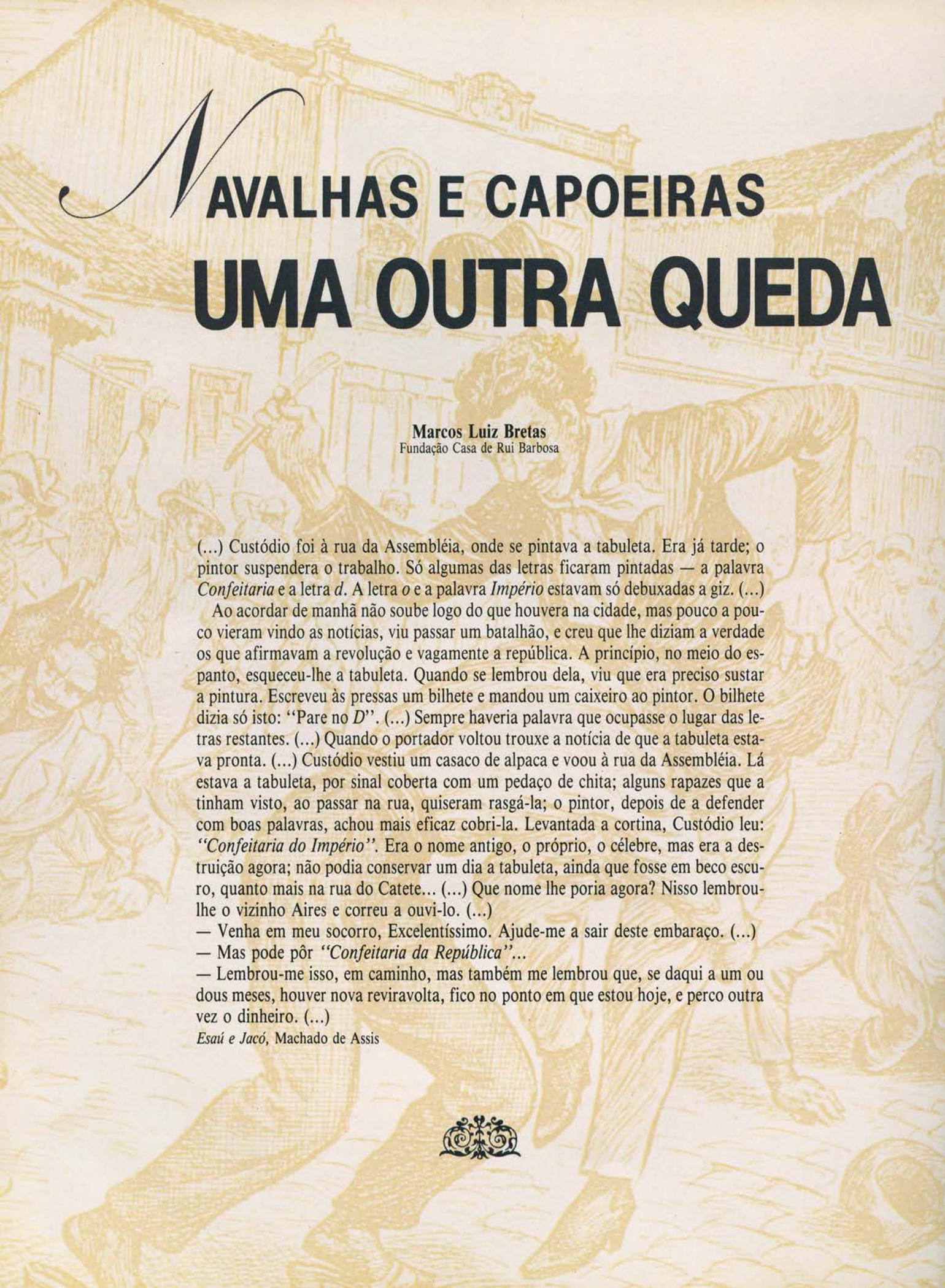
Fotografaram-no depois. E lavrou-se uma ata rigorosa firmando a sua identidade: importava que o país se convencesse bem de que estava, afinal, extinto aquele terrível antagônista.

Os sertões, de Euclides da Cunha.

Em *Os sertões*, a existência de um conflito armado e as condições peculiares em que se dá a 'observação etnológica' determinam uma tensão máxima entre a cultura do narrador e a outra cultura, do oponente, objeto de seu discurso.

A radicalidade do autor de *Os sertões* reside na preservação de um etnocentrismo elementar. Um etnocentrismo que se revela tanto na abordagem da sociedade sertaneja quanto na ruptura de seus parâmetros iniciais, impedindo o retorno à cultura original, de extração liberal-republicana.

Apesar do propósito de se identificar como 'narrador sincero' ao seu objeto, Eu-



NAVALHAS E CAPOEIRAS UMA OUTRA QUEDA

Marcos Luiz Bretas
Fundação Casa de Rui Barbosa

(...) Custódio foi à rua da Assembléia, onde se pintava a tabuleta. Era já tarde; o pintor suspendera o trabalho. Só algumas das letras ficaram pintadas — a palavra *Confeitaria* e a letra *d*. A letra *o* e a palavra *Império* estavam só debuxadas a giz. (...)

Ao acordar de manhã não soube logo do que houvera na cidade, mas pouco a pouco vieram vindo as notícias, viu passar um batalhão, e creu que lhe diziam a verdade os que afirmavam a revolução e vagamente a república. A princípio, no meio do espanto, esqueceu-lhe a tabuleta. Quando se lembrou dela, viu que era preciso sustar a pintura. Escreveu às pressas um bilhete e mandou um caixeiro ao pintor. O bilhete dizia só isto: “Pare no *D*”. (...) Sempre haveria palavra que ocupasse o lugar das letras restantes. (...) Quando o portador voltou trouxe a notícia de que a tabuleta estava pronta. (...) Custódio vestiu um casaco de alpaca e voou à rua da Assembléia. Lá estava a tabuleta, por sinal coberta com um pedaço de chita; alguns rapazes que a tinham visto, ao passar na rua, quiseram rasgá-la; o pintor, depois de a defender com boas palavras, achou mais eficaz cobri-la. Levantada a cortina, Custódio leu: “*Confeitaria do Império*”. Era o nome antigo, o próprio, o célebre, mas era a destruição agora; não podia conservar um dia a tabuleta, ainda que fosse em beco escuro, quanto mais na rua do Catete... (...) Que nome lhe poria agora? Nisso lembrou-lhe o vizinho Aires e correu a ouvi-lo. (...)

— Venha em meu socorro, Excelentíssimo. Ajude-me a sair deste embaraço. (...)

— Mas pode pôr “*Confeitaria da República*”...

— Lembrou-me isso, em caminho, mas também me lembrou que, se daqui a um ou dois meses, houver nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro. (...)

Esau e Jacó, Machado de Assis



A República deu seus primeiros passos em meio a grande incerteza quanto à sua estabilidade. Apadrinhada pelo Exército, a nova forma de governo não encontra bases sólidas em que se apoiar: de alguma forma, todos estavam bestializados diante das mudanças. Era o momento de construir identidades e diferenças, de definir quem eram os republicanos e quem eram seus inimigos, os monarquistas. Tratava-se, em suma, de explicar como essa tal República diferia de algo anterior chamado Império. É o dilema clássico de Custódio, às voltas com a difícil escolha do nome a ser escrito na placa de sua confeitaria, escolha que poderia lhe criar graves problemas, segundo as reviravoltas da situação política.

e do adesismo. Cabe ao governo recém-instalado afirmar os valores novos do ideário republicano e demarcar a diferença para com a situação decaída. É nesse conflito que os capoeiras se tornam vítimas.

Personagem comum na crônica do Rio de Janeiro do século passado, o capoeira se resume, para a historiografia do período, quase a um pé-de-página. No entanto, em meio aos afazeres da consolidação da nova ordem, ainda se encontrava tempo para prender e deportar capoeiras, ou os que eram acusados de praticar a capoeiragem. Numa versão da imprensa, ela era “o terror, o pânico, o espectro impalpável da população”, que devia ser eliminado para que o burguês pudesse dormir tranqüilo, “sem ver em sonhos reluzir a terrível navalha”, como assinalava um mês depois da

o início do século XIX o capoeira já existe no Rio de Janeiro enquanto personagem, embora sua definição seja imprecisa. Durante o período imperial, ele é mencionado como uma das grandes ameaças à segurança das ruas, atacando e navalhando estrangeiros incautos ou escravos bem comportados. As maltas — bandos de capoeiras — tomam parte nos grandes eventos urbanos: desfiliam sempre à frente das bandas de música e procissões, exibindo sua destreza e provocando tumultos. Registros policiais e presidiários dessa época indicam a presença deste elemento de perigo nas ruas do Rio, associando a ameaça à cor — quando não diretamente à condição de escravo — e ao porte da navalha.

Pouco a pouco eles são, porém, incorporados à atividade política, produzindo segurança ou insegurança, dependendo de quem seja o dono do comício ou da eleição. Exército das ruas, os capoeiras incorporam-se também — através das práticas do favor — às fileiras das forças regulares, tornando-se, além de exímios navalhistas, agentes de polícia, a celebrar a identidade entre a ordem e a desordem. Raul Pompéia resume assim essa mistura ocorrida nos tempos do Império, quando o chefe de polícia era Coelho Bastos:

*O Chefe de Polícia é uma vítima assim das ações e reações da coerência fatal. Entrou na repartição Deus sabe por quê e para quê. Faltava a guarda urbana das gloriosas tradições: o bas fond policial tinha uma lacuna. O sr. Coelho lembrou-se dos capoeiras, rapazes aproveitáveis! Além disso: sendo por ele, não seriam contra ele: aplainava-se um obstáculo... Às navalhas!
E a navalha começou a ser uma coisa imprescindível, na Rua do Lavradio. Hoje em dia, a navalha reina. Aquilo que, em princípio, era um simples recurso secreto para completar o quadro dos mantenedores da segurança pública, é agora o elemento vital e o característico de uma administração. Os permanentes vão usar, ao peito, em vez do clássico apito, uma navalha pendente. A navalha é a obsessão do sr. Bastos. Ele quer ver relâmpagos de aço no ar; apaixonou-se pelos gumes afiados. Declarou-se defensor perpétuo das nobres classes dos navalhistas e dos barbeiros. Comprou até, para seu uso, uma esplêndida folha Rodgers de cabo de marfim, sua companheira inseparável. Com esta navalha, ele raspa a cabeça dos negros. Os seus agentes subalternos raspam as barrigas, o chefe raspa as cabeças.*
(A navalha do sr. Coelho)



Conversa de capoeira: *Aí não conversei, grudei na parede, escorei o tronco e meti-lhe o andante na caixa da comida... [dei-lhe um pontapé no estômago].*

Os temores de Custódio eram as dúvidas de muitos, a comprovar como os fatos políticos têm repercussões cruciais sobre a vida e os costumes das pessoas, sobretudo em uma cidade como o Rio de Janeiro, centro nervoso da atividade política nacional. Na capital, a posição que o indivíduo tomasse diante dos acontecimentos podia trazer importantes conseqüências para o seu cotidiano e as suas relações sociais. Após o 15 de novembro, a imprensa dedica amplo espaço às incertezas das conspirações

proclamação o jornal *Novidades*. Na definição menos literária do Código Penal de 1890, os capoeiras eram indivíduos que se entregavam “a exercícios de agilidade e destreza corporal”, nos quais predominavam cabeçadas, ‘rabos-de-arraia’, e a malfadada navalha.

Sob o olhar do especialista moderno, a capoeira na Bahia apresenta nove estilos e variações incalculáveis. Mas se as origens do termo e da forma de luta se perdem no período colonial, o que é certo é que desde

Um perfil desses elementos pode ser tentado através dos dados coletados nos registros da Casa de Detenção durante a repressão comandada por Sampaio Ferraz, primeiro chefe de polícia da República. O episódio foi sempre tratado como um dado pitoresco pelos historiadores do período. Mas os registros da Casa de Detenção mostram que de 15 de novembro de 1889 a 13 de janeiro de 1890 pelo menos 110 capoeiras foram presos. O primeiro dado que chama a atenção é a grande presença dos 'capoeiras brancos' entre os presos (um terço do total), dos quais a metade era de não brasileiros (figuras 1 e 2). Não é possível ter certeza se este é o retrato da capoeira já fortemente afetada pe-

pedreiros, cocheiros, vendedores de balas, cavouqueiros, um cambista. O ponto interessante é a presença maciça, nesse quadro, da categoria 'trabalhador'. Apenas cerca de 20% dos capoeiras não apresentam uma inserção definida no mercado de trabalho. Diante da intensa repressão àqueles que não trabalham, ao vadio, é importante definir-se como trabalhador, mesmo que sem profissão definida. Isso não significa que os incluídos nessa categoria sejam sempre pobres: há exceções, como Abel Ribeiro Franco, trabalhador, branco, 21 anos, um dos poucos presos que se mantêm às próprias custas, recusando as duvidosas refeições da Casa de Detenção.

Esse universo compõe o retrato da marginalidade carioca no final do século XIX.

4. Capoeiras presos segundo a idade

| | |
|---------------|------------|
| menores de 18 | 1 |
| de 18 a 23 | 61 |
| de 24 a 29 | 25 |
| de 30 a 35 | 9 |
| de 36 a 41 | 10 |
| maiores de 41 | 4 |
| Total | 110 |

Embora o grosso dos detidos esteja na faixa dos 18 aos 23 anos (figura 4), a variação real vai dos 17 aos 58, idade do cambista Jovino Braga, acusado de capoeiragem apesar da cegueira na vista direita. Aparentemente tratava-se de uma detenção equivocada, pois ele escapou do destino comum da capoeiragem — o presídio da ilha de Fernando de Noronha — e foi solto. Mesma sorte não teve o cocheiro Inácio Francisco de Souza, um preto de um metro e oitenta, enviado para o Arsenal, apesar de seus 48 anos e de ser um dos poucos casados entre os detidos.

Os jornais noticiam as detenções, destacando algumas 'celebridades'. *Novidades*, em sua edição de 20 de dezembro, informa que foi recolhido ao xadrez da 3ª estação policial "o famoso capoeira João Batista da Cruz". No dia 23, o mesmo Cruz dá entrada na Casa de Detenção: é o nº 4.508, pardo, baiano, de profissão carregador, residente na rua da Constituição e apresentando sinais de escrófula no pescoço. Ainda no dia 23, torna-se notícia o vendedor de balas vulgo 'Perna de Pau', que, "apesar de ter apenas uma perna, segundo testemunhas ofereceu resistência a três ou quatro praças". Na Casa de Detenção, José de Sá Gamboa, condutor de bondes, português, 19 anos, que tem a perna esquerda de pau, é o nº 4.532. Mais um que não conseguiu escapar do Arsenal.

A imagem dos capoeiras é a reprodução das muitas faces da pobreza. Desfilam cegos, pernetas, escrofulosos, todos reunidos sob o manto igualitário e discriminador da capoeira. Figuras talvez imponentes e assustadoras, como o negro Emigdio José Maria, do alto de seus um metro e oitenta e um, com um belida na vista esquerda, ou seu companheiro, o português José Moreira dos Santos, cocheiro, de um metro e oitenta e sete. Ao lado deles, partilhando da má sorte, o pardinho Antônio José Soares, mineiro de 37 anos e metro e meio, ou Alfredo José Rodrigues de Lima, entregador de folhas, 17 anos. Multidão de inúmeras faces e quase uma luta só: a da sobrevivência. Quase todos jovens, porque envelhecer era negócio não muito garantido.

1. Capoeiras presos segundo a cor

| | | |
|--------------|------------|---------------|
| Branco | 36 | 32,7% |
| Pretos | 33 | 30,0% |
| Outros* | 41 | 37,3% |
| Total | 110 | 100,0% |

* Inclui fulos, pardos, morenos e pardos escuros.

2. Capoeiras presos segundo o local de nascimento

| | | |
|---------------------|------------|--------------|
| Rio de Janeiro | 47 | 42,3% |
| Estado do Rio | 10 | 9,1% |
| Nordeste | 16 | 14,5% |
| Sudeste | 8 | 7,2% |
| Sul | 4 | 3,6% |
| Europa | 17 | 15,4% |
| Paraguai | 1 | 0,9% |
| Açores e Cabo Verde | 2 | 1,8% |
| Não identificados | 5 | 4,5% |
| Total | 110 | 99,3% |

las transformações da sociedade no final do Império ou se o fenômeno da capoeiragem é mais diversificado do que a tradição costuma apontar. No breve histórico que antecede o romance *Os capoeiras*, de Plácido de Abreu, aparecem alguns prováveis estrangeiros, alcunhados 'Francês', 'Alemão-zinho' ou 'José Português'. O perfil do capoeira parece reproduzir a mistura que a vida urbana promoveu entre os escravos e o conjunto de homens livres e pobres.

Também chamam a atenção as profissões (figura 3). Seu registro retrata com grande fidelidade, no contexto imediatamente pós-escravista, o universo profissional da pobreza. Compunha-se de artesãos, vendedores ambulantes, empregados nos transportes e serviços urbanos, cozinheiros,

3. Capoeiras presos segundo a profissão

| | |
|------------------------|----|
| Trabalhador | 23 |
| Cocheiro | 8 |
| Cozinheiro | 6 |
| Servente | 6 |
| Pedreiro | 6 |
| Carpinteiro | 5 |
| Condutor de bonde | 5 |
| Caixeiro | 5 |
| Marceneiro | 4 |
| Copeiro | 4 |
| Marítimo | 4 |
| Catraieiro | 3 |
| Padeiro | 3 |
| Guarda-freio | 3 |
| Funileiro | 2 |
| Carregador | 2 |
| Calceteiro | 1 |
| Ferreiro | 1 |
| Foguista | 1 |
| Entregador de folhas | 1 |
| Lustrador | 1 |
| Cavouqueiro | 1 |
| Aparelhador de gás | 1 |
| Pescador | 1 |
| Engraxador | 1 |
| Caldeireiro | 1 |
| Pintor | 1 |
| Cambista | 1 |
| Vendedor de balas | 1 |
| Carroceiro | 1 |
| Maquinista | 1 |
| Vendedor de folhas | 1 |
| Distribuidor de folhas | 1 |
| Ajudante de forneiro | 1 |
| Malhador | 1 |
| Nada consta | 2 |

Personagem importante nessa história foi aquele a quem coube repartir com o novo regime a responsabilidade pelo combate à capoeiragem deflagrada nos momentos iniciais da República. Citado por Gilberto Freire entre os tipos eugênicos e mesmo belos que fizeram a República, João Batista Sampaio Ferraz ascendeu à fama com os louros de suas vitórias sobre os capoeiras, não tão eugênicos. Na sua carreira encontra-se a imagem de um projeto republicano que pouco realizaria e que, significativamente — esmagado na transição indolor da elite política imperial para o militarismo —, terminou por embarcar na aventura florianista.

Proveniente de tradicional família paulista, firmemente assentada na dominação política da região de Itu, Sampaio Ferraz inicia sua trajetória beneficiado pelos privilégios de sua condição. Graças à capacidade de incorporação da política imperial, seu republicanismo, assim como o do pai, não impede que seja nomeado para a promotoria pública na Corte, onde iniciou carreira aos 24 anos, em 1880. Seu casamento também se fez dentro da nobreza brasileira, com a filha do barão de Itamarandiba, Elisa Vidal Leite Ribeiro.

Um dos companheiros históricos de Silva Jardim em suas viagens e conferências, Sampaio Ferraz pertencia à vertente propagandística do movimento republicano. Vinculado a uma concepção de república

herdada da tradição revolucionária francesa, seu grupo compartilha a idéia da mobilização popular como base para um governo forte e virtuoso. Afastado das conspirações e da esfera decisória no advento da República, este grupo deixou suas marcas através de Sampaio Ferraz, que como chefe de polícia construiu seu pequeno ‘terror’ nas ruas da cidade. Mas antes disso, ainda em 1888, participou de diversos confrontos entre republicanos e monarquistas, na excursão a Minas Gerais e no histórico combate com a ‘guarda negra’, em 30 de dezembro do mesmo ano.

Este episódio, conhecido como ‘o conflito da travessa da Barreira’, esgota a capacidade de conciliação do jovem Sampaio, que é exonerado da promotoria. Investe então no jornalismo, fundando o *Correio do Povo*, órgão de propaganda republicana. Com a vitória do novo regime, é encarregado de comandar a polícia do governo provisório, sob o pretexto de que adquirira grande experiência nos tribunais do crime. Para a nova ordem, porém, o essencial era ter um homem confiável, capaz de garantir em pouco tempo o controle do aparelho de segurança.

Sampaio Ferraz se entrega com devoção inquestionável a essa tarefa. Além dos capoeiras, enfrenta o descontentamento na própria área policial e os incontáveis boatos de reação monarquista. Essas conspirações contra a República encontram na Chefia de Polícia uma resistência decidida,



João Batista Sampaio Ferraz, primeiro Chefe de Polícia da República.

onde a bandeira de ‘morrer pela República’ é freqüentemente brandida. Deixemos a anedota a Eloy Pontes:

Sampaio Ferraz é deputado por ocasião do golpe de estado do marechal Deodoro da Fonseca, dissolvendo o Congresso. Escolhe posto entre os conspiradores, que levam o marechal Floriano Peixoto ao poder, por força do contragolpe. Verboso, violento, retórico, vai à casa do marechal Floriano Peixoto. Este o recebe com a algidez natural, respondendo-lhe:

— Cuidado com o Deodoro, é um oficial valente.

— Então, marechal (redargüi Sampaio Ferraz), irei para a rua, dando o grito da revolta. Matem-me e, sobre o meu cadáver, os senhores podem, depois, fazer a revolução!

O marechal Floriano Peixoto, frio, calmo, quase confidencial, retruca-lhe:

— Não. Vamos ver se fazemos isso sem cadáver...

(A vida exuberante de Olavo Bilac, 1944).

Esta ferocidade jacobina, disposta a dar a vida pelo regime, é também capaz de agredir. Diante da manifestação de insatisfação por parte de regimentos do Exército em São Cristóvão, não hesita em propor a prisão dos líderes monarquistas. Quando dois ministros discordam, “por entenderem que as provas não eram suficientemente fortes” para tanto, pondera que “bastaria o efeito moral do seqüestro de personagens sabidamente exacerbados pela paixão política... podendo fazer-se posteriormente um inquérito que esclarecesse a questão”. E sai para prender Silveira Martins.



Kosmos, 1906. Celixto. Acervo IHGB.

Dei de mão na barbeira [a navatina] e... ia sapear-lhe um rabo-de-galo quando o cabra cascou-me uma lamparina [uma bofetada na orelha] que eu vi vermelho!

Em seu livro *Os bestializados*, José Murilo de Carvalho comenta a dificuldade de definir o modelo republicano dos grupos jacobinos. Nos discursos de Silva Jardim, a retórica da campanha é muito mais importante que a apresentação de um projeto político consistente. Com Sampaio Ferraz, podemos encontrar um dos poucos exemplos do exercício do poder nessa versão jacobina. A idéia de uma república representando as aspirações do povo, a vontade geral, se revela na prática como uma explosão de retórica e repressão. O componente retórico é mais do que um recurso de tomada do poder: é parte essencial de sua conservação, na medida em que a república é vista como mobilização. Com o apoio do povo, é possível erradicar os vestígios da obsolescência monárquica, é possível empregar a força.

No exercício de sua função, Sampaio Ferraz tem o comportamento de um pequeno ditador republicano, garantido por sua indiscutível virtude e — talvez conseqüentemente — pelo apoio popular. Levado ao centro dos acontecimentos, nosso Robespierre de segundo escalão não vai se defrontar com os agentes sediciosos de uma obstinada nobreza (inexistente em tão recente 'antigo regime'), mas contra a falta de virtude que ameaçava a ação. Na ausência de guilhotina, o degredo e a prisão; na ausência de nobreza, prostitutas, capoeiras, jogadores, curandeiros: todos os não virtuosos, que a República excluiria do povo. Sampaio efetuou com muita clareza o corte entre as instituições e garantias constitucionais destinadas a reger a existência do povo virtuoso (como o instituto do *habeas corpus*) e a arbitrariedade permitida e legítima — pois concedida por esse mesmo



Tipos e trajas das maltas de nagôs e guaiamus: os primeiros usavam a aba do chapéu abaixada, os segundos, levantada.

povo — com que vai agir contra os desclassificados. Para ele, a lei existe para proteger o bom cidadão da autoridade arbitrária, e não o mau cidadão da boa autoridade, no caso ele.

Talvez aqui se possa explicar a ruptura entre Sampaio e Floriano: o povo do marechal não é o mesmo que o do chefe de polícia. E Sampaio dirá, num desabafo epistolar a Rui Barbosa, que governo é algo diferente do império da arraia-miúda conduzida por "este tirano caricato que pode figurar na História das Repúblicas Americanas como êmulo digno dos Rosas, López e Porfírio Diaz". Reconduzido à Chefia de Polícia em 1898, sua trajetória na administração é no governo de seu primo Campos Salles a mesma que no governo provisório. Incompatibiliza-se com os po-

líticos mas sua popularidade cresce: nas duas vezes que deixou a polícia foi eleito para a Câmara dos Deputados.

A consolidação do sistema político sob Campos Salles coincide com o afastamento do veterano militante, provavelmente mais um desiludido da República. Só 20 anos depois, em 1919, já nas vésperas da morte, uma entrevista no jornal *A Noite* abriu espaço para suas recordações, ocasião em que ele confirmou sua visão da importância da força no processo de consolidação republicana. Na historiografia, seu lugar é extremamente limitado: lembrado como "o homem que acabou com os capoeiras", patrimônio dos apaixonados pela eugenia, torna-se um símbolo na luta pela purificação do padrão de vida do espaço urbano.



Também auxenhou-se por alguns dias, indo dar um passeio a S. Paulo, o digno chefe de policia, D. Sampaio Ferraz,

O terror dos capoeiras

e dos amigos do alheio que deveriam com isso estar muito contentes.

Revista Ilustrada, 1890. Pereira Neto. Acervo Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).

REVISTA ILUSTRADA

Frontispício da *Revista Ilustrada*, de A. Agostini, incomparável na sátira política.

Ao retomar o assunto 'quem são os capoeiras?', não seria deste grupo que os cronistas da *belle époque* gostariam de se lembrar. Muito próximos e muito assustadores, não eram apropriados para provocar saudades. Era preciso criar um outro capoeira, um capoeira de 'antigamente, para ser um herói do nosso tempo. A versão ilustrada do capoeira começa a surgir ainda em pleno período repressivo. A *Revista Ilustrada* de 14 de dezembro de 1889 já informa: "Consta que o sr. Mello Moraes Filho vai lançar um alongado artigo, no qual defenderá a 'flor da gente', por ser nacional, por ser antiga entre nós, não podendo, pois, ser eliminada *ex abrupto*." O artigo intitulava-se 'Capoeiragem e capoeiras célebres' e foi incluí-

do no livro *Festas e tradições populares no Brasil*. Nele encontramos a base da interpretação moderna de capoeira.

De acordo com Mello Moraes, a capoeira era o esporte nacional por excelência. Infelizmente, a contribuição brasileira à cultura física "havia sido entusiasticamente levada a excessos pelo povo baixo, que a afogou nas desordens, em correrias reprovadas, em homicídios horrorosos". Era preciso distinguir as "maltas do passado" — de antes de 1870 — dos vagabundos e ratoeiros, gatunos e assassinos, "que ultimamente passam por capoeiras". Elas que um dia foram "luzidias companhias de batalhões da guarda nacional, de que tinham orgulho os briosos comandantes" hoje são "apenas vistas pelo que têm de mau e bárbaro".

Na capoeira vista por Mello Moraes, o destaque ia para os grandes ases dos tempos do Império — notadamente o Manduca da Praia — e para os jogadores que não vinham do 'povo baixo'. O intelectual voltado para a prática do esporte encontrava os 'capoeiras de fama' em outros lugares: "no senado, na câmara dos deputados, no exército, na marinha, no funcionalismo público, na cena dramática e até mesmo no claustro". Na sua galeria de grandes capoeiras estão professores de francês do Colégio Pedro II e frades do Carmo; seus continuadores aumentariam a lista, incorporando às maltas grandes nomes como o do barão do Rio Branco e do próprio chefe de polícia Sampaio Ferraz.

A obra de purificação da capoeira chegou ao auge na pena de Coelho Neto, que preconiza a introdução dessa "excelente ginástica em colégios, quartéis e navios". Escrevendo nos anos 20, ele já podia sentir saudades do tempo em que heróicos capoeiras escreviam nas ruas cariocas as páginas de um romance épico:

O capoeira digno não usava navalha, timbrava em mostrar as mãos limpas quando saía d'um turumbamba. Generoso, se trambolhava o adversário, esperava que ele se levantasse para continuar a luta porque: 'Não batia em homem deitado'; outros diziam, com mais desprezo: 'em defunto'.

Nos terríveis encontros de guaiamus e nagôs, se os chefes decidiam que uma questão fosse resolvida em combate singular, enquanto os dois representantes das cores vermelho e branco se batiam, as duas maltas conservavam-se a distância, e fosse qual fosse o resultado do duelo, de ambos os lados rompiam aclamações ao triunfador.

(*Bazar*, 1928)

Revista Ilustrada, 1887. A. Agostini. Acervo FCRB.

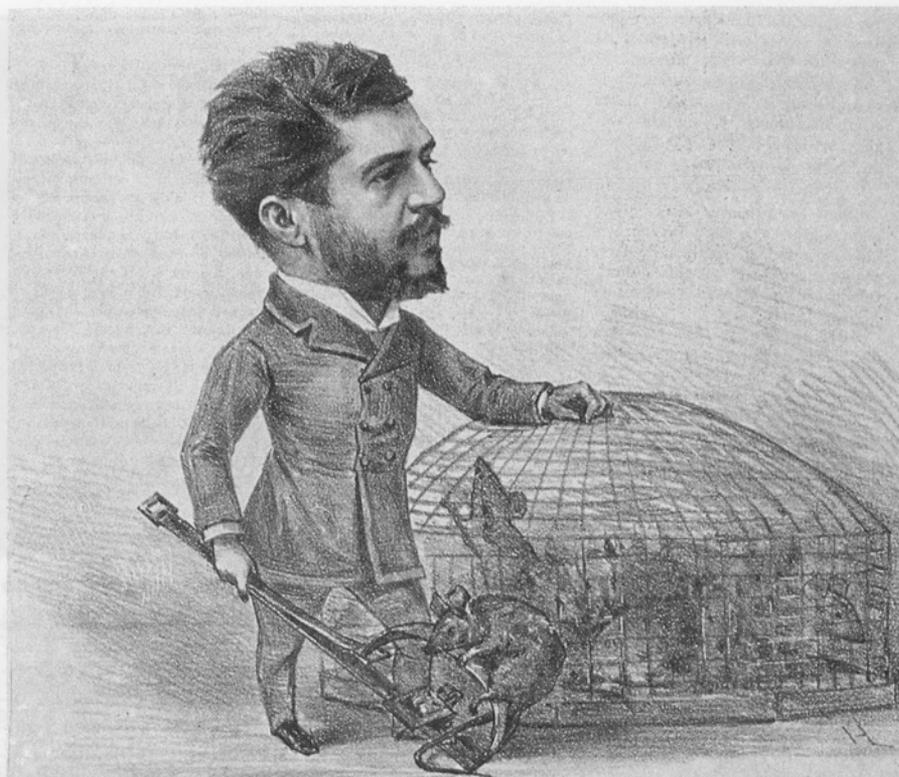


A navalha no Grêmio das Letras, uma alusão às querelas literárias que agitavam os saraus cariocas no fim do século passado.

Tudo isso se desfez com o advento da navalha. A arma covarde transformou o conceito dos capoeiras, com os valentes dando lugar a “assassinos, cujo prazer sangüinário consistia em experimentar sardinhas em barrigas do próximo, deventrando-as”. A honra do esporte nacional ficava resguardada apenas nas façanhas do campeão Cyriaco — já no início do século XX —, “fazendo afocinhar com toda a sua ciência o jactancioso japonês campeão de jiu-jitsu”, e nas vitórias do Manduca diante do brigão português Sant’Anna e Vasconcelos, que, segundo Mello Moraes, “saltou nos ares ao primeiro canelo do nosso capoeira”.

Entre os derrotados de 1889 e sua imagem elaborada pelos cronistas, medeia a diferença que fez da luta um esporte. Recolocada a questão, foi possível fazer sobreviver a capoeira aprisionada nas malhas do folclore. Se houve um tempo em que os capoeiras eram criminosos, foi um doloroso intervalo que se acabou. A história desta luta ainda resta para contar.

Embaixo, o barão de Cotegipe observa, irônico, políticos ilustres na capoeira; à direita, Sampaio Ferraz como ‘coleccionador de ratos’.



Revista Ilustrada, 1890. Pereira Neto. Acervo FCRB.

O Brasil pela immanem 1943 Seth. Acervo Biblioteca Nacional

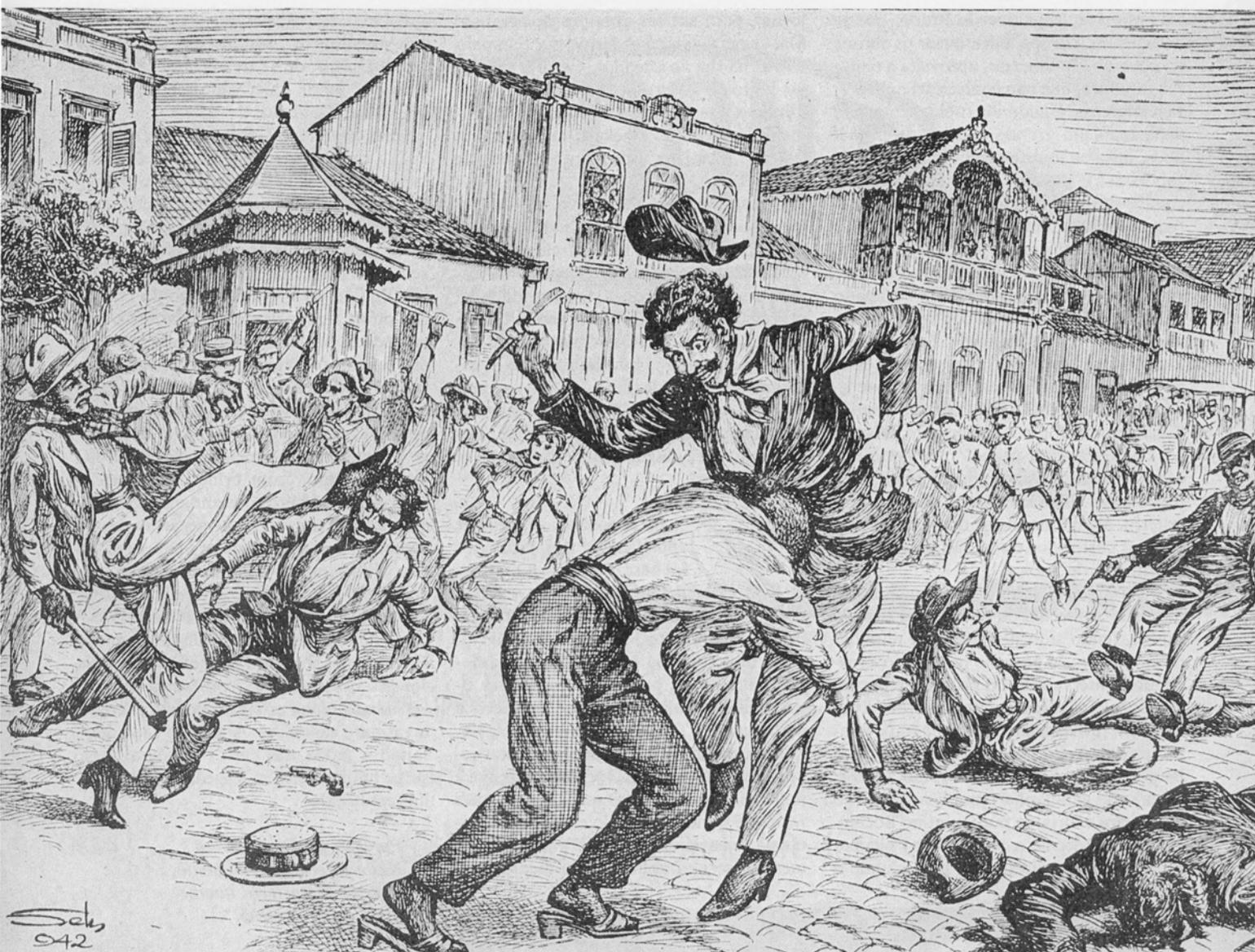


Revista Ilustrada, 1887. A. Agostini. Acervo FCRB.

O extermínio da capoeiragem foi oficializado no dia 10 de dezembro de 1889. O *Diário de Notícias* informa que o ministro da Justiça e o chefe de polícia acertaram as medidas severas a serem tomadas. Em *Cidade do Rio*, o cronista ‘Omnibus’ aplaude a determinação do ministro: “Bravo! A capoeira é a praga pior que o império nos legou. Quando a polícia se resolvevia a reprimir e castigar o exercício da capoeiragem, as medidas limitavam-se à assinatura de termo de bem viver e a dois ou três dias de prisão. Da prisão saía o capoeira com a vida garantida: alistava-se na polícia secreta.”

As informações da *Gazeta de Notícias*, que acompanha diariamente as prisões efetuadas, comprovam a atividade febril que tomou conta da polícia. Em uma semana, chegavam a 111 os presos. O *Diário de Notícias* aplaude:

Antigamente esses malvados serviam ao soldo da polícia, mas hoje, cremos, servirão em Fernando de Noronha, onde o trabalho os tornará arrependidos do mal que fizeram, ensinando-lhes talvez o caminho que devem seguir quando de lá saírem. Continue o ilustre Chefe de Polícia em sua honrosa missão, sendo nela escrupuloso, para que não faça vítima alguém inocente, e esforçando-se para que não fique solto nenhum capoeira de navalha. É pena que esta medida não se estenda aos capoeiras políticos...



Conflito de capoeiras numa rua do Rio, vendo-se ao fundo, à direita, atrás dos policiais, um 'bonde de burros', e à esquerda um mictório público.

A repercussão das medidas contra os capoeiras transparece nos 'A pedidos', pequenas notícias ou reclamações de particulares que os jornais publicam com frequência, já desde o Império. Um deles reclama dos incômodos que sofrem os passageiros dos bondes de São Cristóvão com "a praga dos baleiros, todos eméritos capoeiras, a serviço de empresa especuladora, que fazem do bonde seu balcão, vexam as senhoras, atropelam os cavalheiros, assaltando os bondes sem consideração alguma..." No dia 12 de dezembro, o leitor que se assina 'Um pai de família que chora por seu filho vendido por este bandido', pede que não seja esquecido "o célebre Diogo, chefe de malta já muito conhecido, mesmo pela polícia, aonde ultimamente era agente secreto", acusando-o de ter combatido os republicanos, de arma na mão, na travessa da Barreira e nos festejos do 14 de julho. No dia seguinte, pede-se a prisão do 'céle-

bre bandido Moraes'; no dia 15, os ofendidos pedem 'destino conveniente' para 'F. Br..., conhecido como vagabundo incorrigível', que "há muitos anos... persegue uma pobre mulher casada, mãe de dois filhos menores, obrigando-a a dar-lhe, por meio de violências, dinheiro... e esta pobre mulher, ..., já está com o rosto cortado a navalhada..."

O ritmo intenso das prisões, que prosseguem no mês de janeiro, permite o aplauso até do irônico Baptista, o trocista:

(...) *Já da navalha afiada
A ninguém o medo aperta;
Vai poder a burguesada
Ressonar com a porta aberta. (...)*

*Ai! Assim continuando,
A Polícia hemos de ver
As suas portas fechando,
Por não ter o que fazer.*

A única instância processual era o arbítrio da polícia, bastando ser reconhecido como capoeira para merecer punição. Segundo Alberto de Carvalho, uma das poucas vozes que se ergueram para criticar a ação de Sampaio, este formara um tribunal composto de três agentes de polícia, que identificavam se o detido "era ou fora em tempo capoeira". Ele assinala que, ao terminar a gestão de Sampaio, "a casa de Detenção, prisão central da capital, regurgitava de presos, aos quais no decurso de um ano ele esquecera ou deixara de dar destino. Outros haviam morrido encarcerados, levando para a eternidade o terrível protesto de lhes haver ele negado juizes e recusa de justiça. O presidio de Fernando de Noronha havia reclamado contra o excesso de população que lhe havia remetido, superior ao orçamento de que dispunha, e aos vícios existentes na fatídica ilha" (*Império e República ditatorial*, 1891).

O monarquista Eduardo Prado, que se dedicava na Europa a denunciar os abusos do governo republicano, aproveita a onda: “A ditadura, que não conhece lei e despreza a imprensa, emudecida subitamente, tem deportado um grande número de indivíduos, justa ou injustamente qualificados de capoeiras. É possível que muitos desafiados das autoridades, a pretexto de serem capoeiras, tenham ido parar à ilha de Fernando de Noronha, sem que lhes reste meio algum de reclamar.” Prado oferece uma lista de 162 deportados em Fernando de Noronha. A defesa da política governamental cabe a Raul Pompéia. Segundo ele, logicamente o processo cirúrgico vai atingir também tecido inocente, mas deve-se levar em consideração que “para a contingência humana, o ato que contém dois terços de excelência é ótimo”. Na óptica jacobina, garantir o exercício do poder arbitrário pelos cidadãos ‘justos’ passa a ser o critério, abandonando-se qualquer avaliação dos custos dos erros, tão cara à tradição liberal de justiça.

A prisão de Juca Reis constitui o episódio mais conhecido da repressão à capoeiragem, tendo sido discutido em reuniões dos ministros do governo provisório e suscitado a intervenção do próprio marechal Deodoro. Juca Reis era um desordeiro conhecido, proveniente de família importante: seu pai, o conde de Matosinhos — titular português — era dono do jornal *O País*, veículo da campanha republicana no Rio de Janeiro e dirigido por Quintino Bocaiúva. Tendo falecido o conde, Juca é chamado da Europa pelo irmão, que assume o

jornal, para acertar questões de herança. Mal chega à cidade, é detido por Sampaio Ferraz na rua do Ouvidor. Gestões são feitas junto ao governo por Quintino, agora ministro das Relações Exteriores, que ameaça se demitir, e pela família, sem resultado. Juca Reis segue para Fernando de Noronha.

O caso é de fato ilustrativo. A vocação republicana é igualitária, negando-se a aceitar os privilégios dos bem-nascidos. Mas a igualdade não se faz na distribuição da justiça, e sim prendendo e deportando, sem processo algum, um cidadão recém-chegado à cidade. As prisões em massa de dezembro e janeiro já haviam passado — estávamos no mês de abril de 1890 —, mas a deportação de Juca Reis representava a permanente vigilância da autoridade. Fora da virtude, ninguém poderia jamais se sentir seguro.

Os capoeiras, o ideal de purificação dos jacobinos foi buscar outras vítimas. As medidas de repressão se estendem, com menor repercussão, contra gatumos, cartomantes, casas de tavolagem, casas de tolerância e praticantes de amores clandestinos, para “determinar um nível para a moralidade pública em matéria de habitação”, como diz Raul Pompéia. Mas ele próprio adverte que, ao tentar regulamentar a habitação popular, “o que a polícia vai amoldar nas mãos onipotentes ... não é o metal duro do crime, é a substância sensível da desgraça”. Mas difícil, mesmo, seria a aplicação da medida que

multava todos aqueles que urinassem fora dos ‘mijadouros’, assunto abordado pelo jornal *O País*, de 18 de abril de 1890, em nota ao leitor que, sintomaticamente, intitula-se ‘Cuidado!’.

Quando o novo Código Penal criminalizou a capoeiragem, em outubro de 1890, esta não mais existia. Sampaio Ferraz havia sido eleito o deputado constituinte mais votado da capital federal, graças ao período de menos de um ano como chefe de polícia, sem descontar duas longas viagens a São Paulo e ao Prata. O artigo do código que punia a capoeiragem pouco seria empregado e, em geral, imprópriamente. Por outro lado, o argumento da capoeira servia para desqualificar as vítimas. Quando Antônio José Soares é processado em 1907 por agressão com guarda-chuva, defende-se afirmando que o menor agredido o havia provocado “com brincadeiras de capoeiragem”. Muitos dos antigos capoeiras devem ter escapado da perseguição ou retornaram à cidade, mas as velhas maltas não voltariam a se organizar. O termo capoeira consolidou um caráter depreciativo e passou a ser substituído por outros, talvez o de malandro. A vitória de Sampaio Ferraz fora sobretudo semântica: o Rio de Janeiro do século XX conviveria com diversificada fauna urbana, mas não era mais lugar para capoeiras. Ainda em 1889, glossando a moda das cartas psicografadas, surge na imprensa a despedida de um velho conhecido:

*Por isso prefiro estar cá
Neste inferno eternamente,
A estar nesta terra quente
onde canta o sabiá.*

*O Sampaio anda a dar cabo
De todos os capoeiras
E não é de brincadeira
O Sampaio... é mesmo o diabo.*

*Quem isto tudo escreveu
Para que nos jornais saia
É o tal Manduca da Praia
Capoeira (já morreu).*



Acervo Biblioteca Nacional

Redação do jornal republicano *O País* no tempo da Abolição. Da esquerda para a direita: Quintino Bocaiúva, Joaquim Nabuco, o conde de Matosinhos e Joaquim Serra.



SUGESTÕES PARA LEITURA

- CARVALHO A., *Império e República ditatorial*, Rio de Janeiro, Imprensa Mont'Alverne, 1891.
- HOLLOWAY T.H., 'O saudável terror: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro do século XIX'. *Estudos Afro-asiáticos*, 16, março-1989.
- BRETAS M.L., 'A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro'. Tese (mestrado em ciência política). Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988.

Edição de texto: Maria Ignez Duque Estrada

Para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, ciência e tecnologia são artigos de primeira necessidade.

Nenhum povo, nenhum país, nenhum estado pode pensar seriamente no seu desenvolvimento se não tratar a ciência e a tecnologia com prioridade.

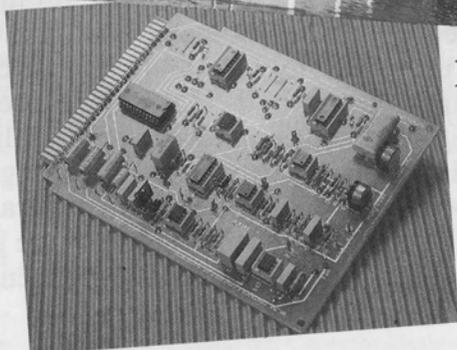
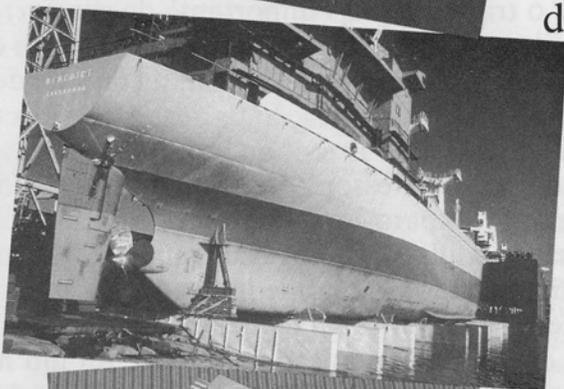
É por isso que uma das primeiras providências que o Governo do Estado tomou quando iniciou sua gestão foi criar a Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Em pouco mais de dois anos, a ação da Secretaria está provando o acerto dessa decisão.

Com a Secretaria, a FAPERJ finalmente passou a ser uma fundação de amparo à pesquisa. Concedendo bolsas de estudo e auxílios para pesquisadores fluminenses, a FAPERJ fez nesse tempo mais pela ciência do Estado do que tudo que já tinha sido feito antes.

Mas a Secretaria não é só a FAPERJ.

É a FLUTEC, Empresa Fluminense de Tecnologia, que atua como agência financeira voltada para o desenvolvimento tecnológico do setor produtivo.



É a Rede de Tecnologia, que proporciona às empresas interessadas o conhecimento das pesquisas que estão sendo feitas no Estado, dentro da área de interesse de cada uma.

É o programa “Qualidade Rio”, uma ação integrada do Governo com a indústria e a comunidade tecnológica para promover a qualidade e a produtividade no Estado.

É o Centro de Ciências, que se dedica à educação continuada dos professores secundários e primários, dando a eles um melhor embasamento para a formação das nossas crianças.

É também o Instituto Politécnico do Rio de Janeiro que se dedica às ciências da engenharia, possibilitando a formação multidisciplinar de uma nova geração de profissionais.

Ciência e Tecnologia são apenas duas das muitas armas que o Governo está utilizando na luta pela recuperação econômica do nosso Estado.

**SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

O GÊNIO COMBATIVO

JOSÉ MOURA GONÇALVES

S em exagero, o professor José Moura Gonçalves pode ser considerado um dos precursores da moderna bioquímica brasileira. Na década de 1930, ainda estudante de medicina em Belo Horizonte, começou a trabalhar no laboratório de química fisiológica do professor Baeta Vianna, que comandava um afinadíssimo grupo de jovens e talentosos pesquisadores. De Minas, Moura Gonçalves seguiu para o Instituto de Biofísica da antiga Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, a convite do professor Carlos Chagas Filho, e lá começou a trabalhar com físico-química de proteínas e enzimas. Viajou em seguida para a Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, onde realizou talvez o trabalho mais importante de sua carreira: o isolamento de uma nova proteína tóxica do veneno de cascavéis, a crotamina. De volta ao Brasil, na década de 1950, integrou-se ao projeto de criação da respeitada Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, no interior paulista, a convite de seu diretor, professor Zeferino Vaz, que o via como o pesquisador ideal para conduzir um centro de excelência em pesquisas bioquímicas. Por seu trabalho 'Estudos sobre a crotamina', teve seu nome indicado por unanimidade para receber o prêmio Lafi de ciências médicas em 1965. Mas, além de grande pesquisador, sempre foi um homem combativo e preocupado com a instalação da modernidade no ambiente universitário. Lançando mão de estratégias que lhe permitiam os estatutos da Universidade de São Paulo (USP), substituiu algumas cátedras por disciplinas autônomas, reunindo-as em departamento. Após o golpe militar de 1964, fez o que estava a seu alcance para defender a universidade, lutando contra um modelo que privilegiava o autoritarismo em detrimento da competência.

Entrevista concedida a Erney P. Camargo (Depto. de Parasitologia da USP), Hugo Armelin (Depto. de Bioquímica da USP) e Vera Rita Costa (*Ciência Hoje*)

— O senhor começou sua carreira de pesquisador num dos grupos pioneiros da bioquímica brasileira, o do professor Baeta Vianna. Fale-nos sobre a sua experiência com ele.

— Iniciei minha formação científica quando estava no segundo ano da faculdade de medicina, em Belo Horizonte. Estagiava no laboratório de química fisiológica da faculdade, sob orientação do Baeta Vianna. Nessa ocasião o Aroeira Neves era o chefe da seção de microscopia e sorologia do laboratório. Foi ao lado desses dois expoentes da vida acadêmica que se enraizou em mim a idéia de me dedicar ao ensino e à investigação científica.

O Baeta Vianna, interessado em fazer uma bioquímica voltada para a clínica, aplicava as técnicas e o conhecimento da área na resolução de problemas biomédicos. Numa determinada ocasião apareceu no laboratório um descendente de espanhol inteiramente amarelo. Ele estava cansado de procurar médicos e obter diagnósticos alarmantes e que não explicavam aquela cor. No primeiro encontro, o Baeta matou a charada: ele estava com carotenemia, pois era um emérito comedor de mamão.

Como pesquisador, o Baeta tinha uma visão muito clara da importância da bioquímica quantitativa. Tinha um certo fascínio pela microbureta, que ele próprio construía para levar adiante seus microensaios. Se alguém dosava alguma coisa com a precisão de 1 ml, ele queria dosar com a precisão de 1/10 ml. Além disso o Baeta era um ótimo professor. Ele conseguia despertar o interesse dos alunos pela bioquímica, propondo problemas fisiológicos e discutindo a parte analítica da disciplina. Suas aulas eram atualizadíssimas. Em Belo Horizonte ele buscava melhorar o estado da análise clínica na própria comunidade. A preocupação com o aspecto social da pesquisa científica era também um traço marcante de sua personalidade. Criou a Fundação Benjamin Guimarães, voltada para o atendimento de crianças tuberculosas, e o serviço de assistência universitária. Não há como descrever o Baeta, ele era uma pessoa fascinante.

— O que é que se pesquisava na área biomédica nessa época?

— O Carlos Chagas estudava a tripanosomíase numa região de Minas Gerais onde era muito alta a incidência de bócio endêmico, patologia com que o Baeta Vianna estava trabalhando naquela época. Acreditava-se que o bócio tinha origem parasitária, porque haviam sido encontrados tripanosomas na tireóide de chagásicos. Mas o Baeta resolveu testar a hipótese de que o bócio resultava também da deficiência de iodo nos alimentos e na água da região e fez uma pesquisa em duas cidades mineiras — Capela Nova e Ouro Branco — onde a incidência da doença era alta. Como numa delas não havia barbeiro, agente transmissor da doença de Chagas, o Baeta conseguiu desfazer muitos



foto cedida por José Moura Gonçalves

equivocos que envolviam o problema. Havia também o grupo do Gilberto Villela, que trabalhava em Manguinhos com febre amarela e beribéri, e o do Franklin de Moura Campos, em São Paulo.

— Depois de formado o senhor permaneceu em Belo Horizonte?

— Fiquei na faculdade de medicina até 1940, onde trabalhava em tempo parcial. Na outra parte do tempo, pesquisava no laboratório particular do Aroeira Neves, Abdon Hermeto e Lívio Renault. Foi lá que desenvolvi, em 1939, minha tese de livre-docência na cadeira de química fisiológica. O tema, agentes lipidotrópicos e lipidopexia hepática — sugerido pelo Baeta Vianna —, versava sobre a colina, uma substância de importante função metabólica que evita o acúmulo de gordura nas células hepáticas. Isso foi feito com o auxílio de equipamentos disponíveis tanto na faculdade quanto no laboratório.

Em 1940 fui para o Instituto de Biofísica, no Rio, a convite do Carlos Chagas Filho. Não me adaptei bem à cidade e voltei para Belo Horizonte seis meses depois. Pouco depois surgiu uma vaga para professor assistente da disciplina de física biológica no instituto. Como o Chagas tornou a me chamar, oferecendo-me uma posição melhor, resolvi voltar para o Rio de Janeiro. Quando comecei a trabalhar, pude sentir o impacto da bioquímica, o quanto essa área representava em termos de novas fronteiras do conhecimento.

A atmosfera de trabalho criada por Chagas e o intercâmbio com vários cientistas cristalizaram a idéia de aplicar-me à química de proteínas e enzimas. Tive uma grande influência do casal Wurmser (René Wurmser e Sabina Filitti-Wurmser), que o Chagas havia convidado para trabalhar em Manguinhos. Eles deixaram a França durante a Segunda Guerra Mundial e durante cinco anos trabalharam conosco. No Instituto de Biofísica comecei a trabalhar com físico-química de proteínas e a me interessar pelo potencial de oxirredução em proteínas desnaturadas. Foi lá que começou essa história de proteína. Como eu dava aulas no curso do Chagas sobre o assunto, os alunos acabaram me apelidando de 'Proteína'. O próprio Wurmser, quando conseguiu uma bolsa para o exterior, aconselhou-me a permanecer nessa linha de pesquisa.

— Como foi sua experiência no exterior?

— Em 1945, como bolsista da Fundação Rockefeller, fui estudar química de proteínas no departamento de química coloidal da Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, onde permaneci por um ano. Em Wisconsin havia um ambiente de trabalho muito bom. Dediquei-me à físico-química de proteínas, empregando técnicas de eletroforese, ultracentrifugação e difusão. Estudei eletroforese com o Gorson Kegeles, difusão com o Al-

fred Polson, ultracentrifugação com Kay Pedersen e fracionamento do plasma sanguíneo com Harold Deutsch e Robert Alberty. Como a bioquímica da faculdade de medicina de Wisconsin era fraca, passei a frequentar os seminários da faculdade de agricultura. Nessa época, e na mesma faculdade, um professor de química orgânica havia descoberto o dicumarol, a antivitamina K, que provocou um enorme impacto científico no campo da bioquímica.

Em Madison, Wisconsin, publiquei, como pesquisador-assistente, meu primeiro trabalho sobre a constituição química de venenos de serpentes, com a colaboração de Alfred Polson, que, na época, era o 'rei da difusão'. Havia levado comigo uma boa quantidade de veneno de *Bothrops jararaca*, e o Polson uma amostra do veneno de *Crotalus terrificus terrificus*, da Argentina. A partir de uma sugestão dele, fiz eletroforese dos venenos de *Bothrops* e *Crotalus* e pude ver, pela primeira vez, a proteína básica que mais tarde, no Rio de Janeiro, chamaria de crotamina. Quando levei o material para o exterior, já tinha a intenção de analisar seus componentes. Sabia que o veneno era rico em proteínas, pois em 1939, no Instituto Butantan, os pesquisadores Karl Slotta e Fraenkel-Conrat haviam descoberto a crotocina, primeira proteína tóxica isolada do veneno de cascavel. Nessa ocasião, quando comecei a trabalhar no assunto, só alemães faziam química no Brasil.

Em fins de 1946 transferi-me para o Instituto Nacional do Câncer, nos Estados Unidos, para trabalhar com o professor Jesse Greenstein em enzimas proteolíticas. Produzi muitos trabalhos, entre eles a descrição da enzima que hidrolisava alfa-alfadiglicilaminopropiônico com liberação de amônia e ácido pirúvico, na proporção de um para um. Estive no exterior em vários outros momentos da minha carreira, todos eles muito proveitosos. Em agosto de 1950, por exemplo, fui a Copenhague partici-

par de um congresso internacional de fisiologia e aproveitei para fazer um estágio de 40 dias no laboratório Carlsberg, dirigido por Linderstrom Lang. O interesse de Lang permitiu-me desenvolver técnicas de pressão osmótica, dilatométrica e microtitulação de enzimas proteolíticas em cortes de tecido. De Copenhague fui para Uppsala, na Suécia, para estagiar durante 20 dias com o Arne Tiselius. Logo em seguida fui para a Inglaterra, onde realizei, com o auxílio do Conselho Britânico, o que chamávamos de *tournée* bioquímica: Sheffield, Oxford, Cambridge e Londres.

— *O senhor foi um dos primeiros a montar o aparelho de Tiselius e a fazer cromatografia de papel. O que isso representou para o desenvolvimento da bioquímica?*

— Acho que fui o primeiro, mas isso pouco importa. Quando voltei ao Brasil, em 1948, comecei a organizar a seção de físico-química de proteínas do Instituto de Biofísica, a pedido do Carlos Chagas. Ele tinha grande interesse em implementar eletroforese no instituto, daí eu ter começado a montar o laboratório e a trabalhar na análise eletroforética livre dos venenos de cobra. Mas não comprei o aparelho de Tiselius prontinho. O Kegeles, de Wisconsin, indicou-me onde comprar as lentes, que eram muito boas. As janelas do banho eram de vidro plano-paralelo, a meio comprimento de onda. Outras partes foram construídas no Rio de Janeiro. E assim fui, aos poucos, montando o equipamento. Os meus diagramas, modéstia à parte, ficavam muito bem feitos.

No começo não tínhamos nada. As primeiras cromatografias de papel foram feitas com latas de querosene. Não existiam as cubas de vidro bonitinhas, como há hoje. Nesse período trabalhei com Aida Hasson-Voloch, que era minha assistente, e Laura Gouveia Vieira, com quem sou casado. O primeiro coletor de frações, que consegui com o auxílio do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, na época ainda Conselho Nacional de Pesquisas], nos trouxe muita alegria. Gostaria de homenagear os técnicos que me ajudaram, na pessoa do electricista Oswaldo, da faculdade de medicina. Ele não só impermeabilizava o teto para não chover no laboratório, como também nos ajudava a montar os equipamentos mais sofisticados.

— *Por que o senhor decidiu ir para Ribeirão Preto?*

— Estava trabalhando no Instituto de Biofísica quando recebi um telefonema do Zeferino Vaz. Isso foi em 1952. Ele, que estava no Ministério da Educação e Cultura, me pediu que o procurasse imediatamente, pois havia sido indicado professor de bioquímica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Levei um susto enorme. Não sabia quem era Zeferino Vaz nem que havia faculdade de medicina em Ribeirão Preto. Na verdade, nem sabia onde ficava a cidade. Passado o susto, e como eu já estivesse cansado do Rio de Janeiro, resolvi arriscar. Fui conhecer a cidade e acabei acreditando na viabilidade de uma faculdade de medicina no interior de São Paulo. Fiquei muito entusiasmado com a idéia, embora, não posso negar, tenha sofrido com essa mudança, principalmente porque ela significou um interregno na minha carreira científica. Lá foi preciso começar do nada.

— *Como era o laboratório em Ribeirão Preto? Quem trabalhava lá?*

— O primeiro laboratório que montei ficava no porão de uma casa na rua Visconde de Inhaúma. Trabalhava com o Carlos Ribeiro Diniz, o Francisco Jerônimo de Sales Lara e com o engenheiro químico Rubens Molinari, que havia sido colocado na fa-



Moura Gonçalves (à direita) no dia de sua posse como diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (SP). À esquerda, Zeferino Vaz e, ao centro, Mário Guimarães Ferri.

culdade pelo Zeferino Vaz. Logo que eu e o Diniz começamos a pesquisar e a fazer eletroforese em papel, isolamos duas toxinas do veneno de escorpião, que nos valeram uma publicação na *Biochimica Biophysica Acta*. O Diniz continuou trabalhando no assunto. Durante umas férias, o Marcos dos Mares-Guia fez um estágio em Ribeirão Preto e eu o coloquei estudando enzimas proteolíticas de veneno de cobra. Publicamos um artigo sobre o assunto e ele me disse que, depois daquele trabalho, continuaria atuando na mesma linha. Acabou indo para a América do Norte como bolsista da Fundação Rockefeller, fez phd e se dedicou ao estudo da tripsina. O Mares-Guia foi o autor de uma das maiores homenagens que já recebi: escreveu-me dizendo que esperava bons resultados de sua pesquisa para dedicá-los aos meus 65 anos.

fotos cedidas por José Moura Gonçalves



Moura Gonçalves e Carlos Chagas Filho, no Instituto de Biofísica da antiga Universidade do Brasil (RJ), em 1942.

Os resultados de um de seus trabalhos foram publicados no *Journal of Biological Chemistry* e a dedicatória aparecia no rodapé. Fiquei emocionado.

Foi muito difícil conseguir um espaço para instalar o laboratório na própria faculdade de medicina. Mas nessa época foram criadas várias escolas práticas de agricultura no interior do estado de São Paulo e, para nossa sorte, muitas não vingaram. O Zeferino Vaz conseguiu então que o prédio da escola de Ribeirão Preto fosse cedido para que os laboratórios das disciplinas básicas fossem montados.

Em Ribeirão aconteceu uma dessas coincidências importantes: recebi a visita de um sueco e comentei com ele que achava que a crotamina dialisada perdia muito de sua atividade. Ele me falou então de uma substância que acabara de ser estudada no laboratório do Tiselius, o sephadex. Ao voltar para a Suécia, enviou-me um pouco dela. Foi graças ao uso do sephadex que pude ver a crotamina separada da crotoxina por cromatografia em coluna. Os estudos sobre a ação da crotamina também foram feitos por mim. Costumava dizer, brincando, que comigo os camundongos 'plantavam bananeira', por causa da paralisia que a crotamina provocava nas patas posteriores.

— *Em Ribeirão Preto o senhor diversificou seus temas. Que pesquisas realizou lá?*

— Como era muito difícil conseguir veneno, logo que cheguei a Ribeirão montei um serpentário. Um amigo, o Celso Junqueira, de Morro Agudo, ia pessoalmente me levar as cobras. E eu acabei me apaixonando por elas, particularmente pela cascavel. Tínhamos umas gaiolas de vidro e, toda vez que ia alimentá-las com camundongos, fazia 'onda' para agradá-las. Quando chegavam, as cascavéis eram muito agressivas. Mas com o carinho que recebiam, duas semanas depois já faziam 'festa' para mim.

Também trabalhei com *Trypanosoma cruzi*, pois na região de Ribeirão Preto havia muitos casos de doença de Chagas. Um rapaz que trabalhava na cervejaria da cidade fazendo cultura de leveduras acabou indo trabalhar comigo. Iniciamos a cultura do tripanosoma, que era feita de um modo muito simples, e conseguimos obter uma boa quantidade do parasita. Extraímos o polissacarídeo descrito por Júlio Muniz, do Instituto Oswaldo Cruz, e o purificamos por eletroforese livre. Comecei fazendo a cultura do protozoário e depois a determinação do grau de redução do polissacarídeo e composição dos açúcares. O trabalho foi desenvolvido com o Tsutomu Yamaha, do Instituto de Higiene de Tóquio, que eu havia levado para Ribeirão Preto como bolsista do CNPq.

— *O senhor fundou a química de proteínas, mas não era um enzimólogo. Como aconteceu a integração com a enzimologia?*

— A primeira bolsa que me foi oferecida era para trabalhar nessa área com o Bernardo Houssay, na Argentina. Mas justamente na época um 'acidente' chamado Perón se abateu sobre ele, que acabou expulso da universidade. Fiquei então aguardando uma nova chance. Só mais tarde, com a bolsa da Rockefeller, fui para a América do Norte fazer química de proteínas e enzimas proteolíticas.

— *O senhor foi para Ribeirão Preto a convite do Zeferino Vaz, mas depois precisou fazer concurso... Que história é essa?*

— Com o Zeferino Vaz as coisas eram assim. Enquanto ele foi o diretor da faculdade de medicina, durante dez anos, não tive problemas. Mas quando ele deixou o cargo, em 1961, tive que fazer concurso para a cátedra de bioquímica. Fui o primeiro diretor da faculdade após a constituição da congregação, eleito e reeleito por sete anos. Seria tolice dizer que houve apenas acertos em período tão longo. Sou um homem, não sou um anjo.

— *Fale um pouco dessa fase. Sabe-se que o senhor impediu a instalação de um Inquérito Policial Militar [IPM] na faculdade.*

— Quem não se lembra da crise universitária nos primeiros meses de 1964? Quanta incompreensão das autoridades! Quanta energia dispendida desnecessariamente! Não quero mais me lembrar desse período; quero apenas repudiá-lo. Ainda estamos doentes e distantes da convalescença plena. Houve muita arbitrariedade, tanto na primeira fase do golpe, em 1964, quanto na segunda, em 1968, em que vigorou o AI-5.

— *Paralelamente a tudo isso, estava sendo gestada a reforma universitária. Como foi sua participação nesse processo?*

— Não me parece possível diferenciar os fatos. Na década de 1960, tudo acontecia ao mesmo tempo, de maneira muito interligada. Na universidade o que se procurava era a modernização da instituição e, quanto a isso, a grande batalha foi contra o sis- ▶

tema de cátedra então vigente. Nessa época fiz parte do Conselho Universitário da USP e foi possível melhorar muita coisa. Simpatizei desde o início com a criação da disciplina autônoma e lutei muito para implantá-la.

Certa vez, para conseguir extinguir uma cátedra, pedi ao Ruy Miguel Covian, durante uma reunião da congregação, que assumisse a presidência e fui para o plenário votar. Como houve empate, resolvi reassumir a presidência e fazer valer o meu direito ao voto de Minerva. Decidi pela extinção da cátedra e pela criação de um departamento.

— *Em meio a toda essa agitação política o senhor continuava pesquisando?*

— Mesmo nessa atmosfera de desassossego, comecei a trabalhar em fosforilase A e B de músculos, com alguns assistentes. Com uma bolsa da Fulbright da categoria Exchange Professorship, passei o ano de 1965 na divisão de radiobiologia de Oak Ridge, nos Estados Unidos. Lá purifiquei a ADN-polimerase e fiz um trabalho, publicado em 1967, com a colaboração do paquistanês A. Muhamed e de J. Trosko, sobre a atividade das enzimas desoxirribonuclease e desoxirribonucléico-polimerase durante o desenvolvimento da drosófila. O Trosko cuidava das diferentes fases do desenvolvimento da drosófila, o Muhamed preparava a desoxirribonuclease e eu a ADN-polimerase. Recebi uma proposta para trabalhar na faculdade de medicina de Kentucky, mas não aceitei. Acabei estudando a inibição da desoxirribopolimerase com os nucleotídeos do ácido ribonucléico. Consegui bons resultados nesse período.

— *Como foi sua passagem pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico?*

— De 1967 a 1974 fui membro da comissão de biologia, juntamente com o Aristides Pacheco Leão, o Amadeu Cury e o Lobato Paraense. Éramos responsáveis por analisar os processos e conceder bolsas. Hoje o comitê assessor é constituído por um grande número de pessoas, mas o número de bolsas também é muito maior. São tantas as bolsas para o exterior, que fico imaginando o que farão essas pessoas quando voltarem ao país, diante dos problemas de salário e das dificuldades para aquisição de equipamentos com que convivemos.

— *Com base na sua experiência no exterior e no CNPq, que conselhos o senhor daria hoje aos bolsistas?*

— O melhor conselho que posso dar aos bolsistas é que eles, antes de mais nada, escolham bem o lugar para onde ir. Aconselho também os estudantes a dominarem a língua do país para onde forem.

— *Depois de aposentar-se em Ribeirão Preto o senhor foi trabalhar no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares [IPEN]. Como foi sua experiência em São Paulo?*

— Aposentei-me em 1971 e, para aumentar minha renda, aceitei a proposta para trabalhar com radiobiologia no Instituto de Energia Atômica, hoje IPEN. O Rômulo Ribeiro Pierone, que dirigia o instituto naquele período, estava interessado em criar um curso de pós-graduação e me chamou para chefiar a seção de bioquímica. Achei a proposta interessante. O ambiente, no entanto, não era bom. As pessoas estavam muito preocupadas com o salário e era uma dificuldade fazê-las trabalhar. Mesmo com todas as dificuldades, fiz coisas de que gostei no IPEN. Uma de-



Da esquerda para a direita, Moura Gonçalves, René e Sabine Wurmser, e Carlos Chagas Filho, no jardim da Faculdade Nacional de Medicina, na Praia Vermelha.

las foi estudar a modificação dos efeitos da radiação gama em camundongos por ação do BCG, com a colaboração da argentina Nelida del Mastro. Verificamos um efeito protetor do BCG que me encantou. Cerca de 70% dos camundongos não morriam se tivessem recebido uma determinada dose de BCG no abdome. Esse tipo de proteção, no entanto, é muito relativo, pois só funciona se o animal receber a dose de BCG antes de ser irradiado. Quatro teses de doutoramento foram defendidas no Instituto de Química da USP. Um dos trabalhos descrevia os determinantes antigênicos comuns à crotoxina e à fosfolipase A, que determinam a proteção de camundongos contra doses tóxicas de crotoxina e veneno global, quando se injeta fosfolipase A nos animais.

O ambiente de trabalho piorou muito com a mudança de direção no instituto. O novo diretor não compreendia o que era radiobiologia, confundindo a disciplina com medicina nuclear. Por mais que eu dissesse que proteção radiológica é subproduto da radiobiologia, ele só me falava que a seção de radiobiologia estava 'inchada' e que o pessoal devia ser reduzido, criando um pânico de desemprego. Ele, como muitos outros, insistia na importância do dosímetro. Quando tiraram dois profissionais de meu laboratório para purificar urânio, achei um exagero. Além disso, era um tal de não ter verba insuportável!

— *O que o senhor tem feito hoje?*

— Aposentei-me aos 70 anos e faço questão de dizer que sou um homem católico. A agnostia dos outros nunca me influenciou e considero um infeliz aquele que não crê na existência de Deus. Dedico-me atualmente à minha família, usufruindo da convivência com minha esposa e meus filhos. ■

SOX. O sistema que transforma royalties em salários.

Para conti-
nuar cres-
cendo, o Brasil

tem duas opções: pagar royalties por tecnologia ao exterior ou pagar bons salários a engenheiros e técnicos brasileiros que trabalhem no desenvolvimento das tecnologias de que necessitamos.

Um exemplo é o SOX.

A comunidade de informática - fabricantes e usuários - sabe que precisamos dispor de um *sistema operacional padrão* para os novos equipamentos de 32 bits que começam a chegar no nosso mercado. No exterior existem alguns sistemas que podem nos atender, como o Unix da AT&T, o Xenix da Microsoft ou o Pick da Pick Systems.

Felizmente, não vamos precisar

pagar royalties por eles. Trabalhando durante três anos,

uma equipe de 55 engenheiros da Cobra desenvolveu o SOX, um *sistema operacional* que cumpre as mesmas finalidades daqueles.

A Cobra investiu US\$ 20 milhões nesse projeto. Sendo empresa estatal, tem a obrigação de correr riscos tecnológicos pioneiros. E agora tem o dever de disseminar sua tecnologia, o que está fazendo ao licenciar o SOX para diversas empresas privadas nacionais.

O SOX permitiu à Cobra e vai permitir às demais empresas nacionais ocupar, cada vez mais, engenheiros e técnicos brasileiros desenvolvendo tecnologia. E continuar poupando nossas divisas.

SOX

Reserva de mercado. Antes de tudo uma reserva de trabalho.

cobra
COMPUTADORES

A VIDA DA MULHER RURAL EM NOVA ERECHIM

São cinco horas da manhã. Inicia-se mais um dia de intenso trabalho para as mulheres de Nova Erechim, pequeno município de Santa Catarina. As primeiras horas são dedicadas a atividades doméstico-alimentares, incluindo uma ordenha matinal antes mesmo do despertar da família. Após a primeira refeição, as mulheres retiram-se para o trabalho no campo. Cumpridas duas horas e meia de capina, plantio ou colheita, retornam para as funções doméstico-alimentares. Em seguida, recomeça um novo turno de atividade rural, com duração habitual de três horas. Às 17 horas, os afazeres da casa são retomados para praticar nova ordenha e preparar a refeição vespéral. O trabalho feminino em Nova Erechim encerra-se apenas às 21 horas. Finalmente, é hora de repousar.

A descrição acima corresponde à atividade diária de grande parte das mulheres desse município. A possibilidade de existir alguma relação entre a extensa jornada de trabalho e o significativo número de casos de envelhecimento precoce da população feminina, constatado durante atendimento médico, me levou a pesquisar a causa de tal observação. Iniciei o estudo tomando como base a assistência obstétrica prestada às mulheres que procuraram a Fundação Hospitalar de Nova Erechim no período de 1983 a 1985. Neste primeiro trabalho levantei um número médio de três filhos por família. Constatei que, por diversos motivos, cada vez mais, as mulheres jovens têm menos filhos e as grandes multiparas — atuais avós — estão desaparecendo. Observei também um número elevado de quadros somáticos, relacionado principalmente com o sistema cardiorrespiratório e ginecológico, que resultou ser a terceira causa mais freqüente da consulta médico-ambulatorial.

Um segundo trabalho foi realizado para estudar numericamente a participação da mulher nas atividades rurais. Foram entrevistadas, durante consulta médica, cem mulheres na faixa etária de 18 a 71 anos, representando 13,5% da população feminina local. Procurei levantar dados referentes ao tempo dispensado com as atividades domésticas, o trabalho no campo, o sono e o lazer. Anotei o número de filhos, motivo da consulta e grau de satisfação com relação ao tipo de vida descrita.



A pesquisa revelou que apenas três das cem mulheres entrevistadas não participam das atividades agrícolas. Entre as 97 que trabalham no campo, 72 participam com turno duplo (das nove às 11 e das 14 às 17 horas) e somente 25 desempenham atividades rurais em turno único. Nos períodos em que não se encontram no campo, as mulheres dedicam-se aos afazeres domésticos, que iniciam às cinco para só terminar às 21 horas. A elas cabe o preparo das refeições (incluindo-se o pão), o cuidado com a roupa — lavagem, conserto e, às vezes, confecção —, a limpeza da casa e a responsabilidade dos filhos. No campo, o trabalho feminino consiste na lida com o gado — ordenha e, menos freqüentemente, a provisão de pasto verde — e atividades da roça consideradas 'leves', como a capina, o plantio e a colheita. Raramente a mulher trabalha com maquinaria agrícola ou com produtos tóxicos. A participação da mão-de-obra feminina no campo é julgada pela própria mulher como uma 'ajuda' prestada ao homem, não sendo considerada como uma profissão: 'o serviço da mulher é o da casa.'

Nas atividades domésticas, 40% das entrevistadas mencionaram algum tipo de ajuda. O auxílio é o do marido em 5% dos casos, da sogra em 10% e dos filhos — principalmente das garotas — em 85%. Aliás, a participação da mulher nas atividades rurais aumenta com o crescimento das filhas, que passam a dar conta dos afazeres domésticos.

Embora a carga horária de trabalho da mulher seja exaustiva, 66% das entrevistadas declaram-se satisfeitas com o modo de vida que levam. Este dado pode ser atribuído a fatores educacionais, ao apego à terra desbravada com esforço próprio e à

noção de *locus* familiar. Num número significativo de relatos notei, junto ao sofrimento pelo trabalho e pelas privações, um forte orgulho de conquista e de progresso — melhoria de vida. A insatisfação é um sentimento mais comum entre as mulheres jovens que recebem, através dos meios de comunicação, de agremiações políticas ou grupos de senhoras, informações sobre outras formas de vida.

No grupo entrevistado, 27% das mulheres realizavam consulta pré-natal, 11% queixavam-se de lombalgia; 8% apresentavam hipertensão no controle pressórico e 6% apontavam distúrbios neurovegetativos. Nesta amostra, o número médio de filhos foi de 3,7, considerando que sete mulheres ainda não haviam parido e cinco já haviam tido mais de dez partos.

A experiência foi gratificante. Ouvi, freqüentemente, relatos emocionados de pacientes, que utilizavam a consulta como uma oportunidade para expor suas dores e angústias, alegrias e realizações. A excelente acolhida por parte de todas as mulheres entrevistadas pareceu ser um indicador de confiabilidade dos dados coletados. O estudo não abordou o aspecto de remuneração das atividades, pois o trabalho rural em Nova Erechim é desenvolvido em benefício das próprias famílias, inexistindo no município a condição de bóia-fria.

Os dados revelados na pesquisa me levaram a concluir que o envelhecimento precoce da mulher está intimamente relacionado com a dupla jornada de trabalho. As 15 horas em média de atividade — nove horas e meia dispensadas às tarefas domésticas e cinco horas e meia dedicadas ao trabalho rural —, somadas às variadas condições climáticas da região, à gestação e ao cuidado dos filhos, provocam um desgaste físico na mulher, que está na base do envelhecimento precoce. A significativa participação feminina no campo permite provar que o direito à aposentadoria da mulher rural constitui a mais justa medida tomada recentemente. Cabe agora não mais julgar esse direito conquistado como ato de caridade, mas como justa retribuição a ser cumprida.

Luiz V. Cichoski

Fundação Hospitalar de Nova Erechim,
Santa Catarina

CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE.



Na preservação da natureza a Vale mostra a importância que dá à vida no Brasil. Só nos últimos oito anos, ela e suas coligadas e controladas investiram US\$ 350 milhões em programas de proteção ambiental. Com esses programas, a CVRD faz pesquisas para conhecer cada vez melhor os ecossistemas das regiões onde atua. O resultado é a redução do impacto ambiental que seus

projetos de mineração possam provocar. A Vale combate também a erosão que ataca bacias hidrográficas, mas, sobretudo, procura incentivar a consciência ecológica das pessoas com iniciativas como o Prêmio Nacional de Ecologia. A Vale do Rio Doce faz tudo isso porque liga para a vida. Afinal, uma empresa que trabalha com os recursos naturais sabe muito bem a importância de se preservar a natureza.



Companhia
Vale do Rio Doce

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

GOVERNO FEDERAL
TUDO PELO SOCIAL

XINGU: HIDRELÉTRICAS COROAM QUATRO SÉCULOS DE AGRESSÕES

Antecipando-se ao início da construção das hidrelétricas planejadas para a bacia do rio Xingu, a Comissão Pró-Índio de São Paulo publicou extenso dossiê que analisa as conseqüências desses projetos para os povos indígenas, as populações ribeirinhas e a ecologia da região, e discute a política energética brasileira e os interesses econômicos em jogo. Dividido em 20 capítulos assinados por profissionais de competência reconhecida em antropologia, física, ciências ambientais e outros campos relacionados com a questão, o documento é fruto de ano e meio de trabalho.

Formadas em ciências sociais pela Universidade de São Paulo e integrantes da di-

meçar pelo título do primeiro artigo: 'O Estado contra as sociedades indígenas'. Que tipos de ataques os índios estão sofrendo?

Lúcia Andrade: A violência contra as sociedades indígenas envolve desde ataques físicos até formas mais elaboradas e sutis, como a atual política de indenização por perda de território. Na região do Xingu, esse processo, que remonta ao século XVI, redundou em confinamento e expropriação territorial, redução demográfica, sujeição política e destruição dos valores socioculturais dos diversos povos.

O que considero mais grave nesse processo é o pressuposto de que os índios deixarão de existir quando forem 'integrados'

política clara de promoção da assimilação das populações indígenas à sociedade nacional. É uma contradição, uma vez que o Brasil é signatário de diversos acordos internacionais que reconhecem o direito de diferentes etnias a coexistirem como grupos diferenciados dentro dos territórios nacionais.

— De que maneira os grandes projetos de desenvolvimento têm afetado essas populações?

Leinad Santos: Esses megaprojetos impõem modificações muito grandes ao modo de vida local. Um exemplo: os 'Gaviões da Montanha' habitavam a margem direita do rio Tocantins, em frente à cidade de Tucuruí. Para a construção da hidrelétrica, as empreiteiras ocuparam cerca de 60% de seu território, abriram estradas, desmataram, retiraram areia do rio para fazer a barragem. A Eletronorte ergueu na área da aldeia três grandes torres de transmissão de alta-tensão. Os índios foram forçados a abandonar a terra que lhes tinha sido legalmente concedida em 1945. A Eletronorte demorou sete anos para reconhecer a área como território indígena. Quando o fez, em 1984, foi para obrigar o grupo, mediante pagamento de indenização (50 milhões de cruzeiros, a serem geridos pela Funai), a abandonar definitivamente a antiga aldeia e a transferir-se para a reserva de Mãe Maria, habitada por outro grupo Gavião.

Lúcia Andrade: Ou seja, juntaram num mesmo território dois grupos de proveniências diferentes, desrespeitando as razões culturais e políticas que haviam determinado a organização dos Gaviões em vários grupos locais. Como se isso não bastasse, também a reserva Mãe Maria, na divisa dos municípios de Marabá e São João do Araguaia, sofreu efeitos indiretos da construção de Tucuruí: foi cortada por um corredor de 150 m de largura e 19 km de comprimento para instalação de uma linha de transmissão da Eletronorte (há uma segunda, pertencente à Companhia Elétrica do Pará). Vale notar que a instalação da linha da Eletronorte não foi precedida de qualquer aviso. Os indígenas só souberam do projeto quando surpreenderam topógrafos trabalhando em seu território. Reivindicaram então mudança do traçado, mas tudo que conseguiram foi uma indenização. Ho-

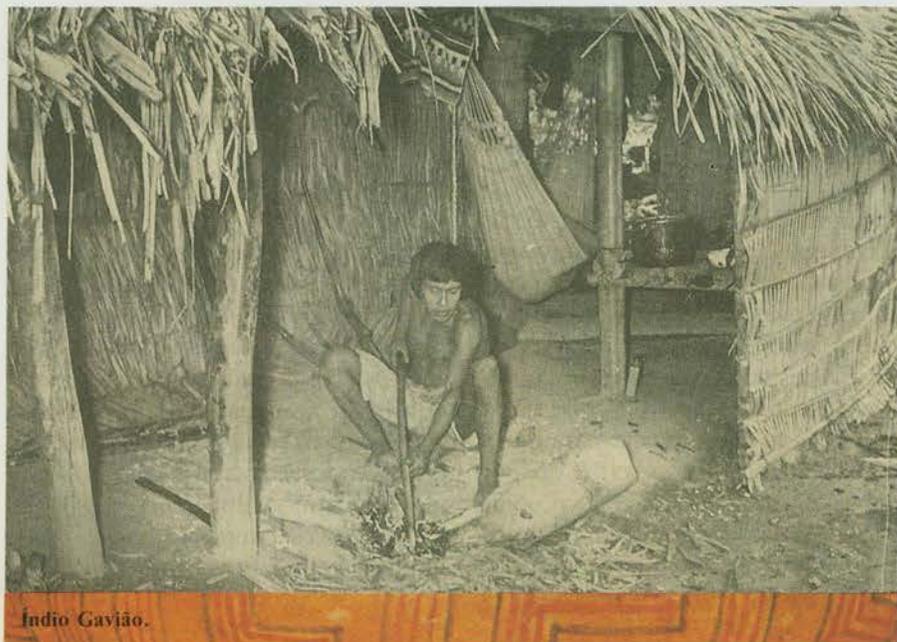


foto José Caron

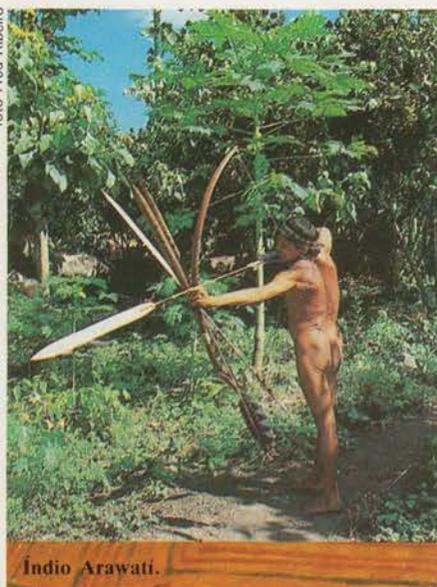
Índio Gavião.

reção da Comissão Pró-Índio de São Paulo, Lúcia Mendonça Morato de Andrade e Leinad Ayer de Oliveira Santos participaram da elaboração do dossiê, cuja organização ficou a cargo da primeira. Em entrevista concedida a *Ciência Hoje*, elas denunciavam o perigo que a concretização dos projetos representa para as comunidades indígenas e reafirmam a necessidade de uma reavaliação do modelo de desenvolvimento nacional.

— O dossiê As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas é muito crítico, a co-

ou 'assimilados' pela sociedade brasileira. Essa ideologia, que pensa o índio como culturalmente atrasado, tem norteado tanto a política indigenista como as ações do setor de energia elétrica no Brasil. O discurso oficial, ainda fundado numa visão evolucionista e preconceituosa da humanidade, preconiza o 'deixar de ser índio', isto é, a aculturação dessas populações.

Leinad Santos: Desde o início do século (1910), quando foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) — transformado em Fundação Nacional do Índio (Funai) em 1968 —, o governo brasileiro conduz uma



Índio Arawati.

je, portanto, os dois grupos se vêm confinados a esse território reduzido, cercado por fazendas e afetado pelos desmatamentos feitos na região e pela proximidade da estrada de ferro de Carajás.

— Vocês vêm essas indenizações como uma forma de violência?

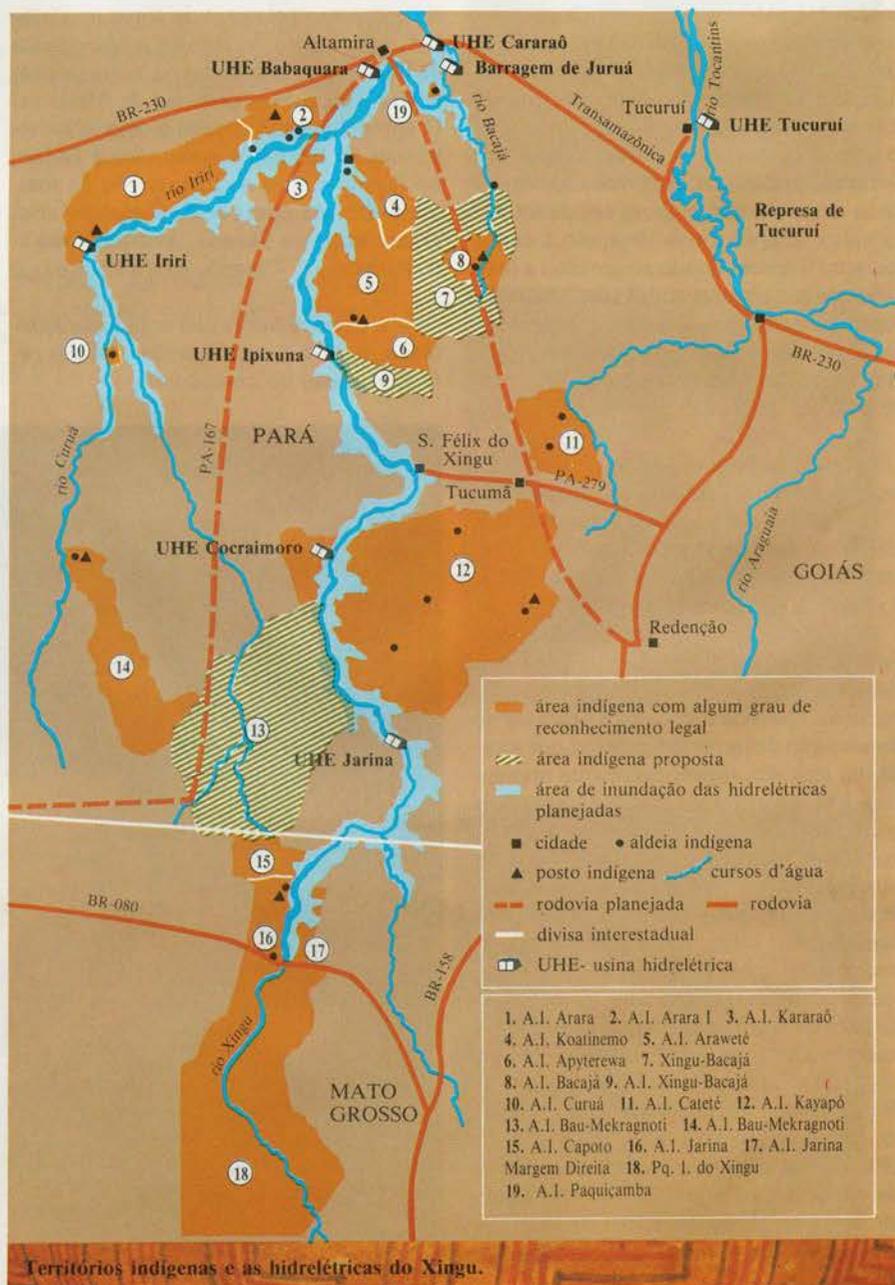
Lúcia Andrade: Elas fazem parte de uma política indigenista do Estado cujo pressuposto é que os interesses do grande capital têm precedência sobre o direito dos povos indígenas a seu território. É absurdo, no entanto, pensar que indenizações podem compensar territórios perdidos. Essa perda não é mensurável em quilômetros. Há aspectos políticos e simbólicos envolvidos: os territórios são suporte da identidade sociocultural dos povos indígenas — seu valor não pode ser contabilizado. O conceito de terra como mercadoria é próprio da nossa sociedade, não tem correspondente entre eles.

Outro aspecto é que as indenizações vão parar nas mãos da Funai, cuja capacidade para formular e executar os 'projetos de apoio' que deveriam compensar os danos causados por esses megaprojetos é bastante duvidosa. Por exigência do Banco Mundial, que financiou parcialmente o Programa Grande Carajás (PGC), tais projetos de apoio deveriam garantir a sobrevivência dos povos atingidos, sobretudo pela demarcação e proteção de seus territórios. Ocorre que, tanto nesse caso como no projeto Pólo Noroeste, grande parte dos recursos foi empregada na aquisição de equipamentos e na realização de obras questionáveis.

No PGC, 80% dos recursos canalizados para a Funai foram gastos em infra-estrutura e pagamento de pessoal da própria fundação. Só 11% foram empregados na regularização fundiária das áreas indígenas. Isto significa que, durante todos os anos de vigência desse programa, os recursos referentes a indenizações sustentaram a máquina administrativa da Funai. Vale notar que isso contrariava o próprio convênio que instituiu o programa de apoio, firmado entre a Funai e a companhia Vale do Rio Doce, cujas cláusulas estabeleciam que

o órgão tutor deveria manter suas atividades normais, independentemente das verbas alocadas aos projetos ligados ao programa. Sem elas, no entanto, a Funai na região teria falido.

No caso do complexo hidrelétrico de Altamira, a ser construído, a Funai já está aguardando as verbas correspondentes às indenizações, para tocar sua infra-estrutura. Elas acabam sendo aplicadas em programas de saúde, educação e outros, a que os índios já têm direito assegurado por lei. A Funai não deveria depender das indeniza-



zações pagas para a implementação de grandes projetos econômicos (e pagas precisamente porque estes trazem inegável prejuízo aos povos indígenas) para manter sua máquina burocrática e desempenhar suas funções básicas.

Leinad Santos: Há uma política muito clara de redução dos territórios indígenas. Um exemplo: em setembro de 1988 o governo anunciou com grande alarde a portaria de delimitação da área indígena Ianomami. Ocorre que ela implicava uma redução de 13% do território já reconhecido pela Funai como de ocupação indígena desde 1985. Além disso, o texto legal, desconsiderando a especificidade das terras indígenas, incluía na área duas florestas nacionais e um parque nacional que, juntos, correspondiam a 70% de sua extensão. Para o povo Ianomami restaram 30% de seu território tradicional, fragmentados em 19 áreas descontínuas, embora entidades nacionais e internacionais de apoio à causa indígena tivessem levado ao governo a proposta de reconhecimento de um território contínuo para esses indígenas. A necessidade que têm essas populações de áreas livres para transitar, perambular, foi completamente ignorada.

— *Qual a argumentação do governo para negar o território contínuo aos Ianomami?*

Leinad Santos: Segundo o discurso oficial, seria muita terra para pouco índio. De fato, a região já estava loteada mediante a expedição de alvarás de mineração.

Lúcia Andrade: O que se pretende é abrir esses territórios a não-índios: fazendeiros, mineradores, empresas ligadas aos grandes projetos. Quem acompanha o processo de demarcação de terras indígenas vê que a cada dia elas diminuem, raramente aumentam. Um dos artifícios usados é juntar dois grupos numa área, para liberar parte de um território. Ninguém encosta uma arma na cabeça do índio para obrigá-lo a se transferir, mas no caso dos Parakanân, por exemplo, que foram transferidos cinco vezes, aproveitou-se o fato de que o grupo, recém-contatado, estava doente e fragilizado para mudá-lo para outra área, onde foi reunido a outro grupo Parakanân. Ou seja, é tudo sutilmente violento, porque se faz o contato. Entre a matança e o contato, optou-se por este desde a criação do SPI. Dão-se presentes, presta-se assistência médica, mas o processo não deixa de ser violento, pois o objetivo da 'pacificação' é abrir espaço, isto é, abrir o território indígena para os não-índios.

— *Em que consiste o complexo hidrelétrico de Altamira? Que povos seriam atingidos por sua construção?*

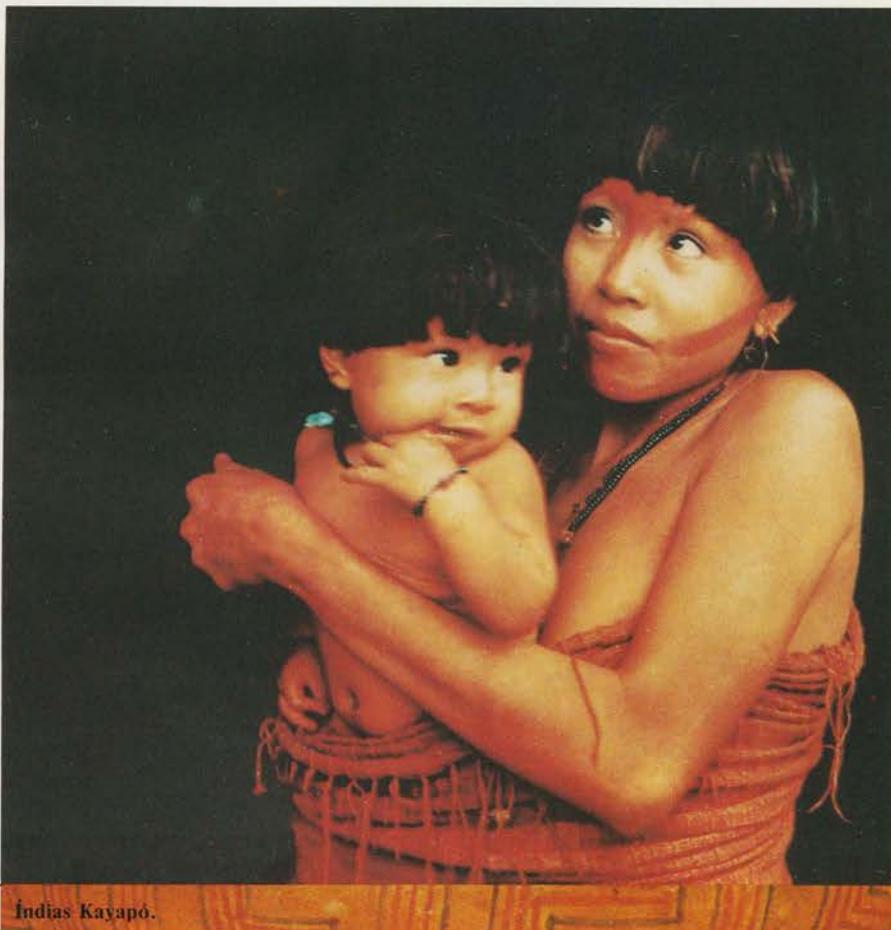
Leinad Santos: Desde 1975 o Consórcio Nacional dos Engenheiros Construtores (CNEC), empresa de consultoria ligada à Construtora Camargo Correa, vem realizando para a Eletronorte estudos sobre a viabilidade do aproveitamento integral do Xingu mediante a construção de várias hidrelétricas. Esse material foi pouco divulgado. Só em 1986, em Belém, o presidente da Eletronorte trouxe a público esses planos.

O complexo hidrelétrico de Altamira seria composto pela casa de força de Cararaô, a barragem de Juruá e a hidrelétrica de Babaquara, localizadas na Volta Grande do rio Xingu, bem próximo de Altamira. O aproveitamento continua com as hidrelétricas de Ipixina, Cocraimoro e Jarina, no Xingu, e mais de Iriri, no rio do mesmo nome. As obras desse complexo atingiriam os povos Juruna, Azurini, Arawatí, Parakanân, Kayapó, Arara e Kuruáya.

— *E as populações não índias que habitam a região? Também serão afetadas pela construção do complexo?*

Lúcia Andrade: Não se sabe ao certo como ficará a situação dessas populações, sobre as quais ainda se têm poucas informações. Que acontecerá, por exemplo, com os garimpeiros? Como não são donos dos garimpos, é de supor que a Eletronorte não os irá indenizar. Para onde irão? Os índios, mesmo que não fossem diretamente atingidos pela usina de Cararaô, o seriam pela invasão de suas terras pela população não índia desalojada. É preciso pensar também nos muitos que se deslocarão para a região, atraídos pela possibilidade de trabalho nesses grandes projetos. A área dos Arara, que é bem próxima, já está sofrendo imensa invasão de posseiros.

Leinad Santos: Calcula-se em 30 mil os homens que trabalham na cata não mecanizada de ouro na região. Essas 'ilhas' de garimpo serão inundadas. Há também a população ribeirinha, instalada há mais de 50 anos na Volta Grande do Xingu, que vive da pesca e da coleta da seringa. E há ainda os posseiros instalados às margens da Transamazônica. Na sua maioria, foram atraídos para a região pelos projetos de colonização do governo; com muita luta, conseguiram seus lotes e hoje têm uma produ-



Índias Kayapó.

ção agrícola significativa. Também eles serão atingidos.

Nem a cidade de Altamira está a salvo. Embora documentos oficiais da Eletronorte afirmem que a cidade não seria atingida na cota 97, alguns mapas da empresa mostram que, nessa cota, parte dela seria inundada. Já na cota 100 — margem normal de segurança —, uma área ainda maior seria submersa.

O interessante é que a empresa alega que a área a ser inundada com a construção da barragem é de 1.225 km² e que cerca da metade dessa extensão já passa metade do ano inundada. Não é verdade: essa área fica inundada apenas por três meses e toda uma economia local baseia-se nos ciclos de enchente e vazante do rio. Não se trata de uma área inútil. Mas é também objetivo desses grandes projetos ampliar o mercado de terra e abrir novas fronteiras agrícolas.

Lúcia Andrade: E abrem espaço para as grandes mineradoras e indústrias metalúrgicas. Afinal, a energia que se pretende gerar é para isso.

Leinad Santos: Segundo um diretor de planejamento da Eletronorte, quando se planeja a construção de uma hidrelétrica não se considera a demanda de cidades como Altamira. Apenas grandes centros consumidores justificariam um empreendimento desse porte. O complexo de Altamira destina-se a suprir a demanda energética das regiões Sul e Sudeste.

Lúcia Andrade: Esta é uma discussão importante. A lógica que rege o setor elétrico vê a Amazônia como um quintal do Sul e do Sudeste. A energia, evidentemente, não é para Altamira, e é isso que tentamos esclarecer para os habitantes locais. A grande chantagem é que a Eletronorte lhes diz que, se a hidrelétrica for construída, eles terão asfalto, esgotos, hospitais. Ora, a população tem direito a esses benefícios independentemente da construção da barragem.

Leinad Santos: O governo pensa em suprir de energia o Sul, promover projetos econômicos e abrir fronteiras agrícolas. São políticas que, a médio e longo prazo, podem inegavelmente trazer benefícios à população, mas de imediato, e da forma como estão sendo implementadas, favorecem apenas os grandes grupos econômicos.

— *Que se reivindica então? Qual é a alternativa?*

Lúcia Andrade: Queremos discutir os pressupostos, as prioridades e os enfoques dados a essas questões. Queremos saber por



Índia Kayapó.

que não se concluem Tucuruí e Itaipu antes de começar o complexo de Altamira. Não queremos nos limitar a fazer relatórios que descrevam o impacto ambiental. Estamos interessados em influir no projeto da obra, nas suas dimensões, prazos, na definição dos beneficiários, na política para o setor. Vamos continuar dando energia de graça para a Alcoa? Vamos continuar tratando populações humanas como problema ambiental?

— *Explique isto melhor.*

Lúcia Andrade: Os prejuízos sofridos pelos povos indígenas — e também pelas populações não índias — são considerados como questões de impacto ambiental. Um documento da Eletrobrás chega a classificar as comunidades indígenas e as lideranças políticas da região afetada como um dos principais itens ambientais a serem considerados na implantação de hidrelétricas. No discurso ambientalista do governo o lugar de sujeito é dado ao empreendimento: ele é o ‘ambientado’; a população humana afetada é tão-somente parte do ambiente. Esse raciocínio levou a Eletrobrás a afirmar, num estudo, que “as comunidades indígenas ocorrem com frequência nas áreas dos empreendimentos hidrelétricos”... Não seria o contrário? Com a população atingida arrolada como item do meio ambiente, a dimensão política desaparece. A obra é tratada como fenômeno natural, a que a região deve apenas se adaptar. É mais uma manifestação da conhecida política do fato consumado.

No caso dos povos indígenas, essa ‘naturalização’ é ainda mais forte em decorrência da mística de que eles vivem em perfeita harmonia com a natureza. Ainda que de fato esses povos indígenas possuam técnicas de manejo de seu ambiente muitíssi-

mo sofisticadas e menos destrutivas que as nossas, o que queremos ressaltar é que os seus direitos independem de seu ‘valor ecológico’, estando ligados à sua condição de minoria étnica. Não se trata, portanto, de lutar por preservação — como se faz, por exemplo, no caso do mico-leão —, mas de reconhecer sua qualidade de sujeito social, seus direitos que devem ser respeitados.

A questão indígena não deve ficar limitada aos ‘relatórios de impacto ambiental’, que aliás vêm servindo apenas, no Brasil, para atender exigências *pro forma* da legislação e das agências financiadoras. Ao contrário do que se passa em outros países, esses estudos estão longe de servir de base para se decidir quanto à realização ou não de uma obra.

Leinad Santos: Pela nova Constituição, o aproveitamento do potencial energético bem como a pesquisa e a lavra minerais em áreas indígenas dependem de aprovação do Congresso Nacional, depois de ouvidas as populações indígenas afetadas. Durante a elaboração da Carta, a Comissão Pró-Índio assessorou o movimento indígena e os constituintes no tocante a esses problemas. Agora, acredito que temos um grande trabalho de esclarecimento a fazer junto aos deputados e senadores, uma vez que importantes questões relativas à garantia dos direitos dos povos indígenas deverão ser regulamentadas pelo Congresso.

Lúcia Andrade: Não se tratará apenas da causa indígena, uma vez que ao mesmo tempo estarão em jogo a necessidade de energia para o Sul e o Sudeste, a necessidade de desenvolvimento da região Norte, a questão da dívida externa e a própria democratização do país.

Vera Rita Costa
Ciência Hoje, São Paulo

EM BUSCA



"Eu só imito quem gosto". Luiz Ramalho, ator. Carlitos é uma de suas mais brilhantes imitações.

DO OUROCARD.

COM O LANÇAMENTO DO OUROCARD, O BANCO DO BRASIL MUDAVA A HISTÓRIA DOS CARTÕES DE CRÉDITO NO PAÍS.

PELA PRIMEIRA VEZ UM SÓ CARTÃO SERVIA COMO CARTÃO DE CRÉDITO E DE GARANTIA DE CHEQUE, DAVA ACESSO AOS TERMINAIS ELETRÔNICOS, E PERMITIA SAQUE EM DINHEIRO, TANTO NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL COMO NOS ESTABELECIMENTOS LIGADOS AO CAIXA-OURO. DAÍ, OUTROS CARTÕES TAMBÉM COMEÇARAM A BUSCAR MAIS FACILIDADES.

COMO O OUROCARD, ELES RESOLVEM OS SEUS PROBLEMAS E TAMBÉM SÃO ÓTIMOS CARTÕES. ELES SÓ NÃO SÃO DO BANCO DO BRASIL.

OU SEJA: NEM TUDO QUE RELUZ É OUROCARD. VÁ EM BUSCA DO SEU.



**QUEM TEM
VALE OURO.**



BANCO DO BRASIL



REGIME JURÍDICO ÚNICO

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional dois projetos de lei que tratam do regime jurídico único para o funcionalismo público, criando a carreira única e o estatuto do servidor público da União. Como já se previa, nos projetos, refletindo uma interpretação da Constituição feita pela Seplan, impede-se a admissão de estrangeiros nas instituições públicas (incluindo universidades e centros de pesquisa). Além disso, os estrangeiros que já pertencem aos quadros do serviço público passarão a compor as tabelas em extinção, tirando os benefícios conquistados. Caso queiram integrar os quadros permanentes, eles terão que solicitar nacionalidade brasileira. Para serem aprovados, os dois projetos de lei serão apreciados pelas comissões de Constituição e Justiça e Redação e pela de Serviço Público da Câmara dos Deputados e depois analisados pelo Senado Federal.

UNIFICAÇÃO DO PORTUGUÊS

O acordo feito com o objetivo de unificar a ortografia do português nos países em que se fala esta língua está pronto desde 1986 e deveria ter entrado em vigor logo depois de promulgada a nova Constituição. No entanto, um ano após o encerramento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, só agora o assunto volta a ser discutido. Os presidentes de Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, e Brasil, concluíram, dia 01 de novembro, em São Luís do Maranhão, um encontro com o objetivo de criar o Instituto Nacional de Língua Portuguesa. Não participaram da reunião os estudiosos da língua. Não se sabe exatamente qual vai ser o trabalho da nova instituição e se as bases do acordo firmado em 1986 serão respeitadas.

ENQUANTO O II PLANIN NÃO VEM

Ao invés de encaminhar ao Congresso Nacional, como havia sido anunciado, uma medida provisória de prorrogação do I Plano Nacional de Informática e Automação (Planin) por 30 dias, o Poder Executivo preferiu adotar outro caminho. No último dia 25, o presidente Sarney enviou ao Legislativo uma medida provisória que garante a validade do I Planin até que o segundo seja aprovado. Depois de já ter sido prorrogado por seis meses, o I Planin teria sua vigência encerrada dia 27 de outubro e o II Planin ainda não tinha sido votado pelo Congresso, sendo necessária nova prorrogação. Até o dia 25, o Congresso precisa aprovar a medida provisória, pois caso contrário o dispositivo perderá seu valor legal. Ao mesmo tempo, tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei, já aprovado pela comissão de C&T, Comunicação e Informática, que adia o fim da vigência do I Planin por mais seis meses, contados a partir de 27 de outubro. Com o esvaziamento do Congresso devido às eleições, houve o receio de que o projeto não seja votado este mês, o que poderia criar uma situação de completa indefinição para o setor. O primeiro vice-presidente da comissão de C&T, José Costa (PSDB/AL), não vê o menor risco nesse sentido. "Há várias possibilidades para se evitar um vazio legal em relação ao assunto, como uma medida provisória do Executivo, por exemplo", comenta. Mas Costa acredita que, imediatamente após as eleições presidenciais, a Câmara voltará a discutir a questão e aprovará a prorrogação por seis meses. Ele também espera que ainda este ano comece na comissão o debate sobre o II Planin.



APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO

A Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Paraná (Surehma) analisou o impacto ambiental das obras iniciadas ou previstas para o rio Paraná, em especial em torno do complexo de Ilha Grande, em Guaíra, para aproveitamentos hidrelétricos, travessia do rio e navegação. O relatório permite ao Estado se posicionar oficialmente sobre os projetos "resguardando os interesses ambientais e econômicos do Paraná". O projeto da hidrelétrica da empresa Eletrosul deverá contar com um reservatório de 3.720 km², o que corresponde a duas vezes o tamanho do lago Itaipu, embora Ilha Grande deva gerar apenas 16% da energia prevista para a Usina Binacional (12 milhões de kW). Especificamente no lado paranaense do rio Paraná, a previsão é de que sejam inundados 743 km² de área — sem contar as ilhas —, atingindo pelo menos 6,9 mil habitantes da área, embora haja um estudo que estabeleça em 31 mil o número de pessoas atingidas. A relação entre a área inundada e a potência gerada pela usina é considerada muito alta, se comparada a outros projetos hidrelétricos, ou seja, a extensão de terra inundada é, relativamente, muito grande para a quantidade de energia que será produzida. O relatório da Surehma destaca que "se por um lado a natureza nos beneficiou com uma riqueza hídrica muito grande, por outro nos penalizou com a construção de inúmeras barragens".

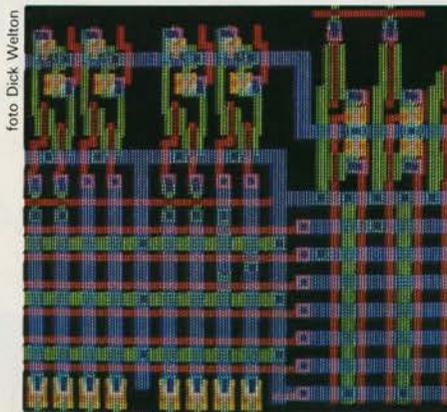


foto Dick Welton

Você conhece a IBM Brasil.

Sua filosofia é a mesma em qualquer parte do mundo onde existe a tecnologia IBM. Ela desenvolve o potencial do país em que atua, incentiva os valores locais, mas tem sempre em vista o padrão de qualidade mundial.

No Brasil, a prática dessa filosofia significa altos investimentos em pesquisa, transferência de tecnologia de ponta, cursos de treinamento no país e no exterior para funcionários, clientes e fornecedores.

Um exemplo do benefício advindo dessa prática: como a IBM não exige exclusividade dos seus fornecedores, a tecnologia que eles assimilam enriquece e desenvolve o mercado de informática local.

O país que conta com a IBM adquire um precioso "know-how" que se incorpora ao seu patrimônio tecnológico. Torna-se competitivo a nível internacional. Encontra soluções permanentes, não importa a sua dimensão, para atingir as metas a que se propõe.

Na base de tudo, há a experiência mundial da IBM, refletida no desempenho das empresas onde esse patrimônio mundial está presente.

Como no Brasil, por exemplo.

Pense num aliado como nós.



IBM Brasil

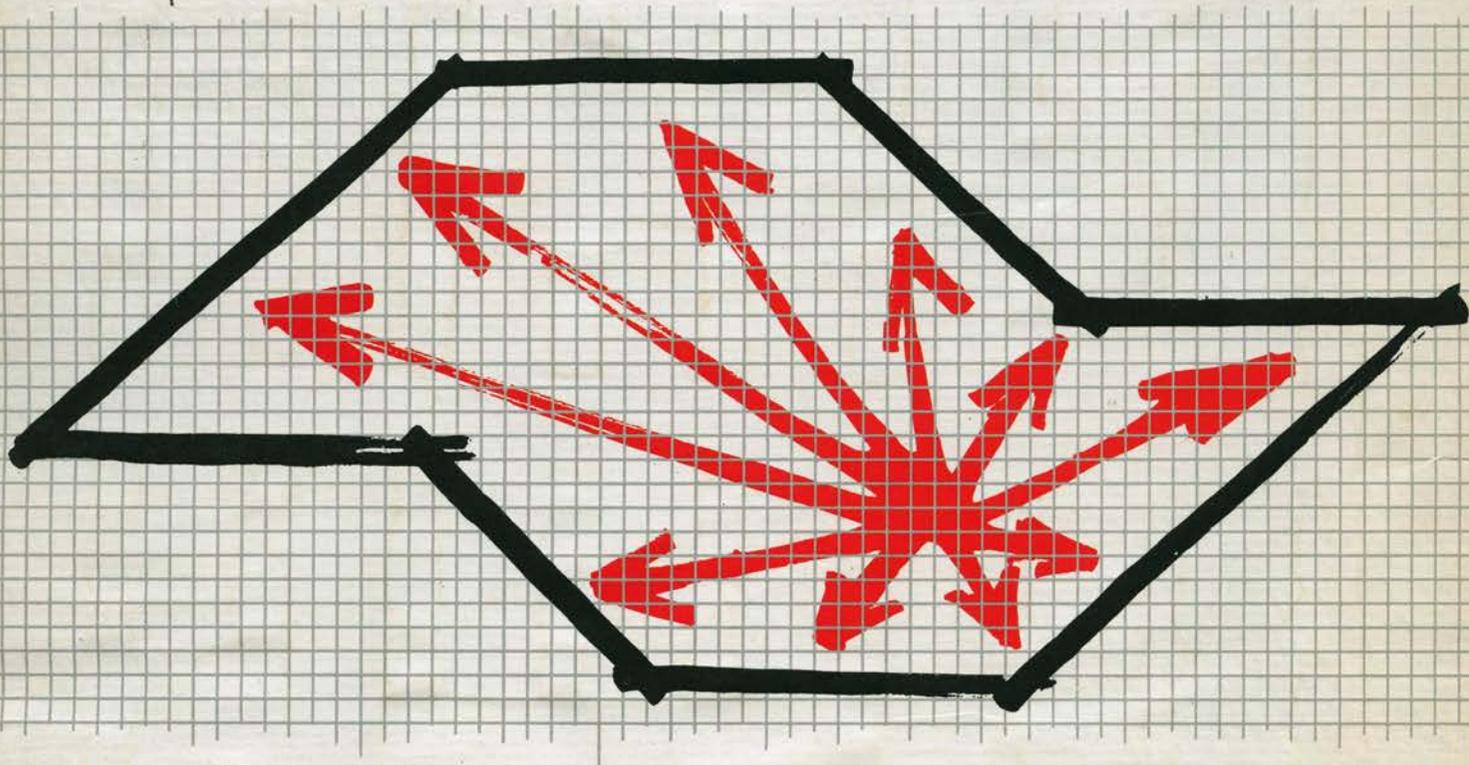
Nossas
grandes soluções não são
necessariamente grandes.

É evidente.



Entradas e Bandeiras

Governo de São Paulo cria condições para a industrialização do interior.



O Governo de São Paulo, através do Programa de Desenvolvimento Econômico, cria condições para alargar as fronteiras científico-tecnológicas do interior. A iniciativa privada tem agora à sua disposição, uma linha de crédito especial para apoiar tanto indústrias nascentes como empresas já existentes que pretendam desenvolver projetos de tecnologia avançada no interior. O Governo de São Paulo revive, assim, o espírito empreendedor dos bandeirantes, abrindo novas entradas para levar a bandeira da industrialização ao interior e preparar o país para as conquistas científicas e tecnológicas do século XXI.